

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

**DISCURSOS DOS DEPUTADOS E SENADORES DO CONGRESSO NACIONAL
BRASILEIRO (2010-2014): TENDÊNCIAS PREDOMINANTES SOBRE A
CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO**

JANAINA FATIMA SABRINA DE CAMPOS

CASCADEL – PR
2017

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

**DISCURSOS DOS DEPUTADOS E SENADORES DO CONGRESSO NACIONAL
BRASILEIRO (2010-2014): TENDÊNCIAS PREDOMINANTES SOBRE A
CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO**

JANAINA FATIMA SABRINA DE CAMPOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa Educação, Políticas Sociais e Estado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Cascavel, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ireni Marilene Zago Figueiredo

CASCADEL - PR
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C21

d Campos, Janaina Fatima Sabrina de

Discursos dos Deputados e Senadores do Congresso Nacional Brasileiro (2010-2014): tendências predominantes sobre a concepção de Educação. / Janaina Fatima Sabrina de Campos.— Cascavel, 2017. 134 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ireni Marilene Zago Figueiredo

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
Campus de Cascavel, 2017
Programa de Pós-Graduação em Educação

1. Educação e Estado. 2. Educação. I. Figueiredo, Ireni Marilene Zago. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 20.ed. 379.81

CIP – NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Bejio – CRB 9^a/965



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

JANAINA FÁTIMA SABRINA DE CAMPOS

Discursos dos Deputados e Senadores do Congresso Nacional (2010-2014):
Tendências Predominantes sobre a concepção de Educação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa Educação, Políticas Sociais e Estado, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) - Ireni Marilene Zago Figueiredo

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Angela Mara de Barros Lara

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Roberto Antonio Deitos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 25 de setembro de 2017

*Aos meus pais, Antonina e Sabino,
que não tiveram acesso aos estudos,
mas não mediram esforços para que eu tivesse.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, exemplo de força e persistência, que sempre possibilitaram todo o apoio durante a minha vida acadêmica. Sem eles, jamais teria conseguido.

Ao meu companheiro e amigo Miro, que no meio desse percurso, tomamos a decisão de dividir as alegrias e tristezas da vida juntos e esteve ao meu lado com muito amor, carinho e paciência.

À minha orientadora Ireni, que me deu todo o amparo durante o Mestrado, com paciência, tranquilidade e postura ética, obrigado por partilhar o seu conhecimento e por sempre me transmitir confiança, levarei pra sempre comigo seus ensinamentos.

Ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional e Social - GEPPE, e especialmente aos Professores Beto, Mônica e João, sempre comprometidos com a Educação e com a humildade no conhecimento.

À Unioeste e ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, bem como aos Professores que fazem parte.

Aos colegas do Mestrado, por reforçar laços com a Patrícia, Indianara e Thaise e ter o prazer de conhecer, dentre outros, a Kaoana, a Ana Nofke, a Luana e o Jaque.

À minha família Ju, Geo e Le e a todos os meus amigos que sempre acreditaram e me apoiaram.

E a todos aqueles trabalham por uma Educação melhor.

Não existe um ser melhor do que o outro
 Existem atitudes melhores do que atitudes
 Ideias melhores que ideias, mas pessoas melhores do que pessoas, não!
 Se eu tive acesso à universidade, a conhecimentos que são negados a maioria
 Eu tenho uma dívida com essa maioria e não um sentimento de superioridade com relação a
 essa maioria
 Eles foram impedidos, eles foram sabotados
 Existe uma estrutura social que nega à maioria acesso ao conhecimento
 Porque é preciso manter a maioria na ignorância
 Pra continuar colocando o asfalto na rua
 Pra continuar costurando as roupas que a gente veste
 Pra continuar plantando o que a gente come
 Pra continuarem fazendo a base da sociedade
 Sem ter consciência que eles são a parcela mais importante da sociedade
 Pra eles continuarem se sentindo inferiores, incapazes e impotentes
 [...] A periferia [...] é a mais importante da sociedade e mais desprezada
 Mas é um desprezo cênico, não é um desprezo real
 Porque tudo que acontece na sociedade, precisa desses caras de baixo pra resolver
 São eles que ligam as máquinas, são eles que abrem as portas
 São eles que tiram os lixos, são eles que costumam as roupas
 São eles que plantam o que a gente come
 São a base de tudo
 São eles que botam o tijolo em cima do outro de hospitais de mansões de casebres de
 presídios
 Tudo depende dos de baixo
 Tudo depende dessas pessoas que são induzidas a se sentirem inferiores
 [...] é uma desumanidade
 É como dizia o Milton Santos “não atingimos ainda o patamar de humanidade nós estamos
 nos ensaios”, uma humanidade que mereça o nome, não tem abandonados, não tem gente
 sem assistência médica, não tem miseráveis, não tem gente iletrada,
 É fácil resolver isso, não se resolve, não é porque não tem tecnologia, porque não tem
 condições
 Tem condições sim, mas não tem interesse
 Esse punhado de vampiros que se aboletou no poder social no lugar dos reis e rainhas
 Não permite que se tenha serviços públicos, que mereçam o nome de serviços públicos
 A única parte do que importa pra esses caras do que é público
 É o dinheiro público
 A população mesmo... não interessa
 Interessa na medida em que ela possa ser explorada
 Pra ser explorada, tem que ser desinstruída, tem que ser alienada pela mídia, tem que
 receber um sentimento de inferioridade, de impotência, para não analisar a sociedade
 Porque a coisa é muita simples, é um punhado que domina toda coletividade e coloca toda a
 coletividade à seu serviço.

Eduardo Marinho – Filósofo das Ruas

Campos, Janaina Fatima Sabrina de. **Discursos dos Deputados e Senadores do Congresso Nacional Brasileiro (2010-2014):** tendências predominantes sobre a concepção de Educação. 2017. 134p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Cascavel, 2017.

RESUMO

O Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) tramitou no Congresso Nacional Brasileiro durante os anos de 2010 à 2014. Na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei Nº 8.035/2010, no período de 2010 a 2012, retornando em 2014 para análise final, e no Senado Federal como Projeto de Lei Nº 103/2012, no período de 2012 a 2014, até ser sancionado pela Presidenta Dilma Rousseff, Lei Nº 13.005/2014. Ao longo dos quase 5 anos de tramitação dos Projetos de Lei, muito se discutiu acerca da Educação no Congresso Nacional Brasileiro, entrando como pauta dos Discursos de Deputados e Senadores, tantos nas Comissões em que os Projetos de Leis foram apreciados, bem como nas Sessões Legislativas Plenárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Esta pesquisa, portanto, teve o intuito de responder ao seguinte problema: Quais são as tendências predominantes sobre a concepção de Educação subjacente aos Discursos dos Deputados e Senadores do Congresso Nacional, no período de 2010 a 2014? Para responder ao problema, delimitou-se como objetivos específicos: a) Compreender a relação entre o Estado, a Política Social/Educacional e a tramitação do Projeto de Lei Nº 8.035/2010 e do Projeto de Lei Nº 103/2012 no Congresso Nacional Brasileiro; b) analisar as tendências predominantes da concepção de Educação subjacente aos Discursos dos Deputados e Senadores do Congresso Nacional, no período de 2010 a 2014. Trata-se de uma Pesquisa Documental em que a seleção das fontes ocorreu no *site* da Câmara dos Deputados, Discursos e Notas Taquigráficas em 2010, 2012 e 2014, e do Senado Federal, Diário do Senado Federal, de 2012 a 2014, períodos que correspondem ao processo de tramitação dos Projetos de Lei. Como resultado da análise do conteúdo dos Discursos dos Deputados e Senadores obteve-se dois eixos: *Educação e Desenvolvimento Econômico e Educação, Trabalho e Pobreza*. Com isso, pode-se concluir que a tendência predominantemente de Educação subjacente aos Discursos dos Deputados e Senadores é liberal, cuja relação entre a Educação e o Desenvolvimento Econômico e Social envolveu, dentre outras categorias: a Qualidade, a Competitividade, a Produtividade, a Qualificação da Força de Trabalho, a Erradicação/Combate da Miséria/Desigualdades/Pobreza, a Inclusão/Inserção/Ascensão Social, a Justiça Social/Dignidade/Cidadania, a Pesquisa/Ciência/Tecnologia/Inovação.

Palavras-chave: Política Educacional, Educação, Plano Nacional de Educação (2014-2024), Discursos dos Deputados e Senadores.

Campos, Janaina Fatima Sabrina de. **Speeches of Deputies and Senators of the Brazilian National Congress (2010-2014)**: predominant trends about the conception of Education. 2017. 134p. Dissertation (Master in Education). State University of Western Paraná - Unioeste, Cascavel, 2017.

ABSTRACT

The National Education Plan - PNE (2014-2024) processed in the Brazilian National Congress during the years 2010 to 2014. In the Chamber of Deputies as Draft Law N° 8.035/2010, in the period from 2010 to 2012, returning in 2014 to final analysis, and in the Federal Senate as Draft Law N° 103/2012, in the period from 2012 to 2014, until it is sanctioned by President Dilma Rousseff, in Law N° 13.005/2014. Throughout the almost five years of the Proceedings of the Law, much was discussed about Education in the Brazilian National Congress, entering as a list of the Speeches of Deputies and Senators, many in the Commissions in which the Draft Laws were appreciated, as well as in the Sessions Legislative Plenaries of the Chamber of Deputies and the Federal Senate. This research, therefore, aimed to answer the following problem: What are the predominant trends on the conception of Education underlying the speeches of Deputies and Senators of the National Congress, from 2010 to 2014? In order to respond to the problem, two specific objectives were defined: a) To understand the relationship between the State, Social / Educational Policy and the Draft Law N°. 8.035 / 2010 and Draft Law N° 103/2012 in the Brazilian National Congress ; b) to analyze the predominant tendencies of the conception of Education underlying the Discourses of Deputies and Senators of the National Congress, from 2010 to 2014. It is a Documentary Research in which the selection of the sources occurred through the access to the Discourses available in the site of the Chamber of Deputies, speeches and shorthand notes from 2010 to 2012 and 2014, and the Federal Senate, Federal Senate Diary, from 2012 to 2014, which correspond to the process of Draft Law. As a result of the analysis of the content of the speeches of the Deputies and Senators two objectives were obtained: Education and Economic Development and Work, Work and Poverty. With this, it can be concluded that it is a predominantly educational trend that underlies the Speeches of Deputies and Senators and liberals, having a relationship with an Economic and Social Development and Social Development, among other categories: Quality, Competitiveness, Productivity, Workforce Qualification, Eradication / Combating Poverty / Inequalities / Poverty, an Inclusion / Insertion / Social Rise, Social Justice / Dignity / Citizenship, Research / Science / Technology / Innovation.

Key words: Educational Policy, Education, National Education Plan (2014-2024), Speeches, Deputies and Senators.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano do Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
CAE	Comissão de Assuntos Econômicos
CE	Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CCJ	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CEC	Comissão de Educação e Cultura
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONED	Congresso Nacional de Educação
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante
FIERGS	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação

IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PL	Projeto de Lei
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PT	Partido dos Trabalhadores
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PROUNI	Programas Universidade para Todos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESI	Serviço Social da Indústria
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. O ESTADO, A POLÍTICA SOCIAL/EDUCACIONAL, O CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024).....	24
1.1 O ESTADO, A POLÍTICA SOCIAL/EDUCACIONAL E O CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO.....	24
1.2 TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 8.035/2010 E DO PROJETO DE LEI Nº103/2012.....	44
2. OS DISCURSOS DOS DEPUTADOS E SENADORES DO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO DURANTE A TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS DE LEIS Nº 8.035/2010 E Nº 103/2012.....	62
2.1 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	63
2.2 EDUCAÇÃO, TRABALHO E POBREZA.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS.....	111
ANEXOS.....	126
APÊNDICES.....	129

INTRODUÇÃO

O sonho de meu pai de ver seus filhos graduados nunca o fez desistir, mesmo tendo que subir em uma construção com 60 anos de idade para poder custear os gastos da minha graduação em outra cidade. É nesse sentido que tenho plena convicção de que meus pais sempre acreditaram na Educação, uma vez que, mesmo sem concluir os seus estudos, devido a necessidade de trabalhar, proporcionaram a mim e aos meus irmãos, todas as condições possíveis para que pudéssemos nos formar em uma Universidade Pública.

Os estudos realizados, portanto, são decorrentes dessa convicção dos meus pais e do investimento financeiro que subsidiou a compra de todos os livros necessários para o acesso ao conhecimento científico. Tivemos e temos na família avós, tios e meu irmão que são Professores. Tudo isso me fez refletir, ao longo dos anos, e a exemplo de meus pais, que tiveram que largar os seus estudos por conta do trabalho, conforme mencionado, do esforço e da sua valorização pela Educação, pois mesmo depois de idoso trabalhou pesado para que seus filhos pudessem ter a oportunidade de estudar.

E assim, a Educação, tão valiosa, muitas vezes não é a prioridade dos governantes e, principalmente, tem se tornado cada vez mais restrita para a classe trabalhadora. Sabe-se, contudo, que o interesse daqueles que pensam e administram a Educação no nosso país deixam evidente que um dos objetivos da Educação refere-se a formação de mão de obra para o mercado de trabalho, como fundamental para a ascensão social.

Com essas convicções e sentimentos, é que durante a Graduação em Serviço Social, ofertada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Toledo – PR, tive uma aproximação, de fato, com o tema Educação por meio de uma disciplina optativa denominada de *Serviço Social e Educação*, a qual contribuiu para a reflexão sobre a Política Educacional e o trabalho realizado pelo Profissional Assistente Social. Com isso, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)¹ foi voltado para as contribuições do Serviço Social na Educação.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso – TCC intitulado o Serviço Social na Educação: contribuições para a formação do sujeito político, sob orientação da Prof^a Ms. Carmen Pardo Salata, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, *Campus* de Toledo – PR, 2014.

Concomitante ao Curso de Graduação desenvolvi, na Unioeste – *Campus* de Cascavel, três Projetos de Iniciação Científica – PIBIC², os quais foram fundamentais para iniciar essa pesquisa, vinculados ao Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais e Educacionais – GEPPEs, que também contribuiu de forma essencial para ampliar as reflexões em torno da Política Social e Educacional. O processo de seleção para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Unioeste – *Campus* de Cascavel ocorreu em 2014 e, ao ingressar em 2015, tive a oportunidade de dar continuidade aos estudos da Política Educacional, tendo como objeto de estudo o segundo Plano Nacional de Educação brasileiro – PNE (2014-2024).

Todavia, mesmo com a definição do objeto de estudo, foi necessário percorrer um caminho para repensar o problema de pesquisa, uma vez que o Plano Nacional de Educação (2014-2024), a partir das metas previstas para a Educação brasileira, remeteu a diversos recortes de pesquisas no campo da Educação³. Uma das intenções do problema de pesquisa estava relacionada ao processo de tramitação dos Projetos de Leis antes do PNE ser sancionado como lei. Assim, foi necessário iniciar a composição do *corpus* documental a partir das produções realizadas sobre o PNE 2014-2024, tendo a consciência de que

[...] um *corpus* documental consistente não é composto de imediato – só ficará completo depois de um bom tempo de recolha e trato do material –, mas sem uma base empírica não é possível desenvolver o trabalho (EVANGELISTA, 2009, p. 8).

Concomitante ao processo contínuo de levantamento do *corpus* documental, leitura e sistematização o problema de pesquisa ficou assim definido: Quais são as tendências predominantes sobre a concepção de Educação subjacente aos discursos dos Deputados e Senadores do Congresso Nacional, no período de 2010 a 2014? Assim, o objeto de pesquisa constitui-se dos Discursos dos Deputados e Senadores, cuja delimitação temporal foi a de 2010 à 2014, período ao qual se deu

²*Educação para o Trabalho*: um estudo a partir das proposições do Banco Mundial (2013); *Proposições para a reforma educacional*: um estudo a partir do documento Perspectivas Económicas de América Latina 2012: transformación del Estado para el Desarrollo (OCDE/CEPAL)(2014); *Educação e Trabalho*: um estudo a partir do documento “Adolescentes: Derecho a la educación y al bienestar futuro(2014). Os Projetos foram orientados pela Prof^a Dr^a Ireni Marilene Zago Figueiredo, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *Campus* de Cascavel.

³Nesse trabalho, serão utilizadas as palavras Política Social, Política Educacional, Educação, Discursos e Desenvolvimento Econômico, com letra maiúscula, para enfatizar e destacar e por remeter ao objeto de pesquisa.

o processo de tramitação do Projeto de Lei Nº 8.035/2010 e do Projeto de Lei Nº 103/2012, que instituiu o Plano Nacional de Educação 2014-2024.

O objetivo geral da pesquisa é, desse modo, compreender as tendências predominantes sobre a concepção de Educação subjacente aos Discursos dos Deputados e Senadores no Congresso Nacional, no período de 2010 a 2014. Os objetivos específicos são: a) Compreender a relação entre o Estado, a Política Social/Educacional e a tramitação do Projeto de Lei Nº 8.035/2010 e do Projeto de Lei Nº 103/2012 no Congresso Nacional Brasileiro; b) Analisar as tendências predominantes da concepção de Educação subjacente aos Discursos dos Deputados e Senadores no Congresso Nacional, no período de 2010 a 2014.

Assim sendo, durante todo os anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, entre os meses de fevereiro a dezembro, os Discursos sobre a Educação e o PNE (2014-2024) ganharam mais espaço na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, por conta da tramitação do Projeto de Lei Nº 8.035/2010 e do Projeto de Lei Nº 103/2012. Os referidos Projetos foram objeto de apreciação e alterações nas Comissões e nas sessões legislativas do Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Os Discursos e os registros das Comissões as quais tramitou os Projetos de Lei Nº 8.035/2010 e Nº 103/2012, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal encontram-se disponíveis nos *sítes* de ambas as Casas. No entanto, os Discursos selecionados e analisados foram os proferidos em sessões legislativas do Plenário da Câmara dos Deputados e do Plenário do Senado Federal. Portanto, serão analisados os Discursos dos trabalhos das Comissões, onde aconteceu a análise minuciosa dos Projetos de Leis, embora, tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal seguem Regimentos que dispõem de processos diferentes, no que se referem a tramitação dos Projetos de Lei.

Em dezembro de 2010, na Presidência de Luis Inácio Lula da Silva, o Poder Executivo, enviou a Câmara dos Deputados o Projeto de Lei sobre o novo PNE e passou a tramitar de 2010 a 2012 como Projeto de Lei Nº 8.035/2010. Em outubro de 2012 foi enviado para o Senado Federal como Projeto de Lei Nº 103/2012, retornando a Câmara dos Deputados⁴ para a apreciação e aprovação final em dezembro de 2013, e sendo instituído como Lei em 25 de junho de 2014.

⁴ A Câmara dos Deputados e o Senado Federal dispõem de regras distintas para a tramitação e votação dos Projetos de Lei. No caso do Projeto de Lei Nº 8.035/2010 por ter sido enviado pelo Poder

A delimitação temporal de 2010 à 2014, acima mencionada, também se deve ao fato de que o tema Educação se tornou mais expressivo por conta dos debates sobre o novo PNE (2014-2024). A delimitação do espaço, portanto, é a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, que se constitui no Congresso Nacional Brasileiro, e que se concentra o Poder Legislativo, representado pelos Deputados e Senadores que proferem os seus Discursos, visando aprovar, justificar e debater as leis.

Dessa forma, na Pesquisa Documental, para acessar os Discursos proferidos pelos Deputados e Senadores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal durante o período de 2010 à 2014, realizou-se um trabalho que a primeira vista parecia ininteligível⁵ (HONSTINS, 2006, p. 25), quando se deu início ao processo de seleção das fontes primárias no *site* da Câmara dos Deputados e do Senado que tem todos os Discursos proferidos em sessão legislativa em plenário ou em comissões, disponíveis para consulta pública, do processo de tramitação do Projeto de Lei N° 8.035/2010 e do Projeto de Lei N° 103/2012. Os Discursos proferidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal são transcritos utilizando o recurso Taquigráfico⁶, sejam eles proferidos em sessões legislativas do Plenário⁷ ou das Comissões⁸.

Executivo, de acordo com o regimento da Câmara dos Deputados, o processo deve ser apreciado e aprovado somente por Comissões da Câmara (Comissão de Educação e Cultura, Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça, Comissão de Finanças e Tributação) embora no ano de 2011, fora montado uma Comissão Especial somente para a votação do PNE, e não exigiu a votação em Plenário, a votação em Plenário somente aconteceria se houvesse requerimento dos Deputados. Contudo, após o retorno do Projeto de Lei N° 8.035/2010 com as modificações do Senado Federal, o projeto foi enviado novamente para a Comissão Especial para os últimos acertos e de acordo com o regimento era necessária a aprovação final em Plenário. Nesse caso o Projeto de Lei N° 8.035/2010 com as modificações do Senado foi votado em Plenário por todos os Deputados, antes de ser sancionado como Lei pela Presidenta Dilma. Por apresentar regras distintas o Senado Federal, após a chegada do Projeto de Lei N° 8.035/2010 que passou a ser chamado de Projeto de Lei N° 103/2012, foi encaminhado para as Comissões (Comissão de Assuntos Econômicos, Constituição, Justiça e Cidadania, e Educação e Esporte) para análises e aprovação, mas de acordo com o regimento do Senado o Projeto de Lei, necessariamente tem que ser votado após aprovado nas Comissões caso haja substitutivos o que ocorreu em todas as Comissões, em Plenário, antes do envio novamente para última análise da Câmara dos Deputados.

⁵ No caso a autora está se referindo ao universo do estudo dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS), que resultou na análise das 937 disciplinas ofertadas pelos Programas, a saber: 84 disciplinas da PUC-Rio; 149 disciplinas da UERJ; 26 disciplinas da UFMG; 456 disciplinas da UFRGS; e 222 disciplinas da UNISINOS (HOSTINS, 2006).

⁶ A taquigrafia, ou escrita rápida, permite ao profissional treinado escrever com a velocidade da fala. Usando papel e lápis ou caneta, o taquígrafo utiliza símbolos, os taquigramas, para representar sons falados, terminações de palavras e frases comuns. Existem inúmeros sistemas de taquigrafia e cada profissional pode criar características próprias, já que o importante é que ele seja capaz de traduzir o que foi escrito (BRASIL, 2016).

A aproximação da empiria dessa pesquisa, portanto, se deu pela seleção dos Discursos tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal. Isso ocorreu pela quantidade de Discursos que apareceram com a categoria Educação. Dessa forma, foi necessário estabelecer critérios de seleção das categorias para que, por fim, chegássemos aos discursos que foram utilizados nessa pesquisa. É por isso que antes de descrever o processo realizado para seleção das fontes e dos eixos que foram definidos para este trabalho, convém ponderar que a análise do conteúdo dos Discursos presentes nos pronunciamentos relativos ao processo de tramitação do Projeto de Lei N° 8.035/2010 e do Projeto de Lei N° 103/2012 podem dar margem a diferentes

[...] interpretações e reinterpretações, gerando, como consequência, atribuição de significados e de sentidos diversos a um mesmo termo. Esses significados e sentidos apresentam-se, não raro, em competição com outros veiculados por outros textos e outros discursos (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 431).

No caso, para análise dos Discursos dos Deputados e Senadores duas preocupações de dimensão teórico-metodológica, no mínimo, tiveram relevância, com o avanço da pesquisa. A primeira preocupação de dimensão teórico-

⁷A sessão legislativa é a forma como é organizado os trabalhos dos parlamentares durante o ano. São as sessões legislativa ordinária e extraordinária. A última só ocorre quando houver convocação de acordo o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. As sessões legislativas são: a) **Preparatórias**: que precedem o início dos trabalhos do Congresso Nacional, exclusiva para a posse dos Deputados eleitos e Mesa Diretora; b) **Ordinárias**: são as de qualquer sessão legislativa, realizadas apenas uma vez por dia, em todos os dias úteis, de segunda a sexta-feira e podem ser deliberativas ou não; c) **Sessões Ordinárias Deliberativas**: possuem uma pauta de votação, e compõem-se das seguintes fases: Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia e Comunicações Parlamentares; d) **Sessões Ordinárias Não Deliberativas ou Sessões de Debates**: compõem-se das seguintes fases: Pequeno Expediente, Grande Expediente e Comunicações Parlamentares, podendo as lideranças aproveitar o período para as respectivas comunicações de Liderança; e) **Extraordinárias**: são convocadas pelo Presidente da Câmara, de ofício, por proposta do Colégio de Líderes ou mediante deliberação do Plenário sobre requerimento de pelo menos um décimo dos Deputados. Destinam-se exclusivamente à discussão e votação das matérias constantes do ato de convocação; f) **Solenes**: são as realizadas para grandes comemorações ou homenagens especiais, nos casos previstos no art. 68 do regimento Interno da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2017).

⁸As Comissões de trabalho são órgãos de caráter técnico-legislativo compostos por Deputados, observado o princípio da representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares com atuação na Casa. Podem ser permanentes ou temporárias. É no âmbito das comissões que os Deputados, justamente por estarem reunidos em número menor que no Plenário, conseguem examinar minuciosamente os projetos que tramitam na Câmara, aos detalhes técnicos e jurídicos, identificando o assunto de cada um, ouvindo autoridades e especialistas na matéria tratada, propondo-lhes eventuais alterações e aperfeiçoamentos. As comissões temporárias são criadas exclusivamente para apreciar determinado assunto. Dividem-se em 3 tipos: Especiais, Parlamentares de Inquérito (CPIs) e Externas (BRASIL, 2017).

metodológica, considerando divisão apenas didática, refere-se a categoria totalidade, a qual é assim conceituada por Michel Löwy (2003):

O princípio da totalidade como categoria metodológica obviamente não significa um estudo da totalidade da realidade, o que seria impossível, uma vez que a totalidade é sempre infinita, inesgotável. A categoria metodológica da totalidade significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto. (LÖWY, 2003, p. 16).

Embora, foi realizada, portanto, uma pesquisa que buscou selecionar o máximo de Discursos possíveis, compreende-se que os selecionados não representam a totalidade dos disponíveis nos dois *sites* da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Assim sendo, o que se pretendeu a partir das fontes selecionadas, foi o de apreender as tendências predominantes⁹ em relação a concepção de Educação, considerando o contexto econômico, social, político e ideológico do pronunciamento dos Discursos durante o processo de tramitação dos Projetos acima descritos. É nessa direção que é preciso ter a noção de que

Separados dos contextos políticos em que foram produzidos, os discursos oficiais tendem a ocultar também a dimensão valorativa que os informa. Por exemplo, quando se afirma que é preciso melhorar a qualidade da educação: melhor ou qualidade dizem respeito a que conjunto de valores? Melhor dentro de que concepção de educação? (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 438).

A segunda preocupação da dimensão teórico-metodológica remete a linguagem conceitual para leitura da realidade econômica, social, educacional, etc., como exemplifica Sanchez Vázquez(2007):

⁹ Neste trabalho, nos apropriamos do termo *tendências*, todavia, qualificado por Xavier (1993) como *ideológicas da Educação*. A utilização de tendências ideológicas da Educação, pela autora, foi para explicar as direções no âmbito da educação na “Nova República, após o período de redemocratização, sendo assim demarcadas: a) a tendência voltada para a recuperação do pensamento escolanovista por Anísio Teixeira, expressado em projetos oficiais, com intuito de conciliar a retórica democrática com uma prática privatista, tanto na educação quanto como no âmbito político liberal do período desenvolvimentista; b) a tendência caracterizada pelos debates que se forjaram nos meios acadêmicos dos anos 80 que buscavam superar, a partir da perspectiva do materialismo histórico, o liberalismo educacional e as teorias reprodutivistas; c) a tendência que visou uma educação para lutar politicamente pela hegemonia da forma tecnicista, a qual teve por base Antonio Gramsci, cuja leitura foi realizada numa ótica liberal, fazendo sucesso nos meios acadêmicos; d) a tendência construída por movimentos e partidos populares *mais crítica do que doutrinária*, que expressou o compromisso político da escola e com a construção de uma nova sociedade.

Assim, por exemplo, a prática experimental científica só é reveladora para o homem de ciência que pode ler conhecendo a linguagem conceitual correspondente. [...]. A prática econômica – a produção - é um fato de todos os dias; mas sua verdade, sua racionalidade, apenas só se manifesta a quem a pode ler com a ajuda das categorias econômicas correspondentes. (SANCHEZ VÁZQUEZ, 2007, p. 158).

Nessa mesma direção, duas reflexões podem ser realizadas sobre a categoria Discurso. A primeira reflexão compreende a concepção da própria categoria Discurso. A segunda reflexão refere-se a concepção das categorias relacionadas as tendências predominantes de Educação apreendidas nos Discursos dos Deputados e Senadores.

Em relação a concepção da própria categoria Discurso é preciso considerar o contexto da reforma realizada no Brasil, a partir da década de 1990, que motivou um campo fértil de debates, ou seja, produziu um movimento que fecundou o “[...] campo da educação com discursos produzidos em outros campos discursivos”, demarcando “[...] um novo terreno de análise – a intertextualidade¹⁰ como uma dimensão constituinte dos textos” e que remeteu ao processo de reforma, pressupondo, assim, que os Discursos “[...] devem ser lidos com e contra outros, ou seja, compreendidos em sua articulação ou confronto com outros textos” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 432).

É assim que se pode inferir que:

O controle sobre a representação da política, logo, sobre a hegemonia discursiva, não é problema de fácil solução; uma das armadilhas das quais temos que nos desvencilhar é o uso constante da retórica e a atribuição de diferentes significados e sentidos aos termos chave (BOWE; BALL, 1992 apud SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 432).

Em relação a concepção das categorias relacionados as tendências predominantes de Educação apreendidas nos Discursos dos Deputados e

¹⁰Segundo Fairclough (2001, p. 135), “o conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes”; esse movimento, que atesta a historicidade intrínseca dos textos, pois implica uma dupla relação – dos textos na história e da história nos textos – permite compreender também os processos intertextuais ‘como processos de luta hegemônica na esfera do discurso, que têm efeitos sobre a luta hegemônica, assim como são afetados por ela no sentido mais amplo. Intertextualidade é basicamente a propriedade que têm os textos de serem cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante’. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114 apud SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 432).

Senadores, seria necessário ir além da aparência, ou seja, das intenções subjacentes que, também convém alertar, não foram reveladas em sua totalidade. Essa compreensão foi sendo construída na medida em que foi se constatando o longo processo de tramitação do Projeto de Lei N° 8.035/2010 e do Projeto de Lei N° 103/2012, sendo necessário ler e reler os Discursos, buscando numa análise mais refinada, o que estava nas entrelinhas. Nesse sentido, separar o que era principal e secundário, tornou-se uma tarefa árdua, mas de extrema importância, uma vez que

As fontes primárias trazem as marcas da sua produção original, de seu tempo e da realidade que a produz; significa dizer captar os projetos litigantes e os interesses que os constituem, que tampouco serão percebidos em todos os seus elementos. (EVANGELISTA, 2009, p.8).

A quantidade de Discursos proferidos pelos Deputados e Senadores nas sessões plenárias por meio de categorias que expressavam os diferentes posicionamentos políticos sobre a concepção de Educação, ocorreu no período de 4 anos de tramitação após o envio dos Projetos de Lei N° 8.035/2010 e do Projeto de Lei N° 103/2012 para a Câmara dos Deputados e do Senado Federal, visando aprimoramento, apreciação e votação do novo PNE, resultando em um número considerável de debates e de emendas.

É interessante frizar, também, que o percurso do PNE no Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, foi permeado por mudanças substanciais, mediante o documento final da CONAE (2010), com o envio de mais de 3.984 emendas. Vários assuntos suscitaram debates polêmicos, dentre eles destacam-se: o financiamento da educação e a destinação dos 10% do PIB brasileiro; os *royalties* do petróleo para a educação; o fechamento das escolas de Educação Especial – APAE; a questão do analfabetismo e o ensino básico na centralidade da educação nacional (AQUINO, 2015).

Nesse sentido, buscou-se os Discursos no item *Discursos e Notas Taquigráficas do Site*¹¹ da Câmara dos Deputados, durante o período de janeiro 2010, ano de envio do Projeto de Lei N° 8.035/2010 para a Câmara dos Deputados, até 25 junho de 2014, data da aprovação do lei. O *site* possibilitou fácil acesso aos

¹¹ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>.

Discursos, em um sistema organizado como *Banco de Discursos*¹², o qual foi possível encontrar os Discursos proferidos no plenário por orador, partido, estado, período por datas e palavras-chave.

Para acessar e *Banco de Discursos* utilizou-se o categoria Educação e a sigla PNE, sendo salvos um total de 1.034 Discursos da Câmara dos Deputados, no período de 2010 a 2014, e, desse total, após a leitura, foram selecionados 157, conforme apêndice A. Todavia dos 157 Discursos dos Deputados selecionados, utilizamos ao longo do segundo capítulo 58 discursos. No apêndice B, é possível identificar a organização dos Discursos da Câmara dos de Deputados de 2010 a 10/2012 e 2014 utilizados, com os respectivos nomes, Partidos Político e estado federativo ao qual o Deputado representa, além do código da sessão, horário e data.

Os Discursos dos Senadores também estão disponíveis para consulta pública no *Site*¹³ do Senado. Foram utilizados os mesmos critérios de seleção e as mesmas categorias, sendo que o *Site* do Senado apresenta a organização semelhante dos Discursos no item *Diários do Senado Federal*. A distinção da busca do *Site* da Câmara para o *Site* do Senado é devido a delimitação do tempo, pois a seleção dos Discursos contemplaram o mês de outubro de 2012, quando o Projeto de Lei N° 8035/2010 foi aprovado na Câmara dos Deputados e enviado para o Senado, até a aprovação em junho de 2014. Portanto, do Senado Federal, foram salvos 262 discursos, entre 2012 e 2014, e, após a leitura, foram selecionamos 67, conforme apêndice C. Dessa forma, dos 67 Discursos dos Senadores selecionados foram utilizados 26 discursos que foram organizados no apêndice D, com os respectivos Senadores, partidos, estado federativo e data do discurso¹⁴.

Assim, para a sistematização dos Discursos produziu-se um quadro a partir de algumas categorias sobre o PNE 2014-2024, dos quais destacam-se: gestão, financiamento e concepção de educação¹⁵. Todavia, dos 224 Discursos selecionados foram selecionados 84 Discursos, sendo 58 de Deputados e 26 de

¹² O Banco de Discursos contém pronunciamentos dos Srs. Deputados e de convidados em sessões plenárias da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional a partir de 1946. O resultado da pesquisa apresenta discurso com redação final (BRASIL, 2016).

¹³ <http://www12.senado.leg.br/hpsenado>.

¹⁴ A forma de organização dos Discursos da Câmara dos Deputados para o Senado Federal se distingue em relação a disposição dos mesmos, pois no Senado Federal são apresentados somente as datas, o dia e as páginas por meio de um Diário do Senado Federal.

¹⁵ A partir dessas categorias foram feitos fichamentos com a data, o Deputado e o seu respectivo Partido. Embora alguns Discursos continham apenas um parágrafo e outros com até 10 páginas, o que os diferenciavam era a questão do conteúdo sendo, muitas vezes, restritos a comunicados.

Senadores, conforme descritos nos Apêndices B e D, cujos eixos ficaram assim definidos¹⁶: *Educação e Desenvolvimento Econômico*¹⁷ e *Educação, Trabalho e Pobreza*¹⁸.

Para a exposição da pesquisa foram organizados, portanto, dois capítulos com duas seções. No primeiro capítulo, a primeira seção aborda o Estado, a caracterização do Congresso Nacional Brasileiro e a Política Educacional Brasileira. Busca-se fazer a relação da influência do Congresso Nacional sobre a legislação educacional, além de trazer os aspectos sucintos sobre a Política Educacional Brasileira durante o Governo de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Dessa forma, por meio da Pesquisa Bibliográfica, para subsidiar a análise das categorias apreendidas a partir dos Discursos proferidos pelos Deputados e Senadores e do PNE (2001-2010) e PNE (2014-2024), bem como, dentre outras, da concepção de Estado, Congresso Nacional, Partido Político, Liberalismo, Neoliberalismo, Política Social/Educacional, Dívida Pública elencou-se os seguintes autores: Marx; Engels (1998); Lenin (1917); Engels (2000); Faleiros (2009); Xavier; Deitos (2006); Netto (2001; 2003); Vieira (2001); Behring; Boschetti, (2008); Sanfelice (2006); Saviani (1999); Shiroma; Moraes; Evangelista (2002); Fonseca (2009); Dourado (2010); Fiori (1997); Carcanholo (2000); Ramos (2003); Bonevides (2006); Fernandes (2008); Conceição (2000); Saviani (2006); Martins (2012) Reis (2015); Antunes (2004); Fattorelli (2013); Boito Junior (2012).

¹⁶ Além das concepções apresentadas que serão discutidas no capítulo 2 seções 2.1 e 2.2, por meio da seleção das fontes, encontramos uma terceira concepção expressiva nos discursos tanto dos Deputados quanto dos Senadores que é a concepção de Educação para a formação do cidadão. Nesses mesmos discursos apareceram as concepções de Educação como direito social, formação humana e formação para vida. No entanto, não serão analisadas essas concepções nesse trabalho.

¹⁷ Convém fazer duas observações. A primeira observação é que nos Discursos dos Deputados e Senadores a categoria Desenvolvimento quando relacionada com a categoria da Educação foi utilizada, praticamente, para se referir ao Desenvolvimento da Economia. A categoria Desenvolvimento também se expressou nos Discursos como Social, Sustentável, Tecnológica e para Internacionalização. Dessa forma, embora também apareceu a categoria Crescimento Econômico e sua relação com o Desenvolvimento, nesta dissertação será utilizada a categoria Desenvolvimento Econômico, por ter sido a mais recorrente nos Discursos dos Deputados e dos Senadores, e não a categoria Crescimento Econômico. A segunda observação é que a problematização dos Discursos dos Deputados e dos Senadores não seguirá uma ordem cronológica.

¹⁸ Delimitamos esse item como a concepção de Educação e Pobreza, nos diversos Discursos proferidos pelos Deputados e Senadores aparecem diversas categorias, no entanto, não se evidencia especificamente e somente a categoria Pobreza. Assim dos discursos selecionados para a discussão desse capítulo, busca-se ser fidegninos as categorias que remetem a Pobreza que são: desigualdades, desigualdade de “qualquer tipo”, desigualdade de renda, desigualdade social exclusão social, círculo da pobreza, violências sociais, miséria, “pessoas que não tem condições financeiras” e iniquidades.

A segunda seção, do segundo capítulo resgata o processo e os caminhos ao qual os Projetos de Lei N°8035/2010 e N°103/2012 perpassaram durante a tramitação no Congresso Nacional do PNE (2014-2024), e como foi o processo referente a aprovação do PNE (2001-2010), pautados pelos seguintes teóricos: Dourado (2010; 2014); Cury (2011); Saviani (2007; 2010); Moreira; Lara (2002); Aquino (2015); Bollmann (2010); Britto (2015); Araújo (2010); Martins (2015); e Souza (2014).

No segundo capítulo está organizado em duas seções. Na primeira seção contempla-se os Discursos dos Deputados e Senadores do Congresso Nacional durante a tramitação dos Projetos de Leis N° 8.035/2010 e N° 103/2012. Os teóricos utilizados para refletir sobre os conceitos relativos ao eixo *Desenvolvimento Econômico e Educação* foram: Leher (1998); Cunha (1979); Coraggio (2000); Figueiredo (2008); Xavier (2007); Nogueira (1999; 2007); Deitos (2001); Oliveira (2000); Bryan (2006).

Na segunda seção do segundo capítulo apresentou-se os Discursos dos Deputados e Senadores sobre o eixo *Educação, Trabalho e Pobreza*. Os teóricos para analisar as categorias relacionadas ao eixo mencionado foram: Leher (1998); Nogueira (1999); Cunha (1979); Evangelista; Shiroma (2006); Figueiredo (2006); Frigotto (2006; 2012); Deitos (2001); Penn (2002); Harbinson (1974); Saviani (2010) e Echevarría (1962).

E, por fim, nas considerações sintetizou-se a tendência predominante sobre a concepção de Educação nos Discursos dos Deputados e Senadores, com o objetivo de possibilitar reflexões sobre os dois eixos analisados: *Desenvolvimento Econômico e Educação* e *Educação, Trabalho e Pobreza*, afim demonstrar a continuidade das tendências na formulação da Política Educacional Brasileira.

1 O ESTADO, O CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024)

Neste capítulo tem como objetivo compreender a relação entre o Estado, a Política Social/Educacional e a tramitação do Projeto de Lei Nº 8.035/2010 e do Projeto de Lei Nº 103/2012 no Congresso Nacional Brasileiro. Nesse sentido, aborda-se os conceitos de Estado, Política Social/Política Educacional e o Congresso Nacional brasileiro em relação ao Plano Nacional de Educação(2014-2024). Busca-se apresentar a concepção de Estado e algumas de suas características, partindo do entendimento que o Estado não é um processo exterior da sociedade capitalista, mas uma necessidade criada a partir dos antagonismos de classes decorrentes do próprio desenvolvimento econômico e social de determinado momento histórico.

Desta forma, as Políticas Sociais/Políticas Educacionais se caracterizam como produtos nessa relação de luta de classes, com intuito de amenizar os conflitos gerados pelos antagonismos decorrentes das próprias relações sociais capitalistas, porém relacionados com as ações do Estado que busca intervir na vida do trabalhador por meio de Políticas como Assistência Social, Saúde, Habitação, Educação, etc.

Neste sentido, o Congresso Nacional, que envolve a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, também está inserido na dinâmica do processo de desenvolvimento econômico e social da sociedade capitalista, em determinado momento histórico, e representa a correlação de forças quanto ao processo de reforma educacional, particularmente, neste estudo, por meio da tramitação do Projeto de Lei Nº 8.035/2010 e do Projeto de Lei Nº 103/2012.

1.1 O ESTADO, A POLÍTICA SOCIAL/EDUCACIONAL E O CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO

Nesta seção, a compreensão de que a relação entre o Estado, as Políticas Sociais e a Política Educacional são intrínsecas ao processo de desenvolvimento da sociedade capitalista é fundamental para explicitar a relação das dimensões econômicas, políticas, sociais, ideológicas que correspondem ao processo de luta de classes.

Nesse sentido, o crescimento econômico e as mudanças no modo de produção, em determinado momento histórico, acentuaram a divisão da sociedade

capitalista em classes. As relações sociais de produção se configuram por meio da exploração do trabalho de uma classe pela outra, burguesia e proletários.

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto têm trabalho e só tem trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital. (MARX, ENGELS, 2005, p. 46).

Essa relação conflitante, demanda de algo que legitime a dominação e amenize essa relação de exploração e desigualdade derivou, portanto, a criação do Estado pela burguesia. Quanto a concepção de Estado Marx assim o define: “[...] é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes” (MARX *apud* LENIN, 1917, p. 4).

Neste sentido, o surgimento do Estado não é dado por um processo exterior da sociedade. Ao contrário, para Engels (2000), o Estado não é algo acima da sociedade é o resultado da própria divisão da sociedade em classes e de suas relações antagônicas em um determinado momento do desenvolvimento econômico, que tornou o Estado uma necessidade.

Como as classes antagônicas possuem interesses econômicos divergentes e para que elas “não se devorem e não consumam a sociedade” é necessário, portanto, um poder que amorteça e mantenha a ordem. “Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado” (ENGELS, 2000, p. 191).

A relação entre as classes e o Estado pode ser assim compreendida:

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes e, como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida (ENGELS, 2000, p. 193).

O Estado, portanto, nas relações de produção capitalista, se apresenta como “[...] um produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes” (LENIN, 1917, p. 7), sendo que a contradição entre as classes na sociedade não seria algo

conciliável. No entanto, é nessa relação que o Estado se manifesta, mas apresenta nele mesmo a expressão de uma classe, a burguesia (LENIN, 1917).

Faleiros (2009) demarca o Estado com uma relação social e um campo de batalhas onde diferentes grupos dominantes da burguesia se conciliam com certos interesses das classes dominadas, promovendo uma interpedência entre as classes. O Estado é um lugar do poder político, um aparelho coercitivo e de integração e que media as relações que parecem se tornar de interesse geral, em um determinado território.

A instância do poder político mantém uma relação dialética com a base econômica da sociedade. A natureza contraditória do Estado está na mediação das relações sociais segundo a correlação de forças da sociedade civil, ora integrando também os interesses da classe trabalhadora, evidenciando o seu caráter hegemônico e de dominação frente às forças da sociedade civil (FALEIROS, 2009). Assim,

A ação do Estado se situa, então, em relação à correlação das forças sociais. Se as classes dominadas representam uma ameaça real à coalizão dominante, a intervenção do Estado pode ser caracterizada por uma repressão brutal. Se a pressão das classes dominadas se exerce num contexto da legalidade liberal, as intervenções do Estado se caracterizam pelo estabelecimento de certas regras do jogo, pela recuperação e pela regularização dos conflitos sociais. É neste contexto que situamos o Estado liberal democrático (FALEIROS, 2009, p. 52-53).

Ainda nessa relação, ressaltando o caráter de classe do Estado este deve “[...] assegurar a propriedade privada e a acumulação de capital e em determinados momentos também pode realizar políticas anticapitalistas em curto prazo, porém os interesses hegemônicos se mantem em longo prazo” (FALEIROS, 2009, p. 53).

O Estado relaciona-se com as ações dos políticos e, nessa relação, por vezes, acabam cedendo a pressões e interesses de outros grupos:

Também se vê com frequência como os vereadores, os deputados, os senadores, os ministros de Estado sucumbem às influências de pessoas e instituições poderosas, de interesses *partidários* ou de exigências locais e regionais (FERNANDES, 2008, p. 106).

Além de algumas características apresentadas acima sobre o Estado é preciso mencionar a visão de mundo do capitalismo, o Liberalismo¹⁹, que se desenvolveu entre os séculos XVI e XVII. Dentre as principais premissas do Liberalismo estão os interesses individuais, a igualdade e o livre mercado. Nesta relação é que se define o papel do Estado mínimo não-interventor para que “[...] assumisse apenas as funções de guardar pela liberdade de ação individual e pelo bom funcionamento do estado natural da sociedade” (CARCANHOLO, 2000, p. 116-117).

Contudo, para Carcanholo (2000), a Ideologia Liberal não influencia apenas as ações do Estado, mas reflete em todos os âmbitos das relações de produção capitalista. Assim, as relações econômicas, políticas e sociais estão estritamente relacionadas com a referida ideologia.

No entanto, as mudanças que ocorreram nas relações de produção capitalista, como as crises do capital, demandaram do Estado algumas intervenções. Nessa relação encontra-se a o *Welfare State* proposto por Keynes²⁰, o chamado Estado de Bem Estar Social. Porém, contrapondo ao Estado Keynesiano é que há um resgate das ideias liberais, com uma nova nomenclatura: o neoliberalismo²¹.

¹⁹Segundo Carcanholo (2000) as quatro premissas do Liberalismo, são: a primeira premissa estaria voltada para que as decisões tomadas por agentes individuais sejam voltadas estritamente para interesses individuais. A segunda premissa, estaria voltada aos movimentos econômicos, políticos e sociais que estariam relacionados com ações individuais e se justificariam pelos mesmos e que a sociedade é soma de vários indivíduos. A terceira premissa, compreendia que a ordem natural harmônica que seria o resultado das próprias ações egoístas dos indivíduos, e a quarta premissa refere-se a garantia da ordem natural por meio do mercado que é guiado por interesses privados e, assim, não poderia haver quaisquer tipo de intervenção porque alteraria a ordem natural da sociedade.

²⁰ John Maynard Keynes é considerado o principal defensor do intervencionismo estatal no capitalismo para evitar ou minimizar os efeitos das crises cíclicas. O Estado, por meio dos seus gastos, ampliaria a demanda efetiva, impulsionando o crescimento das atividades econômicas e evitando as citadas crises (RAMOS, 2003, p.55).

²¹ De acordo com Fiori (1997) o neoliberalismo passou por quatro etapas (embora não lineares). A primeira etapa foi no Pós-Segunda Guerra com a germinação das ideias ultraliberais de Frederich Hayek antecipando a discussão contra a intervenção do *Welfare State*, e resistindo durante décadas, até se manifestar nos anos de 1960/1970, juntamente com Milton Friedman. Essa segunda etapa do avanço neoliberal se caracteriza pela expansão acadêmica norte-americana, onde muitos economistas que futuramente viriam a produzir as políticas e planos de estabilização para os países periféricos, fizeram parte. A terceira etapa se caracteriza pela transição das ideias neoliberais do campo acadêmico para o campo da política com a vitória eleitoral dos liberais-conservadores dos governos de Margaret Thatcher, em 1979, na Inglaterra, de Reagan, em 1980, nos Estados Unidos, e de Helmut Kohl, em 1982, na Alemanha. Na quarta etapa, o neoliberalismo dá um salto mediante a implosão do mundo comunista. Nesse momento, basicamente nas décadas de 1980 e 1990, o neoliberalismo chega, portanto, na América Latina pela via econômica, com a renegociação da dívida pública e os condicionamentos desse processo, e pela via política, com a incorporação do neoliberalismo pelas elites econômicas (FIORI, 1997).

Entende-se que o Liberalismo e o Neoliberalismo aparecem em diferentes contextos históricos e sociais, embora permaneçam alguns princípios²². De acordo com Carcanholo (2000) a principal similaridade entre o Liberalismo e o Neoliberalismo em relação ao Estado está no princípio de um Estado forte para garantir um Estado mínimo.

Para Fiori (1997) não há nenhuma diferença entre o velho e o novo liberalismo (neoliberalismo), pois a tese central continua sendo, para ambos, “o menos de Estado e de política possível”. Dentre as propostas bases das ideias anunciadas do velho liberalismo está: a busca da despolitização dos mercados; e a liberdade absoluta de circulação dos indivíduos e dos capitais privados. No novo (neo) liberalismo permanece a defesa intransigente do individualismo, e a igualdade social somente como igualdade nas condições iniciais no mercado. Nesse caso, em decorrência da competência de cada um, as diferenças gerariam resultados considerados próprios da dinâmica da sociedade capitalista. Ocorre, portanto, a contrariedade à intervenção pública para possibilitar um grau de igualdade entre os indivíduos. Tanto os velhos como novos liberais não apresentam preocupação em discutir o porque das desigualdades e das diferenças, embora a intervenção pública é considerada importante em algumas áreas de interesses. É assim que

[...]nas mais modernas formulações e documentos neoliberais produzidos hoje por organismos internacionais ou multilaterais, apareça sempre a defesa da necessidade da intervenção pública naquelas áreas de interesse coletivo que não sejam rentáveis para os capitais privados ou mesmo onde se manifestem situações de extraordinária carência social. Nesse sentido, portanto, a simples defesa de políticas sociais compensatórias não chega a caracterizar a inexistência de posição neoliberal. (FIORI, 1997, p. 212).

Embora, o debate filosófico e doutrinário do liberalismo não se altera para o neoliberalismo, pode-se destacar algumas diferenças sobre velho liberalismo e o neoliberalismo. A partir da década de 1970 a teoria neoclássica torna-se o suporte da cientificidade (pseudoconcreticidade) para as políticas neoliberais. O

²² Para Carcanholo, o neoliberalismo, mais do que uma filosofia moral ou política, é meramente uma receita de política econômica, onde as esferas políticas e sociais são reflexos do comportamento econômico, subordinadas a critérios de eficiência. Para o neoliberalismo, o homem extrapola seu comportamento maximizador, avaliando custos e benefícios de suas decisões, para todas as esferas da sociedade. Se antes, no liberalismo clássico, razão e liberdade eram valores fundamentais reciprocamente articulados, agora, no neoliberalismo, a liberdade passa a se subordinar a uma razão economicista (CARCANHOLO, 2000, p. 118).

neoliberalismo, acompanhou e subsidiou de forma ideológica e teórica as transformações econômicas e políticas do período de 1970, 1980 e 1990, com o avanço da desregulamentação dos mercados pelo mundo. Então “[...] esse casamento virtuoso se deu na forma de que o avanço expansivo do capital foi criando e adubando o terreno para a chegada das ideias neoliberais” (FIORI, 1997, p. 214). Além disso, o neoliberalismo, conquistou um terreno hegemônico após a derrota comunista com expansão para o Leste Europeu e alguns países da Ásia, algo que não havia acontecido. E a principal diferença do liberalismo e neoliberalismo, se coloca diante ao avanço contra o desmonte dos direitos dos trabalhadores, do chamado *Welfare State*. Esse projeto de desmonte do *Welfare State* pelos neoliberais é chamado de “reformas” “[...] das quais se fala indiferenciadamente em toda a América Latina, como se elas fossem o ‘abre-te sésamo’ da felicidade ou de um ‘novo modelo de desenvolvimento’ (FIORI, 1997, p. 215). Sobre as reformas neoliberais que orientaram os Organismos Internacionais:

[...] que se transformaram, na prática, no núcleo duro de formulação do pensamento e das políticas neoliberais voltadas para ‘ajustamento econômico’ da periferia capitalista e também, é óbvio, da América Latina. Políticas que passaram a fazer parte indissociável das recomendações e das condicionantes do FMI do BIRD, etc. (FIORI, 1997, p. 217).

O neoliberalismo, chega, portanto, a partir da década de 1980 e 1990 na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil, pelo caminho econômico da renegociação da dívida pública, juntamente com tripé da desregulação, da privatização e da abertura comercial, bem como pela política pela apropriação ideológica do neoliberalismo pelas elites econômicas. As conseqüências da implementação das medidas neoliberais, destacam-se pela diminuição dos gastos com as Políticas Sociais e o empobrecimento da classe trabalhadora. (FIORI, 1997).

Assim, as medidas neoliberais que vão sendo implementadas na América Latina, passam a influenciar nas decisões tomadas pelo Estado, não somente nas políticas econômicas, mas intrinsecamente nas Políticas Sociais (CARCANHOLO, 2000).

Contudo, para assegurar a acumulação de capital, além das estratégias de intervenção do Estado²³ na economia, na produção e no mercado é necessário também que haja a reprodução e a manutenção da força de trabalho para que essa acumulação não seja interrompida. Entende-se que a exploração do trabalho nas relações de produção capitalistas causam danos irreversíveis na vida do trabalhador, associado as consequências do neoliberalismo. É, portanto, nesta relação, que as Políticas Sociais vão responder as expressões da “questão social”²⁴.

De acordo com Netto (2001) a intervenção estatal²⁵ sobre a “questão social” acontece de forma fragmentada e parcializada, pois não é possível tomar a “questão social” de modo totalitário, pois remeteria a contradição fundamental do sistema capitalista: capital e trabalho, e isso colocaria em xeque a ordem burguesa. Para a manutenção dessa ordem

[...] a política social deve constituir-se necessariamente em *políticas sociais*: as sequelas da ‘questão social’ são recortadas como problemáticas *particulares* (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física, etc) e assim enfrentadas. [...] tudo se passa como se estas fossem inevitáveis ou como se originassem de um ‘desvio’ da lógica social (NETTO, 2001, p. 28).

Para Netto (2003) política social não é encaminhada para resolver problema algum, mas para fazer operar aquela dupla intervenção do Estado burguês: promover a acumulação e a legitimação. Isto significa que as políticas sociais do Estado burguês são incapazes de atender aos seus objetivos. Todavia, longe de significar que sejam desnecessárias, inúteis ou que devem ser menosprezadas, a

²³ Com o início da fase do capitalismo monopolista, constitui-se uma mudança na dinâmica do modo de produção capitalista pelo processo de controle de mercados com o intuito de maximização de lucros e aumento da acumulação capitalista. Esse período produziu modificações na estrutura social e na vida política da sociedade em crescente exploração e aumento dos lucros, as contradições resultantes desse processo tem-se a agudização da “questão social”. No capitalismo monopolista “[...] as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas” (NETTO, 2001, p. 21).

²⁴ Por “questão social”, no sentido universal do tempo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais, e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista (NETTO, 2001, p. 13).

²⁵ Através da política social o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores, cujas demandas incorporam sistemas de consenso variáveis, mas operantes. (NETTO, 2001, p. 26-27).

luta por políticas sociais mais abrangentes e universais “[...] deve ser travada com a clareza da existência dos limites [...]” (NETTO, 2003, p. 28).

A Política Social, com intuito de amenizar o confronto entre as classes, ocasionada pela exploração do trabalho, também expressa os antagonismos de classe. Nesse caso, a Política Social “[...] nada mais é do que uma parte da síntese possível das tensões e disputas econômicas, sociais e políticas, e, portanto, das contradições que geram” (XAVIER; DEITOS, 2006, p. 69).

Faleiros (2009) aponta que para o capital é necessário que o trabalhador se mantenha em condições de retornar ao seu trabalho e desempenhar as suas funções. Para isso, é preciso que se tenha alimentação, saúde, educação, etc. Nesse sentido, é que o Estado como “conciliador” das causas inconciliáveis irá se manifestar, e para atender essas necessidades articulado a demandas da classe trabalhadora é que se criam as Políticas Sociais.

Devido as Políticas Sociais estarem inseridas no contexto da luta de classes, ao mesmo tempo que favorece e acata algumas das demandas da classe trabalhadora, contribui para a reprodução das relações do capital. Desta forma, “A política social é uma gestão estatal da força de trabalho, *articulando* as pressões e movimentos sociais dos trabalhadores com as *formas* de reprodução exigidas pela valorização do capital e pela manutenção da ordem social [...]” (FALEIROS, 2009, p. 64, grifos do autor).

O surgimento das Políticas Sociais, de acordo com Behring & Boschetti (2008), foi gradual e diferenciado de acordo com cada país. Esse surgimento relaciona-se com o movimento de organização e pressão da classe trabalhadora e da correlação de forças no âmbito do Estado. Porém, o início é situado no fim do século XIX, devido às ações de âmbito social planejadas, sistematizadas e com caráter de obrigatoriedade tomado pelo Estado.

Outro aspecto importante da Política Social é sua indissociabilidade da Política Econômica. Para Vieira (2001) “A distinção entre política social e política econômica só é sustentável do ponto de vista didático, porque não existe nada mais econômico que o social e não existe nada mais social que o econômico” (VIEIRA, 2001, p. 18).

Embora em determinados momentos históricos da luta de classes a Política Social possa apresentar diversas características, algumas permanecem. Primeiramente, uma das delas é a sua fragmentação, parcialização e setorialização,

o que fraciona o caráter da Política Social de apenas uma política para várias, como a Política Social da Saúde, da Assistência, da Educação, etc. (VIEIRA, 2001). De modo geral, o formato das Políticas Sociais se apresentam como

[...]desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 51).

A observação feita por Xavier e Deitos (2006) aponta que a fragmentação apresenta-se como parte inerente da Política Social, pois a sua universalização confrontaria e colocaria em cheque o próprio Estado. Desta forma

[...] jamais poderia universalizar as políticas sociais, se as entendermos como expressão de contradições inerentes à ordem social estabelecida. Nessa ótica, a universalização das políticas sociais seria o caminho da própria dissolução do Estado capitalista e das determinações materiais que o sustentam ancoradas na acumulação e reprodução capitalista. A política social não poderia mais existir como tal, pois, tal como é concebida é parte constituinte da própria contradição a que o Estado capitalista submete as classes dominadas na repartição social dos bens produzidos e do acesso ao atendimento das necessidades que se revelam num embate contraditório e permanente (XAVIER; DEITOS, 2006, p. 69).

Outro ponto importante quanto às Políticas Sociais é o seu caráter assistencialista, devido a sua característica de amenizar a “questão social” e não de saná-la. Neste sentido, é que as mesmas trazem soluções pontuais, emergenciais e assistenciais em determinadas pontos da vida do trabalhador. Esta lógica, portanto, é assim expressa por Sanfelice (2006):

Enquanto assistencialistas, criam a ideia de que há um humanismo nessa sociedade que se preocupa com os mais pobres, com os mais carentes, e os desempregados. Como estratégicas, do ponto de vista da manutenção da ordem econômica, elas são reprodutoras dessa condição (SANFELICE, 2006, p. 59).

Entende-se que a Política Educacional é parte constituinte da Política Social e, portanto, está inserida nas mesmas relações de disputas e interesses capitalistas. Nesse sentido, a partir das reformas neoliberais na década de 1990 é que a Política

Educacional toma relevância, como parte das estratégias para o desenvolvimento econômico da América Latina.

Ainda para Saviani (1999), [...] a partir de 1990, a “racionalidade financeira” é a via de realização através da redução dos gastos públicos e da diminuição do tamanho do Estado, visando tornar o país atraente ao fluxo do capital financeiro (SAVIANI, 1999, p. 89).

Deste modo, afirmam Xavier e Deitos (2006):

[...] produziu-se através de farta legislação, diretrizes curriculares nacionais e mecanismos operacionais e organizacionais. A implementação da política educacional nacional para a educação básica e superior acabou garantindo as condições políticas e ideológicas, dentro do campo educacional, para o sucesso do processo de abertura econômica, de consolidação da internacionalização da economia, do processo de flexibilização e desregulamentação institucional, de privatização e dinamização de controles estatais e privados, e de criação de agências reguladoras nacionais em todos os setores econômicos e sociais (XAVIER; DEITOS, 2006, p.73).

Neste contexto, assim como as outras Políticas Sociais, a Educação também foi foco nos diversos documentos emanados pelos Organismos Internacionais, dentre eles o Banco Mundial e FMI, cujos diagnósticos, análises e propostas deveriam ser adequados a todos os países da América Latina e Caribe, tanto para a Educação quanto para a Economia, que exerceu influência na formulação das políticas públicas para a educação no país (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002).

Para Fonseca (2009) embora a sua reflexão volta-se para a questão da qualidade da educação, concordamos no sentido de que a análise da Política Educacional está inserida em uma dinâmica ampla: Nesse sentido,

[...] uma reflexão acurada com respeito à qualidade da educação supõe apreendê-la no âmago da dinâmica socioeconômica e cultural de um país. *Implica perceber como a política educacional interage com os projetos nacionais de desenvolvimento, os quais, por sua vez, articulam-se, de forma mais ou menos autônoma, com as sucessivas mutações da economia mundial*; supõe perceber a sua interlocução com os movimentos pedagógicos e metodológicos e, ainda, com as demandas da sociedade organizada, mais especificamente, aquelas que partem dos educadores, muitas vezes sustentando posições contrárias à política oficial. No seio dessa

dinâmica, são produzidos valores que se traduzem em diferentes sentidos para a qualidade (FONSECA, 2009, p. 154. Grifos nossos).

A partir da compreensão de que a Política Educacional, em parte, interage com os projetos nacionais de desenvolvimento é necessário analisá-la na dinâmica do Poder Legislativo, o chamado Congresso Nacional, constituído pela Câmara dos Deputados e o Senado Federal. O Congresso Nacional, criado no âmago do Estado, é parte constituinte da dinâmica socioeconômica, no qual se traduz em diferentes projetos nacionais. Deve-se enfatizar, nesse percurso, que a legislação constitui o instrumento através do qual o Estado regula, acentuando ou amenizando as tendências em marcha (SAVIANI, 2006, p.154-155).

Bonevides (2006) analisa a separação dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, a partir da obra de *Montesquieu* (1951). No Poder Legislativo são feitas as leis que vigoram por muito tempo ou por tempo restrito, podem aperfeiçoá-las ou revogam as que já existem. O Poder Executivo, cuida da segurança do Estado. O Poder Judiciário tem a função de julgar e punir os crimes de ordem civil.

Ressalta-se, portanto, dentro da organização geral do Estado, o Poder Legislativo, que se organiza por meio do Congresso Nacional. De acordo com o Artigo 44 da Constituição Federal Brasileira de 1988: “O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal” (BRASIL, 1988, s/p).

Sustenta-se que o Poder Legislativo, de acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, cumpre um papel central no Estado, sendo

[...] imprescindível perante a sociedade do País, visto que desempenha três funções primordiais para a consolidação da democracia: representar o povo brasileiro, legislar sobre os assuntos de interesse nacional e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos (BRASIL, 2016, s/p).

Embora, se condense no Congresso Nacional, tanto a Câmara dos Deputados e o Senado Federal²⁶, desempenham funções distintas enquanto Poder Legislativo. Portanto, as atribuições do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) estão designadas nos Artigos 48 ao 52²⁷.

²⁶ Ambos são orientados por Regimentos Internos. (Resolução Nº 17, DE 1989; Resolução Nº 18, de 1989).

²⁷ Conferir anexo A.

Dessa forma, a Câmara dos Deputados é composta por 513 Deputados e o Senado Federal com 81 Senadores. Assim, o Congresso Nacional Brasileiro:

[...] exerce atividades que viabilizam a realização dos anseios da população, mediante discussão e aprovação de propostas referentes às áreas econômicas e sociais, como educação, saúde, transporte, habitação, entre outras, sem descuidar do correto emprego, pelos Poderes da União, dos recursos arrecadados da população com o pagamento de tributos (BRASIL, 2016, s/n).

A Câmara dos Deputados é a Casa em que tem início o trâmite da maioria das proposições legislativas e articula-se com o Senado Federal. A Câmara de Deputados, órgão de representação mais imediata do povo, centraliza muitos dos maiores debates e decisões de importância nacional (BRASIL, 2016).

Na maioria dos casos, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal funcionam de forma articulada para o exercício das funções do Congresso Nacional. Um exemplo é o processo de elaboração das leis complementares e ordinárias, em que uma Casa funciona como iniciadora e a outra como revisora. Há situações, porém, em que as Casas funcionam separadamente. (BRASIL, 2016, s/n).

Neste sentido, os Deputados e os Senadores assumem os respectivos cargos a partir das eleições, no entanto, esses são organizados por meio de Partidos Políticos. É necessário traçar alguns conceitos em relação à concepção de Partido Político, para que se possa compreendê-los em relação ao Estado.

Para Conceição (2000) os Partidos Políticos são parte de um sistema político da sociedade:

Os sistemas de partidos são diferentes maneiras históricas de resolução dos conflitos político sociais. Os partidos são canais em que o poder legalmente constituído busca institucionalizar as diversas clivagens, como resultado das relações de forças que se exprimem nos conflitos (CONCEIÇÃO, 2000, p. 85).

A partir desse conceito geral, além da estrutura dos Partidos os mesmos têm, em sua organização, objetivos que se vinculam a um projeto partidário, além de um projeto político e filiação ideológica. “A ação dos partidos na vida política se realiza mediante a organização, que assegura aos partidos as condições para trabalhar em direção do cumprimento de seus objetivos” (CONCEIÇÃO, 2000, p. 87).

Para Saviani (2006) o Partido Político é o organismo da sociedade civil que se relaciona diretamente com a sociedade política, visando a posse, o controle ou a fiscalização do aparelho governamental.

A ação dos Partidos, sejam eles Políticos ou Ideológicos, ocorre, via de regra, através de determinadas estratégias que podem variar amplamente conforme as conjunturas ou se revestir de um caráter de relativa permanência (SAVIANI, 2006, p. 4).

Além da organização técnica que envolve a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, o seu papel enquanto Legislativo refere-se a um significativo trabalho que envolve as dimensões econômicas, política e social da sociedade brasileira. Dentro dessas dimensões ressaltamos a Política Educacional a qual se relaciona estritamente com as ações desempenhadas pelo Congresso Nacional Brasileiro.

Nesse sentido, no que concerne a concepção de Educação subjacente aos Discursos dos Deputados e Senadores é preciso considerar o processo de elaboração das Políticas Educacionais. Dessa forma, é necessário:

[...] levar em conta o movimento da política educacional. Com efeito, as estratégias de sustentação política dominantes no país envolvem o Congresso Nacional e não deixam de influenciar (ou mesmo determinar) os rumos da questão educacional quando esta é objeto de regulamentação jurídico-política (SAVIANI, 2006, p. 3).

Contudo, é importante situar os Discursos dos Deputados e Senadores como parte da formulação da Política Educacional, por se constituir em debates e posicionamentos ideológicos frente à Educação brasileira.

Com efeito, se a única maneira eficaz de esclarecer o significado do produto é examinar o modo como foi produzido, cabe analisar o processo de elaboração das leis de ensino para se compreender o seu significado político e educativo. (SAVIANI, 2006, p. 144).

É a partir dessa organização que, entre as diversas proposições de leis enviadas ao Congresso Nacional, sejam econômicas, políticas e sociais, o mesmo se caracteriza como um espaço de tensões, disputas, tendo em vista que se encontra permeado de interesses de classes, composta por representantes dessas

frações cada qual com seu projeto político e filiação ideológica. Como exemplo, pode-se mencionar o caso do fundo público, em que

A decisão, do poder executivo ou legislativo, a respeito das prioridades da destinação do fundo público se sujeita a tensões político-ideológicas e disputas entre grupos e classes sociais, portadores de projetos societários e de visões de mundo divergentes e/ou antagônicos. (REIS, 2015, p. 134)

De acordo com o estudo realizado por Martins (2012), *O Poder Legislativo e as Políticas Públicas Educacionais no período 1995-2010*²⁸, uma das principais ações legislativas vinculadas na definição de políticas públicas está voltada ao financiamento público da Educação, que acaba sendo um campo de interesses do Poder Legislativo. Enfatizou que o Congresso Brasileiro se coloca colaborativo e participativo, sendo resistente à restrição de direitos sociais na área educacional. Ao relatar sobre a dimensão político-ideológica, expôs que a maior iniciativa se dava pelos partidos de esquerda. Quando o assunto fora as propostas voltadas ao financiamento

[...] revelou-se distinção entre os partidos de centro e de esquerda, de um lado, e os de direita, de outro. Os primeiros voltaram-se mais para a educação básica pública, e os de direita, para o financiamento privado da educação (MARTINS, 2012, p. 231).

Assim,

[...] a educação um tema de reconhecido apelo social e progressivamente inserido na agenda do debate público, com provável impacto eleitoral importante, o número de iniciativas legislativas na área é significativo. Em outras palavras, é elevado o número de deputados com algum tipo de iniciativa legislativa na área. Esta hipótese aponta na mesma direção de estudos que indicam uma predominância de iniciativas parlamentares no campo social. (MARTINS, 2012, p. 34).

²⁸ O estudo de caso feito por Martins (2012) delimitou o período de 1995-2010 entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. O autor analisou as proposições (Projetos de Leis e Emendas Constitucionais) para as Políticas Educacionais do Poder Legislativo, voltado especificamente para a Câmara dos Deputados. Para análise elencou as seguintes temáticas: financiamento da educação, organização da educação, currículo escolar, criação de escolas, programas suplementares de assistências, entre outros. Considerou os partidos políticos dos parlamentares como autores das proposições, a quantidade que representavam na bancada, a orientação político-ideológica dos partidos (direita, centro e esquerda) e a posição dos partidos em relação ao Poder Executivo (situação ou oposição). Assim, Martins constatou que as proposições advindas do Poder Executivo tiveram grande intervenção do Congresso Nacional. Martins, Ricardo Chaves de Rezende. O poder legislativo e as políticas públicas educacionais no período 1995-2010. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 241 p. – (Série memória e análise de leis n. 3).

A partir da análise dos Projetos de Leis e Emendas Constitucionais voltadas a Política Educacional que perpassaram o Congresso Nacional nos anos de 1995-2010, realizada por Martins (2012), concluiu-se que a intervenção do Poder Legislativo é expressiva nas questões de políticas educacionais constados por meio das alterações nos textos aprovados diferentes dos textos enviado pelo Poder Executivo. No entanto, “Os textos resultantes não são um amontoado de emendas particularistas, mas refletem uma ampla negociação em torno de linhas consensuais de política” (MARTINS, 2012, p. 19).

Além das intervenções do Poder Legislativo nas tramitações de textos de Projetos de Leis, o estudo de Martins (2012) demonstrou que há um interesse do Poder Legislativo, devido à quantidade de proposições voltadas para a Política Educacional. As iniciativas, nesse caso, demonstraram que as proposições buscaram responder as demandas de diversos setores da sociedade em relação a Educação.

As proposições sobre a Política Educacional da Câmara dos Deputados apresentam tendências divergentes devido a sua filiação partidária e ao peso que os partidos têm na organização dentro do Poder Legislativo. Contudo, “[...] o funcionamento do Poder Legislativo brasileiro está longe de se caracterizar apenas pela ação individual dos parlamentares, embora suas iniciativas particulares cumpram determinadas funções que importa desvelar” (MARTINS, 2012, p. 29).Dentre as motivações dos parlamentares:

[...] a intervenção legislativa dos partidos e dos parlamentares individualmente obedece a motivações de diferentes ordens. Dessa forma, as variáveis explicativas incluem tanto fatores de ordem institucional como fatores relacionados aos interesses, ideologias e vínculos sociais dos legisladores. (MARTINS, 2012, p. 18).

Das leis educacionais aprovadas de no período 1995 a junho de 2010, havia alterações do Congresso Nacional nas propostas enviadas pelo presidentes da República Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva que “[...] foram amplamente discutidas, negociadas e modificadas no âmbito do Congresso Nacional”. (MARTINS, 2012, p. 232). Dessa forma,

[...] há uma relevante intervenção do Poder Legislativo na definição de normas que regulam as políticas públicas educacionais. Embora quase não exerça o papel originário de sua concepção, o Congresso Nacional intervém significativamente na sua definição última, por meio dos mecanismos de emendamento e negociação. Muitas vezes o conteúdo da lei afinal aprovada é substancialmente distinto do projeto originalmente encaminhado. O grau de intervenção do Poder Legislativo na revisão de propostas de emenda constitucional, projetos e medidas provisórias editadas pelo presidente da República, por exemplo, é bastante elevado (MARTINS, 2012, p. 26).

Portanto, destaca-se a pertinência da intervenção do Poder Legislativo na Política Educacional. O Congresso Nacional, nessa dimensão, se caracteriza como um espaço de embate sobre essa política, um campo de interesses de diversos setores da sociedade.

Com o Presidente Luís Inácio Lula da Silva(2003-2006) e (2007-2010) e, posteriormente, com a Presidenta Dilma Rousseff (2011-2014) e (2015-2016)²⁹, ambos do Partido dos Trabalhadores – PT, a política econômica desenvolvida teve continuidade, mantendo os mesmos objetivos com o sistema financeiro e os compromissos com as orientações neoliberais, como a estabilidade fiscal e o aceleração do *superávit* para o pagamento da dívida pública (REIS, 2015).

Os processos de reforma educacional se expressaram no período delimitado nesta pesquisa, a saber de 2010 a 2014, com a tramitação do Projeto de Lei Nº 8.035/2010 e do Projeto de Lei Nº 103/2012.

O governo de Luís Inácio Lula da Silva promoveu:

[...] esperanças e gerou muitas expectativas, em movimentos e entidades vinculadas à classe trabalhadora. Esperava-se que o novo governo implementasse um novo modelo de desenvolvimento que pudesse reverter a política econômica adotada pelo governo de Fernando Henrique (REIS, 2015, p. 137).

²⁹ Nas palavras de Marcelo Braz (2017): O mês de agosto tem uma má fama. “Agosto, mês do desgosto”, diz-se. Na história política do Brasil temos eventos trágicos: em 24 de agosto de 1954 o presidente Getúlio Vargas se suicida, fato que abalou o país. Mais tarde, em 25 de agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros surpreende ao pedir a renúncia do cargo poucos meses após tomar posse. Em 22 de agosto de 1976 o ex-presidente Juscelino Kubitschek morre num estranho “acidente” de carro. Quarenta anos depois, no dia 31 de agosto de 2016, o Senado Federal votou o processo de *impeachment* que tirou a presidente Dilma Rousseff do cargo. Para quem acredita em crendices e superstições, o mês de agosto tem criado efemérides. Já para aqueles que procuram escapar das ilusões [...], o mês é apenas o oitavo do calendário gregoriano, que, por acaso, entrou para a história política no Brasil” (BRAZ, 2017, p. 86).

Embora, com muitas expectativas, o Governo de Lula deu continuidade às reformas que vinham sendo preconizadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e, principalmente, característica da continuidade nas reformas políticas foi a manutenção da política macroeconômica (REIS, 2015).

A continuidade do projeto neoliberal de desmonte social foi mostrada logo no primeiro ano de mandato de Lula, pois “[...] a eleição que levou Lula ao poder foi, por isso, uma vitória política tardia. Nem o PT, nem o país eram mais os mesmos” (ANTUNES, 2004, p. 165).

Nesse sentido, os anos que seguiram o governo Lula demonstraram o seguimento das reformas e ajustes econômicos e políticos que iniciaram na década de 1990³⁰ com grande impacto no âmbito social brasileiro. De acordo com Antunes (2004) as condições de vida dos trabalhadores continuaram de forma degradante, a política econômica se mostrou voltada para os interesses do capital financeiro estrangeiro como o FMI. No primeiro ano:

[...] Lula acaba de defender a flexibilização das leis do trabalho, como os capitais transnacionais estão exigindo. A política salarial está ao sabor do que poderia ser chamado de *governo contingente*: corte brutal na educação, saúde e previdência públicas, no salário mínimo, paralelamente ao pagamento desmedido e servil dos juros da dívida. [...]. Tudo para controlar o ‘risco-Brasil’ e agradar aos mercados internacionais (ANTUNES, 2004, p. 156).

O governo de Lula deu continuidade aos ajustes estruturais como conjunturais, ou seja, estruturais no sentido de intensificação da acumulação de capitais pelas empresas, com isso gerando o aumento de desempregos. E conjuntural, pelo Brasil implementar os ditames do capital financeiro, FMI e Estados Unidos (ANTUNES, 2004).

No governo de Dilma Rousseff a política dos ajustes fiscais para o pagamento das dívidas públicas³¹ também permaneceram e penalizaram a classe trabalhadora. Esse modelo econômico, adotado por ambos os governos, demandou a continuidade da reforma do Estado “[...] com a adoção de medidas que restringiram

³⁰ O governo Lula, em sintonia com o governo Fernando Henrique, aderiu às orientações dos organismos internacionais, particularmente do FMI e do Banco Mundial (REIS, 2015, p. 138).

³¹ O Sistema da Dívida é a engrenagem que possibilita o domínio econômico do setor financeiro nos diversos países, tanto mediante implantação de ajuste econômico quanto pela viabilização da entrada destes nas estruturas econômicas, políticas, legais e de comunicação das nações em que o sistema atua. (FATTORELLI, 2013, p. 16). A dívida pública é contraída pelos Estados ou entidades públicas.

os direitos e as políticas sociais voltadas ao conjunto da população” (REIS, 2015, 130).

As políticas sociais, que tem como uma das funções essenciais a reprodução da força de trabalho, passaram a ter restrições devido a prioridade dos gastos públicos estarem voltadas para o pagamento da dívida pública. Assim, os recursos voltados para as políticas sociais passaram a depender de decisões e prioridades do Ministério da Fazenda, que conduz a política econômica nacional (REIS, 2015).

Essas ações e estratégias colocadas frente as crises do capital, pelos governos Lula e Dilma, a partir dos anos 2000, são pautadas em visões de sociedade e se caracterizam em governos de:

[...] centro-esquerda sob a inspiração do social-liberalismo e do novo-desenvolvimentismo. Tais governos passam a defender a necessidade de um novo tipo de desenvolvimento que procure compatibilizar crescimento econômico com desenvolvimento social, uma sociabilidade baseada na ideologia do consenso. (REIS, 2015, 210-211).

Boito Junior (2012) destaca que a frente política neodesenvolvimentista³² se formou no Brasil no século XXI, que deu base e sustentação de crescimento econômico e de transferência de renda dos governos Lula e Dilma Rousseff. O desenvolvimento do período 1930-1980 acompanhou um momento do liberalismo, “[...] já o prefixo “neo” é o desenvolvimento da época do capitalismo neoliberal” (BOITO JR, 2012, p. 6). O neodesenvolvimentismo se caracteriza como:

[...] um programa de política econômica e social que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país (BOITO JR, 2012, p. 5).

O novo tipo de desenvolvimento do governo PT, que almejava o crescimento econômico com desenvolvimento social, não relacionaram a pobreza com o modelo desenvolvimento econômico em voga no país, pois a visão das autoridades econômicas tida com orientações dos organismos internacionais,

³² São várias teorias que embasam as concepções de neodesenvolvimentismo, novo-desenvolvimentismo ou desenvolvimentismo.

Convertem os pobres em responsáveis pela sua própria pobreza, na medida em que os pobres só poderiam superar tal condição se houvesse crescimento econômico. Entretanto, de acordo com o raciocínio circular das autoridades econômicas, o crescimento econômico que poderia superar a pobreza é obstaculizado pela existência da pobreza. (REIS, 2015, p. 147).

É nesse entendimento que o Ministério da Fazenda não relaciona a pobreza com as políticas econômicas adotadas nos anos 1990 e, nesse caso, as medidas tomadas para enfrentá-la é a focalização por meio das Políticas Sociais. A justificativa dada pelo Ministério da Fazenda para a restrição orçamentária das Políticas Sociais é de que não existe falta de recursos, mas falta efetividade. Essa justificativa reitera a necessidade de a efetividade das Políticas Sociais para “[...] combater a pobreza e a desigualdade social no Brasil. (REIS, 2015, p. 147).

Nesse intuito, é que as Políticas Sociais vão sendo alinhadas para atender e dar continuidade a demanda do capital financeiro. Embora algumas medidas³³ criadas pelo governo Lula e dada sequência no governo Dilma possibilitaram acesso mercantil e reduziram as condições de pobreza, não significaram “[...] redução nas desigualdades sociais, que permaneceram praticamente inalteradas” (REIS, 2015, p. 120). Isso se coloca pelo seu caráter de focalização das Políticas Sociais.

É nessa direção

[...] das medidas pontuais adotadas pelo governo federal para elevar a renda dos mais pobres, que o modelo de desenvolvimento econômico continua a privilegiar o aumento da renda dos detentores do capital, por meio da ampliação de seus lucros, da renda da terra, dos aluguéis e de outros rendimentos do capital. (REIS, 2015, p. 121).

As estratégias e as ações voltadas para a Políticas Sociais, nos governos Lula e Dilma, tem o mesmo respaldo nas Políticas Educacionais quanto a gestão voltada para a focalização³⁴, ou seja, tratar como foco da políticas sociais as minorias

³³ [...] outro elemento bastante visível da mudança do padrão da intervenção do Estado brasileiro diz respeito à focalização das políticas com a emergência de programas de renda mínima, cuja maior expressão é o Bolsa Família (REIS, 2015, p. 125). A implementação de programas de renda mínima por parte dos Estados em praticamente todos os países da América Latina, antes de ser uma preocupação humanitária é, acima de tudo, uma atitude preventiva dos Estados capitalistas para enfrentar as consequências do aprofundamento da crise econômica que resulta na precarização das condições de trabalho, no desemprego e na redução dos ganhos salariais (REIS, 2015, p. 125-126).

³⁴ Sobre a focalização das políticas sociais Theodoro e Delgado (2003) ressaltam que “[...] a defesa de programas de transferência de renda aos mais pobres como pilares centrais da política social decorre

e grupos de pessoas específicos, contribuindo para a continuidade das desigualdades sociais do país.

Embora a preocupação com o combate à pobreza estabelecida pelos governos Lula e Dilma inclui, também, a oferta de Educação, as ações beneficiaram as empresas e indústrias e, conseqüentemente, o processo de acumulação do capital.

Tendo em vista que para o Ministério da Fazenda, “[...] a educação é um dos fatores importantes para a aceleração do crescimento econômico. O crescimento econômico, por sua vez, contribuiria para a redução da pobreza e das desigualdades sociais” (REIS, 2015, p. 147).

Pode-se, dessa forma, compreender a relação entre o Estado, a Política Social, a Política Educacional e o Congresso Nacional. As Políticas Sociais estão centradas no âmago do Estado, este permeado por contradições de classes sociais. Assim, “[...] a relação entre Estado, educação e políticas educacionais é marcada por processos e dinâmicas complexas, que traduzem a historicidade das relações sociais mais amplas, suas prioridades e formas ideológicas” (DOURADO, 2010, p. 678).

O Congresso Nacional também se constitui como parte do Estado, espaço de correlações de forças, disputas e interesses antagônicos. Nesse espaço se produz, alteram e aprovam as legislações, dentre elas as Educacionais. Para compreender a Política Educacional é necessário estabelecer uma relação com a concepção de Estado. Além disso, “[...] É importante analisar essas relações e destacar as múltiplas conexões que as demarcam, estrutural e conjunturalmente, num determinado espaço histórico-social” (DOURADO, 2010, p. 678).

da idéia de que, incapaz de suprir suas necessidades mínimas via inserção no mercado de trabalho, a parcela-alvo da política social seria a que subsiste em situação de extrema pobreza. Assim, se só os mais pobres teriam direito às políticas sociais, então a perpetuação da pobreza torna-se um pressuposto lógico: só a existência perene desse grupo como norma justifica a ação do Estado nesse âmbito. No limite, a política de focalização consolidaria e engessaria a desigualdade, o que significa o abandono do projeto efetivo de combate à pobreza e de construção de um sistema amplo de proteção social. Antes de ser um instrumento de transformação social (ao lado de uma política de crescimento virtuosa do ponto de vista redistributivo e das reformas agrária e tributária), a política social, nessa perspectiva, teria a função da chamada “gestão da pobreza e da miséria”; um paliativo às mais graves vicissitudes geradas por um mercado sabidamente pouco regulado e produtor de desigualdades crescentes. É nesse contexto que surge um falso problema alçado à condição de obstáculo ao bom funcionamento da política social. Trata-se da identificação da existência de “privilégios de uma minoria protegida”, a qual teria acesso a bens e/ou serviços públicos não disponíveis para o conjunto da sociedade. (THEODORO; DELGADO, 2003, 223-224).

1.2 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2014): A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 8.035/2010 E DO PROJETO DE LEI Nº 103/2012

Esta seção tem como objetivo compreender os antecedentes históricos do PNE (2014-2014), particularmente sobre os Projetos de Lei nº 8.035/2010 e nº 103/2012 que tramitaram no Congresso Nacional entre 2010 a 2014, e os processos e movimentos que os acompanharam. Com isso, é necessário apontar os aspectos que permearam as principais legislações da Política Educacional Brasileira no período acima mencionado.

As políticas educacionais brasileiras, em sua tradição, são marcadas por uma lógica de descontinuidade/continuidade, devido a falta de um planejamento de longo prazo. As políticas educacionais expressam, por vezes, interesses e políticas de governos, ao invés de incorporar demandas da própria realidade educacional brasileira e constituir políticas de Estado que perdurem ao longo de todos os governos (DOURADO, 2010).

Para promover uma continuidade nas ações da política educacional, demandaria, portanto, a elaboração de um plano de Estado (CURY, 2011) que consiste em

[...] um instrumento político cuja finalidade é ser um guia na tarefa de cumprir determinados objetivos dentro de uma metodologia tida como a mais pertinente para a política almejada. Um plano atende tanto a princípios quanto a regras dentro de uma determinada normatividade jurídica. Pressupõe um esforço consciente e contextualizado de metas cujo sucesso exige o conhecimento sistemático de limites, possibilidades e recursos (CURY, 2011, p. 8).

A elaboração de um plano educacional contém objetivos e busca atender uma determinada política. Como um “[...] instrumento de introdução da racionalidade na educação, é preciso ter presente que há diferentes tipos de racionalidade” (SAVIANI, 2010, p. 389). Ou seja, os diferentes tipos de racionalidade que se colocam nos planos educacionais apresentam concepções de educação e a finalidade entendida pela mesma. É nesse quesito que se coloca importante a participação social na formulação das políticas educacionais, de acordo com a realidade da educação brasileira, pois a política educacional se coloca como um espaço de lutas político-ideológicas e de classes, como afirma Dourado (2010):

Nesse campo, a produção teórica e as políticas traduzem-se por um quadro polissêmico e, eminentemente, político-pedagógico. Ou seja, as análises e proposições na área educacional são portadoras de concepções de mundo, sociedade e educação, que, por sua vez, traduzem o lugar histórico e, portanto, político-ideológico de onde se inscrevem (DOURADO, 2010, p. 680).

As primeiras ideias referente a organização e planejamento da educação brasileira surgiram a partir da década de 1930, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932, que “[...] enuncia as diretrizes fundamentais e culmina com a formulação de um ‘plano de reconstrução educacional’”. (SAVIANI, 2010, p. 389). No ano de 1934, o entendimento do sobre um plano de reconstrução escolar foi estabelecido na Constituição Brasileira daquele mesmo ano. Ficou estabelecido que a União deveria elaborar o Plano Nacional de Educação, coordenar e fiscalizar. Ainda previa que deveria se constituir um Conselho Nacional de Educação, tendo como principal função elaborar o Plano Nacional de Educação, mas “[...] essa oportunidade teria sido perdida com o Estado Novo (1937-1945)” (SAVIANI, 2010, p. 389). No período de 1946 e 1964, teve-se duas visões de Plano de Educação que:

[...] de certo modo, expressa a contradição entre as forças que se aglutinaram sob a bandeira do nacionalismo desenvolvimentista que atribuíam ao Estado a tarefa de planejar o desenvolvimento do país, libertando-o da dependência externa, e aquelas que defendiam a iniciativa privada, contrapondo-se à ingerência do Estado na economia e àquilo que taxavam de monopólio estatal do ensino. Ambas as tendências repercutiram no debate que se travou por ocasião da discussão, no Congresso Nacional, do projeto da nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (SAVIANI, 2010, p. 389).

Com a aprovação em 1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação é que se retomou as discussões sobre a elaboração do Plano Nacional de Educação, Moreira e Lara (2002, p. 140), em relação a análise do PNE (2001-2010) ressaltaram, portanto, que ele está em consonância com a Constituição Federal de 1988, com a LDB 9.394/96 e com os compromissos firmados, mais diretamente com a Educação, pelo Brasil, foram:

[...] o compromisso da Conferência de Dakar sobre Educação para Todos, promovida pela Unesco, em maio de 2000;- a Declaração de Cochabamba, dos Ministros da Educação da América Latina e Caribe, sobre a Educação para todos (2000);- A Declaração de Hamburgo, sobre a Educação de adultos (1997);- Declaração de Paris, sobre a Educação Superior (1998);- a Declaração de Salamanca, sobre as necessidades especiais de educação (1994);- os documentos das Nações Unidas e da Unesco sobre os direitos humanos e a não-discriminação (BRASIL, 2001, p. 16 apud MOREIRA; LARA, 2002, p. 137-138).

Assim sendo, foi a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9.394/96 que estabeleceram a obrigatoriedade de elaboração pelo Ministério da Educação (MEC) (MOREIRA; LARA, 2002, p. 137), conforme pode-se constar no Artigo 214 da Constituição Federal de 1988 e nos Artigos 9º e 87º da LDB 9.394/96:

Artigo 214: “Art. 214 – A lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, com duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à: I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – melhoria da qualidade do ensino; IV – formação para o trabalho promoção; V – promoção humanística, científica e tecnológica (BRASIL, 1988, s/p).

Art. 9º - A união incumbir-se-á de: I – Elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; [...]

Art. 87º - É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. Parágrafo 1º - A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei encaminhará ao Congresso Nacional, o Plano nacional de educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (BRASIL, 1996, s/p).

Reitera-se, portanto, que

[...] a Constituição de 1988 estabeleceu, no seu art. 214, a elaboração, por meio de lei, do Plano Nacional de Educação. A LDB, quando aprovada em 1996, estabeleceu o prazo de um ano (a contar de dezembro de 1996) para que o Executivo encaminhasse o projeto de lei de PNE (de duração decenal) ao Congresso Nacional. (AQUINO, 2015, p. 50).

A proposta do primeiro Plano Nacional de Educação (2001-2010) foi lançada, portanto, em 1997, pelo MEC com o título “Plano Nacional de Educação (proposta

inicial dos procedimentos a serem seguidos)” (BRASIL, 1991). Esse documento continha as disposições legais sobre a construção de um Plano Nacional de Educação conforme preconizavam a Constituição Federal de 1988 e a LDB Lei Nº 9.394/96, além disso apresentava a explanação sobre os procedimentos durante o processo de elaboração do PNE(AQUINO, 2015)

As propostas elaboradas no Congresso Nacional de Educação, em 1996 e 1997, acrescida das demandas assumidas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e da contribuições de diversos segmentos da sociedade civil se condensaram no Projeto de Lei nº 4.155 de 1998 denominado de “Aprova o Plano Nacional de Educação” e apresentado na Câmara dos Deputados pelo Deputado Ivan Valente (PT)(AQUINO, 2015).

O Projeto de Lei nº 4.155 de 1998 fora chamada de “Proposta da Sociedade Brasileira” sistemada por meio da síntese de discussões e debates por diversas instâncias organizativas apresentadas no I e II CONED (Congresso Nacional de Educação). A Proposta da Sociedade Brasileira “[...] teve como ponto de partida um diagnóstico de necessidades e limitações, construído com base na realidade nacional e através de comparações com o que ocorre ou ocorreu em outros países” (BOLLMANN, 2010, p. 668).

Contudo, em 11 de fevereiro de 1998 o Poder Executivo também enviou ao Congresso Nacional um Projeto de Lei nº 4.173 de 1998 que “Institui o Plano Nacional de Educação” que fora anexada ao PL enviado pelo Deputado Ivan Valente, iniciando a sua tramitação em 13 de março de 1998(AQUINO, 2015). De acordo com Bollmann (2010),

[...] Proposta do Executivo ao Congresso Nacional (PNE/MEC), documento que revela as reais concepções e diretrizes da política educacional dos setores hegemônicos representados pelo governo FHC. Significa que essa estratégia forçou o governo a expor o seu plano global de implantação de políticas educacionais sem o mínimo cuidado de viabilização de suas metas, já que foram subtraídas do texto final, pelos vetos presidenciais, todas aquelas que envolviam financiamento. (BOLLMANN, 2010, p. 673).

Quanto a correlação de forças o processo assumiu os compromissos do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e ao protagonismo da sociedade no processo de elaboração do Plano (AQUINO, 2015). Embora, sobre o embate entre os dois projetos apresentados ao Congresso Nacional, Dourado (2010) relata que as propostas apresentavam concepções e prioridades diferentes quanto à educação

brasileira. Dentre as principais distinções destacam-se a abrangência da política, a gestão e o seu financiamento.

O projeto *Plano Nacional de Educação: proposta da Sociedade Brasileira (2001-2010)*, apresentado pela sociedade brasileira foi derrotado diante a proposta do Executivo, o que demonstra o embate de classe e o interesse do governo em planejar a educação nacional. Assim,

A aprovação do atual PNE [2001-2010] foi resultado, portanto, da hegemonia governamental no Congresso Nacional, que buscou traduzir a lógica das políticas governamentais em curso. O Governo FHC, por meio do Ministério da Educação, efetivou políticas e lógicas de gestão, visando implementar amplo processo de reforma da educação nacional, cujas prioridades se constituíram, hegemonicamente, pela adoção de políticas focalizadas, com forte ênfase no ensino fundamental, e pela efetivação de vários instrumentos e dispositivos, visando à construção de um sistema de avaliação da educação (DOURADO, 2010, p. 683).

Durante a tramitação na Câmara dos Deputados foram inclusas diversas emendas que resultou em um substitutivo. Em maio de 2000 foi aprovado pela Câmara dos Deputados e enviado ao Senado Federal e, por fim, aprovado e sancionado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso na Lei nº 10.172 de no 09 de janeiro de 2001 com duração de dez anos, mas que se estendeu até 2011. Esse foi o segundo Plano de Educação Brasileiro, no entanto, o primeiro registrado em Lei e difundido nacionalmente (AQUINO, 2015). Sobre o primeiro Plano Nacional de Educação:

Convém lembrar que 'O primeiro Plano Nacional de Educação foi aprovado em 1962. Elaborado, tendo por referência a LDBEN 4.024/61 (art. 92), pelo Conselho Federal de Educação; restringia-se a plano de aplicação de recursos dos fundos de ensino de parte dos recursos federais da educação; sofreu duas alterações em: 1965 (salário-educação) e em 1966 (orientação para o trabalho)'. (AQUINO, 2015, p. 41).

Com a aprovação do Plano Nacional de Educação (2001-2010), os estados e municípios deveriam adequar os planos com as realidades locais, a partir da elaboração dos seus planos decenais. O PNE (2001-2010) também deveria ser avaliado pelo Poder Legislativo e acompanhado pela sociedade. O documento do PNE dispunha de:

[...] uma introdução, com objetivos e prioridades, e se organiza em quatro partes, que trata dos diagnósticos, diretrizes, objetivos e metassetoriais para cada nível ou etapa e modalidade de educação ou ensino, além de destacar as temáticas do magistério da Educação Básica e do financiamento, gestão e acompanhamento e avaliação do Plano. O texto é composto por 295 metas, resultantes da fusão ou incorporação das metas dos projetos de lei do poder executivo (248) e 'da sociedade' (118), além de emendas surgidas no processo de tramitação no parlamento federal. (AQUINO, 2015, p. 57-58).

Os nove vetos presidenciais do texto do PNE 2001-2010 aprovado traziam significativas restrições quanto à gestão e o financiamento da educação. De fato, sem o financiamento impossibilitava o cumprimento do PNE. A concepção de política e a racionalidade subjacente ao plano representavam um pensamento do planejamento da educação voltado ao mercado.

Como lógica e concepção política decorrentes desse processo, presenciamos a interpenetração entre as esferas pública e privada sob a égide do mercado, o que, na prática, abriu espaços para a consolidação de novas formas de privatização da educação, sobretudo da educação superior (DOURADO, 2010, p. 684).

Na avaliação do PNE 2001-2010 o mesmo cumpriu um plano formal pela ausência de financiamento para que se efetivasse de fato o que fora proposta para a educação e desarticulado do plano orçamentário do governo, o Plano Plurianual, o que resultou em limites quanto à concretude do Plano (DOURADO, 2010).

Assim, no caso brasileiro, no PNE (2001-2010),

[...] a ação governamental tem tido centralidade nas políticas educacionais, sobretudo as ações e os programas sem uma efetiva articulação com políticas mais amplas, que contém a participação da sociedade. Neste contexto, o PNE traduz esse movimento, na medida em que se configurou, na qualidade de proposição, como uma política de Estado, mas, na prática, não se traduziu como mecanismo de regulação capaz de nortear as diretrizes de planejamento, gestão e efetivação das políticas educacionais, como se espera de um plano nacional que contribua para o pacto federativo (DOURADO, 2010, p. 688).

Além desta análise, na exposição de motivos para o novo PNE 2014-2024, a avaliação feita pelo antigo Ministro da Educação Marcelo Haddad sobre o PNE 2001-2010 aponta que

[...] traçou rumos para as políticas e ações governamentais, fixando objetivos e metas para a educação brasileira por um período de dez anos - a chamada "Década da Educação". O PNE em vigor contribuiu para a construção de políticas e programas voltados à melhoria da educação, muito embora tenha vindo desacompanhado dos instrumentos executivos para consecução das metas por ele estabelecidas. (MEC, 2010, p. 1).

Haddad (2010) ressalta que o PNE foi lançado com base em uma visão fragmentada da Educação e as etapas e as modalidades da Educação não constituíam um processo de uma unidade geral, criando oposições entre Educação Básica e Superior.

Ainda durante o decênio da vigência do PNE (2001-2010) o Governo de Luís Inácio Lula da Silva aprovou, em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE-2007), estabelecendo as estratégias políticas e as prioridades do governo para a educação. O PDE-2007 foi lançado pelo MEC em 24 de abril 2007.

No contexto indicado, o PDE assume plenamente, inclusive na denominação, a agenda do "Compromisso Todos pela Educação", movimento lançado em 6 de setembro de 2006 no Museu do Ipiranga, em São Paulo. Apresentando-se como uma iniciativa da sociedade civil e conclamando a participação de todos os setores sociais. Esse movimento se constituiu, de fato, como um aglomerado de grupos empresariais com representantes e patrocínio de entidades como o Grupo Pão de Açúcar, Fundação Itaú-Social, Fundação Bradesco, Instituto Gerdau, Grupo Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação Educar - DPaschoal, Instituto Itaú Cultural, Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, Instituto Ayrton Senna, Cia. Suzano, Banco ABN-Real, Banco Santander, Instituto Ethos, entre outros. Em seu lançamento, o "Compromisso Todos pela Educação" definiu cinco metas: 1. Todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos deverão estar na escola; 2. Toda criança de 8 anos deverá saber ler e escrever; 3. Todo aluno deverá aprender o que é apropriado para sua série; 4. Todos os alunos deverão concluir o ensino fundamental e o médio; 5. O investimento necessário na educação básica deverá estar garantido e bem gerido. (SAVIANI, 2007, p. 1243-1244).

Deve-se destacar, então, que o maior vetor do PDE-2007 foi o "Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação" e sua repercussão nacional teve destaque diante da preocupação do governo com questão da qualidade do ensino, prioritariamente, com a educação básica do país. O Plano apresentou 30 ações

elaboradas pelo MEC sobre vários temas da educação em diversos níveis e modalidades que apresentaram todos os programas em desenvolvimento pelo MEC. Entre as ações do PDE voltadas a educação básica contemplava dezessete ações, doze de caráter global e cinco voltadas aos níveis de ensino, que:

Entre as ações que incidem globalmente sobre a educação básica situam-se o 'FUNDEB', o 'Plano de Metas do PDEIDEB', duas ações dirigidas à questão docente ('Piso do Magistério' e 'Formação'), complementadas pelos programas de apoio 'Transporte Escolar', 'Luz para Todos', 'Saúde nas Escolas', 'Guias de tecnologias', 'Censo pela Internet', 'Mais educação', 'Coleção Educadores' e 'Inclusão Digital' (SAVIANI, 2007, p. 1233).

A divulgação do PDE (2007) esteve atrelado ao lançamento do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), pelo governo federal. O PAC demandou um alinhamento de todos os Ministérios para compor as suas ações. Desse modo, na parte do MEC foi englobado todos os programas educacionais desenvolvidos no Ministério (SAVIANI, 2007). Dessa forma,

O MEC aproveitou, então, o ensejo e lançou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a ele atrelou as diversas ações que já se encontravam na pauta do Ministério, ajustando e atualizando algumas delas. Trata-se, com efeito, de ações que cobrem todas as áreas de atuação do MEC, abrangendo os níveis e modalidades de ensino, além de medidas de apoio e de infra-estrutura. (SAVIANI, 2007, 1233).

Tendo em vista a vigência do Plano Nacional de Educação (2001-2010), Saviani (2007) conclui que o PDE – 2007 ignorou a PNE em andamento, e que a sua formulação não levou em conta o PNE produzido, voltando a atenção de que o PDE se constituiu em um novo Plano Nacional de Educação. O PDE, portanto, não se caracteriza como um plano, mas um conjunto de ações que se constituiriam em estratégias para a atender as metas previstas no PNE, embora as ações do PDE não se articularam organicamente com o PNE. No entanto, o ponto positivo e inovador presente no PDE era o de “[...] atacar o problema qualitativo da educação básica brasileira” (SAVIANI, 2007, p. 1242), embora isso não dê garantia de êxitos.

Com o findar do PNE (2001-2010) segue o processo de elaboração do novo PNE (2011-2020), atual 2014-2024, que foi convocado e organizado pelo MEC, em

2010, juntamente com a coordenação do Fórum Nacional de Educação (FNE), para realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE).

Participaram da formulação do PNE 2014-2024:

[...] deputados e senadores; consultores e assessores legislativos do parlamento federal; políticos e burocratas que atuam em instâncias no Poder Executivo Federal; acadêmicos; membros de entidades representativas de trabalhadores de educação, de estudantes e pais de alunos, de secretários de educação e de conselhos de educação; integrantes de movimentos sociais e organizações não-governamentais interessados na educação (AQUINO, 2015, p. 13).

Além destas, Influíram também na tramitação do projeto – embora nem sempre em defesa das posições da CONAE – diversos atores estatais e não estatais, incluindo setores variados do governo federal, grupos empresariais, organizações sociais de interesse público (Oscips), mantenedoras de instituições privadas, entidades religiosas, instituições de educação especial, fóruns de educadores, gestores estaduais e municipais, além de especialistas do campo educacional (BRITTO, 2015, p. 24).

De acordo com o documento elaborado pela CONAE a Conferência consistiu em um espaço democrático proposto pelo poder público, em conjunto com a sociedade, para que todos participassem e contribuíssem com a discussão sobre a Educação nacional (CONAE, 2010). A discussão para a criação do novo PNE, que teve início na Conferência Nacional de Educação – CONAE, em 2010, além de reunir diversos setores da Educação nacional brasileira “[...]foi precedida por conferências municipais e estaduais, realizadas ao longo de 2009 [...]” (AQUINO, 2015, p. 61).

A primeira CONAE foi realizada em 2010, no período de 28 de março a 1 de abril de 2010, com o tema *CONAE: Construindo o Sistema Nacional Articulado: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação*. Resultou em um documento final produzido pelas diversas entidades que participaram e viria a se constituir em uma proposta para o segundo PNE (CONAE, 2010).

De acordo com Araújo (2010), o movimento realizado pela CONAE não abrangeu com profundidade o debate referente a um Sistema Nacional e Articulado de Educação. A necessidade de um compor um sistema já tinha sido discutido no âmbito da educação, para que se pudesse alinhar e organizar a educação em

regime de colaboração entre municípios, estados e União. Ainda sobre o formato da CONAE e o Sistema Nacional de Educação, ressaltou:

Talvez pela dinâmica extremamente fragmentada e aligeirada das conferências municipais e estaduais, tanto os documentos que antecederam à CONAE quanto o Documento Final resultante do evento não puderam ser debatidos com maior vigor político, teórico e técnico, não expressando avanços para o início de uma proposta consistente de pacto federativo no âmbito educacional. As discussões da CONAE parecem não ter abordado com a necessária profundidade as questões relativas à organização da educação nacional, ao regime de colaboração e à própria constituição de um **'Sistema Nacional e Articulado de Educação'**, que seria a proposta principal do novo PNE. Os documentos parecem sinalizar não a definição de um regime de colaboração, mas corroborar formas de coordenação vertical já existentes [...]. (ARAÚJO, 2010, p. 758, grifos do autor).

A segunda *CONAE: Plano Nacional de Educação na articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração*, que aconteceu em 19 a 23 de novembro de 2014, para a consolidação do Plano Nacional de Educação (2014-2024), precedeu a etapa a realização de Conferências Preparatórias Livres iniciadas em novembro de 2012, conferências Municipais e Intermunicipais, no primeiro semestre de 2013, e Conferências Estaduais e Distrital, no segundo semestre de 2013. Com a participação de diversidades entidades como as que participaram, em 2010, esse processo contou com a participação de aproximadamente 1,9 milhões de pessoas (CONAE, 2014, p. 8).

Desta forma, o documento elaborado pela CONAE (2014) descreve como foi

[...] planejada e organizada durante os anos de 2011 e 2012 e realizada na fase municipal/estadual/distrital em 2013 e, na fase nacional, em 2014, propiciou à educação brasileira um período especial na construção das políticas públicas do setor, constituindo-se em espaço de deliberação e participação coletiva, envolvendo diferentes segmentos, setores e profissionais interessados na construção de políticas para o Estado (CONAE, 2014, p. 10).

Ainda sobre a CONAE 2014, a partir do tema central *O Plano Nacional de Educação na articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração* foi distribuído em oito grandes

eixos para nortear as discussões das conferências, tendo como referência o documento final produzido pela CONAE 2010 (CONAE, 2014).

Os oito grandes eixos são: O Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação: organização e regulação; Educação e Diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos; Educação, Trabalho e Desenvolvimento Sustentável: cultura, ciência, tecnologia, saúde, meio ambiente; Qualidade da Educação: democratização do acesso, permanência, avaliação, condições de participação e aprendizagem; Gestão Democrática, Participação Popular e Controle Social; Valorização dos Profissionais da Educação: formação, remuneração, carreira e condições de trabalho e, por último, o Financiamento da Educação: gestão, transparência e controle social dos recursos (CONAE, 2014).

Em 20 de dezembro de 2010, nove meses após a realização da CONAE 2010, o Poder Executivo³⁵, sob a Presidência de Luís Inácio Lula da Silva, que protocolou o Projeto de Lei do Plano Nacional 2011-2020, na Câmara dos Deputados com o número 8.035/2010. De acordo com Britto (2015), sobre o processo de tramitação no Congresso Nacional dos Projetos de Lei:

A Constituição determina que todos os projetos de iniciativa do presidente da República tenham sua discussão e votação iniciada na Câmara dos Deputados. Os ritos constitucionais do processo legislativo ordinário estabelecem, também, que o projeto aprovado por uma Casa seja revisto pela outra e que, sendo emendado, retorne à Casa iniciadora. Daí o trajeto seguido pelo PNE no Congresso. (BRITTO, 2015, p. 23).

Além disso,

[...] a 3 de novembro de 2010, o Ministro de Estado da Educação encaminhou ao Presidente da República o Projeto de Lei do PNE 2011-2020, acompanhado de uma Exposição de Motivos. Esta exposição é bastante incisiva quanto aos termos, usando reiteradas expressões como educação e redução das desigualdades, educação e inclusão, educação e planejamento sistemático, impondo a corresponsabilidade dos entes federados por sua implementação. (CURY, 2011, p. 19)

³⁵A proposta do Executivo veio desacompanhada de um diagnóstico que fundamentasse as vinte metas e respectivas estratégias e o cálculo de sua meta de financiamento. A crítica realizada pelos atores da sociedade civil encontrou eco no Parlamento. No dia 10 de maio de 2011, o então presidente da comissão especial, deputado Gastão Vieira, anunciou a entrega, não propriamente de um diagnóstico, mas de notas técnicas elaboradas pelo MEC. Além das notas, foi encaminhada uma planilha justificando a previsão do investimento de 7% do PIB, como o valor necessário para cumprir as metas propostas pelo governo. (MARTINS, 2015, p. 170-171).

A exposição de motivos que fora enviada anexa ao projeto de Lei do PNE 2014-2024 pelo MEC (2010), tendo como ministro Fernando Haddad, apresentou pontos importantes para a compreensão do novo PNE, como a importância do regime de colaboração federativa e de uma política de Estado que tivesse continuidade tanto na execução quanto na avaliação das mudanças de governos, com intuito de superar as discontinuidades da política educacional, bem como a sua visão fragmentada. Além disso, seria necessário obter a participação coletiva nesses processos, envolvendo a sociedade na construção da política educacional. No documento exposição de motivos nº 033, alertou-se que ações articuladas entre o que se propõe e a sua materialização dependeria de um planejamento sistemático e de responsabilização da gestão e financiamento em âmbito municipal, distrital e municipal, de acordo com as legislações pertinentes (MEC, 2010).

O objetivo principal disposto no documento do MEC (2010) era o de que o PNE 2014-2024 viria contribuir para a construção de um sistema nacional de Educação, além do aumento progressivo do financiamento. Assim a proposta do novo plano delineou que

[...] as metas foram reduzidas a vinte e se fizeram acompanhar das estratégias indispensáveis a sua concretização. O engajamento da sociedade civil e o controle social na execução do PNE são definitivos para seu sucesso. Por essa razão, a formulação de vinte metas multidimensionais – acompanhadas das respectivas estratégias de implementação – permitirá que a sociedade tenha clareza das reivindicações a serem opostas ao Poder Público. A fim de que o PNE não redunde em uma carta de boas intenções incapaz de manter a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação, é preciso associar a cada uma das metas uma série de estratégias a serem implementadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em regime de colaboração. São as estratégias que orientam não apenas a atuação do Poder Público, mas, sobretudo, a mobilização da sociedade civil organizada. (MEC, 2010, p. 8).

A intencionalidade mediante aos objetivos quanto ao PNE 2014-2024 apresentada no documento do MEC (2010) ressalta pontos extremamente importantes para a Educação brasileira. Deste modo, a proposta do novo PNE seguiria para as discussões no Congresso Nacional que, nas palavras de Haddad, “[...] deverá ser expandida e aperfeiçoada pelo Congresso Nacional, de maneira a

arregimentar todos os esforços e iniciativas em um projeto nacional de melhoria da qualidade da educação” (MEC, 2010, p. 8).

Após a chegada do Projeto de Lei na Câmara dos Deputados, a Mesa Diretora deu “prioridade” para as análises nas comissões de Educação e Cultura, Finanças e Tributação e Constituição, Justiça e Cidadania. Cada comissão era designada um relator e na Comissão de Educação e Cultura tinha como relatora a Deputada Fátima Bezerra, do PT, do Rio Grande do Norte (AQUINO, 2015).

O Processo de tramitação na Câmara dos Deputados perpassa apenas em comissões determinadas de acordo com o regimento. Caso haja recursos em relação ao texto é apreciado em plenário. No Senado esse processo já é diferente e o texto é analisado em plenário, no entanto, tem estudos mais aprofundados nas comissões. De acordo com Britto (2015) o PL nº8.035, de 2010, “[...] foi distribuído para análise em caráter conclusivo – sem necessidade de apreciação em Plenário, exceto em caso de recurso – para três comissões [...]” (BRITTO, 2015, p. 25).

Em 22 de março de 2011 foi aprovada a criação de uma Comissão Especial³⁶ para analisar o Projeto de Lei nº 8.035/2010, por solicitação do Deputado Duarte Nogueira, do PSDB, de São Paulo. Em 6 de abril a Comissão Especial foi constituída, iniciando os seus trabalhos na semana seguinte, sob a presidência do deputado Gastão Vieira (PMDB/MA). Posteriormente, foi substituído pelo Deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES) e com a relatoria do Deputado Ângelo Vanhoni (PT/PR), todos da base de apoio ao governo. O norte dos trabalhos era obter celeridade na tramitação do PNE, sem tolher o debate e o aprimoramento do projeto (BRITTO, 2015, p. 26).

Nesse contexto, foi decidido que os primeiros meses de trabalho seriam voltados para as audiências públicas e reuniões com autoridades e ministros de Estado, além de seminários nacionais e estaduais (BRITTO, 2015).

Durante a tramitação do PL na Comissão Especial foram protocoladas quase três mil emendas ao texto original “[...] fato nunca antes ocorrido em tramitação de matérias relativas à Educação no Congresso Nacional” (AQUINO, 2015, p. 63).

De acordo com Martins (2015)

Das 2.906 emendas válidas, 241 (8,3%) foram dirigidas aos dispositivos referentes ao financiamento, sendo 216 (7,4%) à meta

³⁶ Ver anexo B sobre a composição da Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

20. Só houve mais emendas à meta 1 (educação infantil, com 253 emendas). [...] o maior volume de emendas foi apresentado pelo PT, principal partido do governo. Estas emendas foram analisadas pelo relator, deputado Ângelo Vanhoni, cujo substitutivo recebeu 449 emendas. (MARTINS, 2015, p. 174).

Ainda sobre as emendas,

Várias dessas propostas se repetiam, o que demonstrava a notável capacidade de mobilização dos atores sociais que as defendiam. Entretanto, segundo notícias publicadas na imprensa, eliminando-se as emendas duplicadas, ainda restaram mais de 1.400 alterações diferentes sugeridas ao texto (BRITTO, 2015, p. 27).

Esses números de emendas de acordo com Souza (2014) demonstram o descontentamento com as alterações realizadas pela Câmara dos Deputados. A tramitação do PL Nº 8.035/2010 teve a contestação feita pelas diversas entidades que participaram da CONAE 2010, devido o mesmo não esboçar os anseios da realidade educacional brasileira, embora contemplasse alguns pontos discutidos na CONAE 2010.

Após 18 meses de tramitação, a Comissão Especial aprovou um substitutivo³⁷ do Plano Nacional de Educação. Uma das principais assuntos discutidos na Câmara dos Deputados sobre o PNE estava relacionado ao financiamento³⁸. Ficou acatado, nesse substitutivo, um destaque feito pelo Deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE):

[...] que aumentava o patamar de gasto em Educação de 8% do PIB, proposto pelo governo, para 10%. Conforme o texto aprovado, a determinação é que se ampliem os recursos para Educação, dos atuais 5,1% do PIB para 7% no prazo de cinco anos, até atingir os 10% ao fim da vigência do plano (AQUINO, 2015, p. 64).

³⁷ O texto aprovado na Câmara referente ao Projeto de Lei 8.035/2010 apresentava 20 metas relacionadas a educação que deveriam ser atingidas no prazo dez anos. Entre os temas estavam o aumento do investimento em educação pública, ampliação de vagas nas escolas, aumento equiparação da remuneração do professores com formação superior, a erradicação do analfabetismo e ofertada do ensino em tempo integral (AQUINO, 2015).

³⁸ Com a aprovação conclusiva pela comissão, o substitutivo seria imediatamente encaminhado para revisão pelo Senado. No entanto, insatisfeito com o texto aprovado, especialmente no tocante à meta dos 10% do PIB, o governo articulou com a base aliada o envio do substitutivo ao Plenário. Regimentalmente, o recurso para tanto requeria a assinatura de um décimo dos membros da Casa, equivalente a 52 Deputados. Foram obtidas oitenta assinaturas. No entanto, a pressão exercida pela sociedade civil, que incluiu a divulgação dos nomes dos parlamentares signatários do recurso, acabou levando à retirada do apoio de 49 deles. (BRITTO, 2015, p. 28).

Em 25 de outubro de 2012, o PL 8.0325/2010 foi aprovado e encaminhado para o Senado Federal, com o título Projeto de Lei da Câmara - PEC nº 103/2012 e direcionada as Comissões de Assuntos Econômicos, de Constituição, Justiça e Cidadania e também para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. De acordo com o regimento do Senado Federal “[...] por se tratar de proposição do Executivo, o regimento determina sua apreciação pelo Plenário”. (BRITTO, 2015, p 29).

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei nº 103/2010 teve como relator Senador José Pimental, do PT, do Ceará. Durante a análise na referida Comissão foram rejeitadas duas emendas de Senadores e apresentadas outras 35 de autoria do relator. Diferentes Senadores apresentaram 42 emendas com várias alterações, sendo que

No âmbito do financiamento, as principais modificações propostas referiam-se à prorrogação da vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), à retomada da diferenciação entre investimento público total e investimento público direto, adotando-se o primeiro como referência para a meta 20 e à exclusão expressa das despesas com inativos do conceito de manutenção e desenvolvimento do ensino. (AQUINO, 2015, p. 67).

Contudo, as emendas apresentadas nas Comissões apresentavam conteúdos que iam além dos limites dos regimentos de Comissão de Assuntos Econômicos o que significava em drásticas mudanças na área da Educação. No entanto, o texto fora aprovado na CAE e enviado para a CCJ, tendo como relator o Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB). Nesses meses de tramitação “[...] recebeu 45 emendas, além de um voto em separado do senador Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)” (AQUINO, 2015, p. 69).

Quando o Projeto de Lei nº 103/2012 chegou a Comissão de Educação, Cultura e Esporte teve como relator o Senador Álvaro Dias Álvaro Dias (PSDB/PR). Nesta comissão foram enviadas 97 emendas. O texto contemplava, em algumas partes, ao que havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados e mais sugestões das sete audiências públicas realizadas. Em 18 de novembro fora apresentado um substitutivo do PNE. A tramitação do Projeto de Lei nº 103/2012, no ano de 2013,

[...] após a sanção da lei dos *royalties* e fundo social do pré-sal para a educação, um substitutivo foi aprovado pela CCJ. Sua construção resultou de um estreito diálogo com o MEC, a partir do substantivo

da CAE e agradou menos ainda vários setores da comunidade educacional. As acusações e as críticas eram que o texto se afastava, cada vez mais, das posições maoritárias da CONAE 2010. (AQUINO, 2015, p. 69).

Além disso, a aprovação, em algumas comissões, foi considerada como “uma manobra regimental questionável”:

Em 27 de novembro de 2013, a CE votou a matéria, em uma reunião sem a presença de parlamentares de base governista, a qual durou menos de dez minutos. Tal episódio foi criticado como uma manobra regimental questionável, mas, por fim, a votação não foi invalidada e o PNE seguiu para sua última etapa de deliberação, o plenário do Senado Federal. (AQUINO, 2015, p. 70).

No dia 17 de dezembro de 2013 foi aprovado pelo Senado o texto final do PNE retornando a Câmara dos Deputados no último dia do ano. A aprovação em Plenário foi caracterizada pelo embate entre o governo e oposição “[...] O relator, senador Eduardo Braga (PMDB/AM), líder do governo no Senado, requereu preferência para o substitutivo do senador Vital do Rêgo, com ajustes (subemendas) [...]” (AQUINO, 2015, p. 70).

Em relação a questão do financiamento um dos pontos mais discutidos durante a tramitação já não era mais o percentual de 10% do PIB em educação, no entanto:

O que estava em debate era como a meta seria contabilizada. Na prática, ao propor o conceito de investimento público total, o governo havia logrado não só incluir no cômputo importantes programas que direcionam recursos para o setor privado, mas também dar maior viabilidade à meta, sem derrubar uma bandeira que havia se tornado muito forte na mídia e no imaginário coletivo. Tratava-se, portanto, de uma típica estratégia de conciliação, habitual nos processos deliberativos no Congresso. (BRITTO, 2015, p. 35).

Em relação a meta 20 do financiamento fora aprovado o conceito de investimento público total que incluíam o setor privado no financiamento público da Educação como nos Programas: Universidade para Todos (Prouni), do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e do Fundo de Financiamento ao Estudante (Fies), entre outros programas (AQUINO, 2015).

Com o envio do novo texto aprovado no Senado Federal para a Câmara dos Deputados no mês de fevereiro de 2014 se iniciou, como denominado por Aquino (2015), *uma conversa entre a Câmara e o Senado*, momento que se constitui pela intervenção de instituições na defesa da educação pública, com a retomada do texto na Câmara dos Deputados, embora o poder Executivo era relutante em alguns aspectos. Dessa forma,

[...] a Comissão Especial optou por analisar cada uma das alterações promovidas pelo Senado, em vez de rejeitar o substitutivo integralmente. [...] O resultado foi apresentado pelo relator, em 19 de março de 2014. O texto combinava dispositivos aprovados na Câmara, ainda em 2012, com outros oriundos do texto aprovado pelo Senado em 2013. (AQUINO, 2015, p. 71).

No período anterior a aprovação a comissão possibilitou acordos entre os pontos de maior divergências, a saber: a participação do setor público nas expansão da educação profissional e superior privadas; as questões relacionadas a desigualdades de gênero e orientação sexual; a educação especial; e a complementação da União ao Custo Aluno Qualidade. Em 05 de junho de 2014, com os acordos consentidos, o texto foi aprovado no Congresso Nacional e sancionado na íntegra sem vetos³⁹ (BRITTO, 2015), pela Presidenta Dilma Rousseff em 25 de junho de 2014: Lei 13.005 “Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

Com essa seção pode-se compreender o movimento existente no planejamento da Política Educacional no Brasil e o papel do Congresso Nacional. Nesse sentido, constatou-se a correlação de forças existentes na Política Educacional, particularmente durante a tramitação dos Projetos Lei 8.035/2010 e 103/2012 que, por vezes, envolveram interesses divergentes de determinados grupos sobre a Educação, concentrando-se e intensificando-se, quando da tramitação dos referidos Projetos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Dessa forma, toda lógica que envolveu a tramitação dos Projetos Lei 8.035/2010 e 103/2012 no Congresso Nacional, desde 2010 a 2014, não pode ser analisada à revelia de uma concepção de Estado e de Política Social. Entender as

³⁹ Outros atores relevantes defendiam vetos parciais. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), por exemplo, advogava explicitamente o veto ao cômputo na meta 20 de isenções fiscais e recursos aplicados em iniciativas como o Prouni, o Pronatec e o Fies, e à estratégia 7.36, relativa a políticas meritocráticas na educação básica. (BRITTO, 2015, p.37).

forças hegemônicas que compõem o Estado e o que é a Política Social para análise tanto da Política Educacional, quanto da Política Econômica do país faz-se necessário mediante o contexto em que foram produzidos os Projetos Educacionais e, atualmente, pelos rumos que a Educação brasileira vem tomando nos últimos anos.

Os Discursos dos Deputados e Senadores sobre os Projetos de Lei 8.035/2010 e 103/2012 durante a tramitação na Câmara dos Deputados e no Senador Federal, período de 2010 a 2014 serão analisados no capítulo II.

2. OS DISCURSOS DOS DEPUTADOS E SENADORES DO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 8.035/2010 E DO PROJETO DE LEI Nº 103/2012

Neste capítulo, o objetivo é analisar as tendências predominantes sobre a concepção de Educação proferida pelos Deputados e Senadores do Congresso Nacional durante a tramitação dos Projetos de Lei Nº 8.035/2010, na Câmara dos Deputados, e do Projeto de Lei Nº 103/2012, no Senado Federal, voltados para a aprovação do PNE 2014-2024.

Com a análise do conteúdo dos Discursos foram delineadas duas tendências predominantes sobre a concepção de Educação do Congresso Nacional, sistematizadas em dois eixos: *Educação e Desenvolvimento Econômico e Educação, Trabalho e Pobreza*. Destaca-se essas tendências, tendo em vista os conceitos que foram utilizadas nos Discursos e as respectivas justificativas, o que não significa, portanto, a totalidade das informações obtidas.

Nesse sentido, as duas seções contemplam os eixos de análise acima anunciados. Na primeira seção do eixo *Educação e Desenvolvimento Econômico* serão utilizados os Discursos dos seguintes Deputados: Wilson (2010); Lima (2011; 2012); Bruno (2014); Assunção (2011; 2012); Câmara (2011); Ninho (2012); Oliveira (2012); Rezende (2012); Ferro (2011); Rogério (2011); Cameli (2012); Valente (2014); Marinho (2012); Padilha (2011); Renan Filho (2013); Moraes (2014), Machado (2010); Protogenes (2014); Cleber Verde (2014); Câmara (2011); Manato (2012); Noé (2012); Maranhão (2011); Moura (2013); Coimbra (2012) e Senadores: Buarque (2012); Rollemberg (2012; 2013); Gurgacz (2014); Miranda (2013); João Costa (2012); Viana (2013); Diniz (2013); Agripino (2013); Taques (2013); Jucá (2013); e Braga (2013).

Na segunda seção do eixo *Educação, Trabalho e Pobreza* serão analisados os Discursos dos seguintes Deputados: Itamaraty (2010); Molling (2012); Izalci (2011; 2012); Molon (2012); Lima (2011; 2012); Canziani (2012; 2013); Professor Setimo (2014); Petta (2014); Câmara (2011); Ferro (2012); Assunção (2011-2012); Gass (2012); Vanhoni (2014) Praciano (2011); Rezende (2012-2013); Bezerra (2011); Chalita (2012); Morais (2012); Ubiali (2011); Chinaglia (2012); Ton (2012) e Senadores: Taques (2013); Ana Amélia (2013); Arruda (2013); Rollemberg (2012; 2013); Ferraço (2013); Monteiro (2013); Pimentel (2013); Paim (2013); Lopes (2011); Gurgacz (2013); e Portela (2013).

2.1 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A análise sobre o eixo *Educação e Desenvolvimento Econômico* resultado da análise dos Discursos dos Deputados e Senadores exige, inicialmente, entender a relação entre a Educação e o Desenvolvimento, concebida como resultado de determinados momentos históricos voltada para determinados objetivos econômicos, sociais, políticos e ideológicos hegemônicos. Com isso, numa abordagem histórica é possível compreender que o conceito de Desenvolvimento teve início na década de 1940 até o final da década de 1990⁴⁰. No início da década de 1940, particularmente no Pós-Guerra e no marco da Guerra-Fria, o conceito de Desenvolvimento foi traçado como uma alternativa ideológica mediante a disseminação e crescimento do comunismo, uma ideologia que colocaria em perigo a acumulação capitalista (LEHER, 1998). Dessa forma,

[...] o desenvolvimento é antes uma ideologia [...] produzida num contexto determinado: o pós-Segunda Guerra, enquanto afirmação da hegemonia econômica e política dos EUA, e do deslocamento da guerra fria para os países do chamado Terceiro Mundo. A ideologia do desenvolvimento tem como determinante a pujança econômica dos EUA, sobretudo como ideologia política, expressando relações sociais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Esta ideologia condensa relações de domínio da potência hegemônica sobre frações aliadas nos países industrializados avançados e, principalmente, sobre os agora denominados 'países em desenvolvimento'. (LEHER, 1998, p. 50).

Nesse sentido, a concepção de Desenvolvimento vem com o objetivo histórico de “manejar” as tensões sociais decorrentes da pobreza, tendo em vista que os países pobres economicamente tendem a gerar instabilidade. Essa instabilidade, voltada a ameaça comunista, poderia provocar instabilidade mediante as condições de miséria da população dos chamados países em desenvolvimento, o que poderia colocar em risco a acumulação do capital que seguia o seu curso (LEHER, 1998). Era, portanto, necessário apresentar uma solução para minimizar os efeitos

⁴⁰ Leher (1998) demarca que a utilização do termo Desenvolvimento deu-se até 1990. Após esse período, tornou-se em voga, o termo Globalização. No entanto, ressalta que o Desenvolvimento e a Globalização são “[...] ideologias relacionadas à polarização. Em sua manifestação moderna, a polarização aparece na formada divisão do mundo em países industrializados por oposição aos países não engajados na industrialização. Com efeito, no Pós-Segunda Guerra, a industrialização tomou-se condição do ‘desenvolvimento’ cujo objetivo histórico suposto era a abolição da polarização (‘o subdesenvolvimento’).” (LEHER, 1998, p. 12).

dessa acumulação. Para justificar esse momento é que se fez útil a ideologia do desenvolvimento “[...] pois o subdesenvolvimento sem algum desenvolvimento gera instabilidade” (LEHER, 1998, p. 51).

De acordo com Cunha (1979) há várias formas de entendimento da relação entre a Educação e o Desenvolvimento. Uma delas, portanto, é a questão da Educação para o crescimento da renda, a qual pesquisadores da economia⁴¹, a partir da década 1950, constataram, por meio de pesquisas, que ocorreu um aumento de capital devido a incorporação de técnicas e conhecimento por parte dos trabalhadores. Foi a partir da década de 1950, também, que as agências financiadoras bilaterais e, mais tarde, as multilaterais tiveram grande importância nesse processo de disseminação da Ideologia do Desenvolvimento, por meio de acordos com os países latino americanos, os quais passaram a seguir as recomendações para se enquadrar no processo de desenvolvimento. Os acordos bilaterais como a Aliança para o Progresso, Voz da América, USAID, são exemplos desta relação com a América-Latina (LEHER, 1998).

As recomendações e acordos das agências bilaterais tinham como base as ações que visavam promover o Desenvolvimento Econômico, a partir do pensamento economicista burguês que alegavam que o subdesenvolvimento poderia ser superado por meio de:

- 1) investimentos de capitais estrangeiros; 2) elevação da taxa de poupança interna, mesmo que por meio da concentração de renda; e 3) pelo fortalecimento de uma classe de empresários capitalistas capaz de liderar a aceleração do desenvolvimento econômico [...]. (LEHER, 1998, p. 52).

É nesse momento, vinculado a mudança estabelecida pelo modelo de produção do fordismo-taylorismo, que demandava uma nova formação de força de trabalho aliado ao desenvolvimento tecnológico, que a Educação passou a ser estratégica para contribuir nesse processo de superação dos países subdesenvolvidos e sua inclusão no mercado globalizado. Dessa forma,

⁴¹ A teoria econômica neoclássica também tem um modelo macroeconômico aplicável ao campo da educação como um todo. É um modelo que, basicamente, pretende explicar as variações da renda nacional usando a denominada ‘função da produção’ agregada. Esta função é uma equação na qual o aumento do produto nacional depende da acumulação de capital físico (construções, equipamentos, etc.) das variações no fator trabalho e de um fato que chamou-se ‘capital humano’ (conhecimento e habilidades adquiridas, talentos natos, etc.) que aparece como separável do desgaste, da energia humana. (CORAGGIO, 2000, p. 98-99).

A importância relativa da Educação nas formulações ideológicas dominantes na América Latina (AL) – em particular na do Banco Mundial – foi crescente no período que compreende as décadas de 1960 a 1990. Todos os documentos recentes atribuem à Educação importância decisiva tanto para o crescimento econômico, quanto, e, sobretudo, para o *alívio* da pobreza dos países *em desenvolvimento*. (LEHER, 1998, p. 84).

A incorporação da Educação por meio dos Organismos internacionais para o Desenvolvimento Econômico está inserida num panorama de crise estrutural do capitalismo, na década de 1970, o qual necessitava de formas para a continuidade da acumulação de capital. No contexto, a hipótese era a de que a incorporação da Educação ao discurso dominante expressava

[...]uma mudança na estratégia de atuação dos organismos internacionais nos chamados países em desenvolvimento, mudança diretamente relacionada à crise estrutural do capitalismo, que demanda novos meios para operar as contradições do sistema (LEHER, 1998, p. 84).

Nesse contexto, surgiu a preocupação com a “satisfação das necessidades básicas” na gestão de Robert Strange McNamara (1968-1981), disposto no Relatório Pearson⁴², o qual relacionava financiamento de infraestrutura com financiamento das necessidades humanas básicas (saúde, saneamento, alfabetização e educação de base). Todavia, o setor de infraestrutura, na concessão dos financiamentos, permaneceu como eixo central para conquistar o crescimento econômico, fator de desenvolvimento (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987; NOGUEIRA, 1999; DEITOS, 2001; FIGUEIREDO; 2008).

Dessa forma, a Educação

[...] vem sendo institucionalmente reconfigurada como uma prática passível de ser regulada pelo mercado e, mais amplamente, a política educacional está inscrita na política de ajuste estrutural como um meio para operar a exclusão estrutural (aliviar a pobreza). O Estado, nesta acepção, simultaneamente reduz a sua participação direta na área (há um certo consenso de que o Estado deva manter

⁴² O Relatório Pearson (1969) foi divulgado na gestão de Robert Mcmanara, no entanto, foi gestado por seu antecessor George D. Woods (1963-1968) e apresentou as consequências da ajuda para o desenvolvimento econômico. Esse relatório inseriu o debate sobre a pobreza as necessidades básicas, se caracterizando como uma mudança de estratégia do Banco Mundial (LEHER, 1998).

apenas a educação elementar) e aumenta o seu controle político-ideológico sobre o sistema educacional público. (LEHER, 1998, p. 232).

Por outro lado, a Educação enquanto formação escolar possibilitaria incutir a crença no mercado e auxiliaria estritamente no crescimento econômico e na redução da pobreza. “Nesse contexto, o Banco Mundial é o maior financiador externo da educação (sobretudo básica) nos países de baixa e média rendas.” (LEHER, 1998, p. 222).

Além de Leher (1998) e Cunha (1979) a questão da Ideologia do Desenvolvimento também é abordada por Xavier (2007), que teve como ápice na área da Educação a Teoria do Capital Humano “[...] expondo aí, desastrosamente, sua natureza expropriadora da própria essência humana que supostamente visava a desenvolver e promover” (XAVIER, 2007, p. 12).

Nesse contexto, para a Cepal (1974), organismo que impulsionava o desenvolvimento na América Latina, por meio de acordos e ajustes estruturais, postulava-se uma concepção de Educação para contribuir com o Desenvolvimento Econômico por meio da formação de mão-de-obra profissional e técnica, assim como na inovação tecnológica.

Assim, a Educação para Cepal (1974), constitui

[...] ao mesmo tempo um direito humano, um bem de consumo, um instrumento para transmitir ou modificar os valores de uma sociedade e um meio de elevar a produtividade. Em consequência, é difícil separar, uma de outras, as bases econômicas e de outra índole sobre as quais repousa a necessidade de ampliar e melhorar a educação. Com efeito, o desenvolvimento econômico pode correr grave risco tanto se não se cumprem os fins individuais e sociais do sistema educativo como se se deixam de realizar os de ordem estritamente econômica. Em segundo lugar, o termo ‘educação’ abarca uma ampla gama de serviços que diferem quanto a usuários, propósitos e eficácia com que se realizam suas finalidades. É pouco ilustrativo, por isso, falar em termos gerais e sem maiores especificações dos benefícios obtidos de uma inversão em educação ou da alocação de fundos pra ela. (CEPAL, 1974, p. 70).

Nessa concepção de Educação da CEPAL (1974), o Desenvolvimento Econômico e o Educacional tendem a estar em consonância. A Educação seria uma forma de melhorar a vida de seus habitantes por meio de um conhecimento técnico. No entanto, “[...] os recursos voltados para educação deveriam ser aplicados para

obtenção de um retorno que assegurasse ao máximo o crescimento econômico e Social do país.” (CEPAL, 1974, p. 74).

Essa visão de investimento na Educação como forma de retorno para o Crescimento Econômico de um país ou associado ao próprio Desenvolvimento Econômico esteve relacionada aos discursos dos Organismos Internacionais em várias décadas. Nessa direção, para Nogueira (2007) a relação entre Educação e Desenvolvimento Econômico, se colocam em dois planos: o histórico e o ideológico:

No plano histórico, expressa-se o caráter funcional da educação como contribuição escolar para a concretização da parte do projeto global de desenvolvimento. No plano ideológico, atualiza-se o velho cânone da teoria liberal que imputa à educação escolar a resolução das desigualdades materiais entre os homens via igualdade de oportunidades. (NOGUEIRA, 2007, p. 57).

A relação entre Educação e Desenvolvimento passa a ser utilizada como parte estratégica de um projeto global de desenvolvimento, que se deu em diversos tempos históricos. Com isso, a teoria liberal sustenta o mito da ascensão social e da igualdade de oportunidades diante ao mercado (NOGUEIRA, 2007).

O início da discussão dos temas Educação e Desenvolvimento no Brasil são incorporados pelos teóricos da educação. Xavier (2007) ressalta que do Império a República Velha ocorreu “[...] o atrelamento visceral da noção de progresso à educação, e mais particularmente de escola” (XAVIER, 2007, p. 12).

Devido ao contexto econômico do Brasil, no período da República Velha, o crescimento econômico demandou uma justificativa ideológica para esse processo. É nesse momento que a noção de Desenvolvimento passa a ser utilizada. Nesse caso,

[...] essa reinserção do país no quadro do capitalismo mundial inaugurou uma nova fase de articulação da ideologia liberal que impôs a noção de desenvolvimento como categoria nuclear no discurso econômico, na política social e nos projetos educacionais. (XAVIER, 2007, p. 14).

A incorporação dessa noção de desenvolvimento aconteceu, portanto, pela inserção do Brasil no processo de desenvolvimento da industrialização. O desenvolvimento passaria a ser inserido em diversos projetos políticos e econômicos para o Brasil, no intuito de justificar essa nova fase no processo de acumulação

capitalista. Essa justificativa ideológica de mudanças sociais demandaria toda uma adequação da mente nacional, nas instituições sociais bem como a educacional. Dessa forma, “[...] essa concepção de reconstrução social apareceria [...] na fala oficial, no discurso político que embasava toda a legislação elaborada e implementada nos 30 e 40 do século XX”. (XAVIER, 2007, p. 15).

Nesse sentido,

[...] os caminhos do desenvolvimento econômico brasileiro, estabelecendo vínculos estreitos, ou não, com o desenvolvimento de programas, projetos e leis educacionais, desde os anos 50, sempre estiveram integrados à lógica emblemática do pensamento liberal, de que a escolarização de um povo definiria o progresso técnico, cultural e conseqüentemente econômico de uma Nação. (NOGUEIRA, 1999, p. 169).

A modernização econômica brasileira se caracteriza por meio de uma incorporação subordinada à economia capitalista mundial sendo, portanto, uma economia dependente. Nessa perspectiva, as formas do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro “[...] produziram os elementos necessários para a emergência dos requisitos educacionais e a sua relação com o processo produtivo e o mercado de trabalho”. (DEITOS, 2000, p. 37).

Devido a esse modelo de economia dependente é que a Educação estava relacionada com a economia capitalista mundial. Assim, há uma “[...] vinculação ideológica da política educacional aos interesses econômicos hegemônicos” (DEITOS, 2000, p. 51), ou seja, a Educação está vinculada aos novos padrões de acumulação capitalista, adequando-se aos interesses econômicos e políticos hegemônicos (DEITOS, 2000).

A partir, dos anos de 1980 e 1990 as proposições econômicas, financeiras e ideológicas para o desenvolvimento e para a educação escolar brasileira passará a ter novos conteúdos, acompanhando as mudanças no processo de acumulação do capital (NOGUEIRA, 1999). Assim, anoção de desenvolvimento, associado ao crescimento econômico contribuiu, na década de 1990, para a construção da “centralidade da Educação Básica”⁴³, concebida como principal fonte “[...] do

⁴³Sobre esse processo, dentre outros: OLIVEIRA, D. A. **Educação Básica**: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis, RJ: Vozes. 2000.; NOGUEIRA, F. M. G. As orientações do Banco Mundial e as políticas educacionais atuais: a construção do consenso em torno da centralidade da Educação Básica. In: HIDALGO, A. M.; SILVA, I. L. F. **Educação e Estado**: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 1990. Londrina: Ed. UEL, 2001.; FIGUEIREDO, I. M. Z. **A**

crescimento econômico, fomentadora de capital e indutora essencial para a redução da pobreza, e de onde ‘emana’ a possibilidade de conquistas das outras necessidades básicas”. (NOGUEIRA, 1999, p. 140).

Pode-se dizer, ao que tudo indica, que os Discursos sobre PNE (2014-2024), particularmente sobre as tendências predominantes sobre a concepção de Educação, foram motivados pelo contexto da década de 1990, considerada a década da Educação, e pelo processo de Globalização que, segundo Leher (1998), tornou-se evidente.

A ênfase pelo planejamento da Educação do futuro do Brasil, por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE-2007), lançado pelo Presidente da República de Luis Inácio Lula da Silvamarcou um panorama em que a Educação foi enaltecida. Nesse panorama, a relação entre a Educação e o Desenvolvimento Econômico e Social do país, no PDE (2007) foi assim descrito pelo ex-Presidente Lula: “A educação, como sempre afirmamos, é um caminho sólido para o Brasil crescer beneficiando todo o nosso povo. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é um passo grandioso nesse sentido” (BRASIL, 2007, p. 3).

No PDE (2007) ressaltava-se a relação entre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social, com ênfase nas ações do Estado em outras áreas, a partir da sintonia das políticas públicas.

O enlace entre educação e desenvolvimento é essencial na medida em que é por meio dele que se visualizam e se constituem as interfaces entre a educação como um todo e as outras áreas de atuação do Estado. [...]. A relação recíproca entre educação e desenvolvimento só se fixa quando as ações do Estado são alinhadas e os nexos entre elas são fortalecidos, potencializando seus efeitos mútuos. Desse movimento de busca de sintonia das políticas públicas entre si depende a potencialidade dos planos setoriais, inclusive o educacional, que passam, nesses termos, à condição de exigência do desenvolvimento econômico e social, garantindo-se que o todo seja maior que a soma das partes. (BRASIL, 2007, p. 6-7).

A Educação, de acordo com o PDE (2007) abarcou todos os níveis educacionais, por meio dos objetivos preconizados pela Constituição Federal de

1988, com ênfase numa visão sistêmica e vinculada a organização territorial e ao Desenvolvimento Econômico e Social. (BRASIL, 2007).

É oportuno dizer, portanto, que a relação entre a Educação e o Desenvolvimento Econômico e Social se tornou incisiva com o lançamento do II PNE. Em 2010, com o início da tramitação do Projeto de Lei N° 8.053/2010 e do Projeto de Lei N° 103/2012 foi possível identificar, nos Discursos dos Deputados e Senadores, essa relação com o anunciado do Deputado Wilson (2010):

[...] hoje o Presidente Lula e o Ministro Fernando Haddad lançam o projeto do II Plano Nacional de Educação PNE com mais objetividade e metas dirigidas, para que a educação brasileira continue a melhorar e para que as nossas crianças e adolescentes, jovens de todo o Brasil, da cidade e do campo, tenham a oportunidade de estar na escola, aprender, tornarem-se cidadãos **a serviço do desenvolvimento econômico e social** (WILSON, 2010, p. 1, grifos nossos).

O II PNE para o Deputado Lima (2012), “[...] é um instrumento extraordinário **de avanço da nossa economia** e da nossa cidadania. (LIMA, 2012, p. 1, grifos nossos). Lima (2012) ressalta que o II PNE, a partir de uma política pública básica estruturante, constitui-se no alicerce para qualquer Desenvolvimento Econômico:

Temos um Plano Nacional de Educação ambicioso, [...] de modo que possamos de fato fazer o investimento educacional, **que é a política pública básica estruturante mais importante, o alicerce de qualquer desenvolvimento econômico**, em qualquer país do mundo, para as nossas crianças e para os nossos jovens (LIMA, 2012, p. 1-2, grifos nossos).

A expectativa de que a aprovação do II PNE seria “[...] **fundamental para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural do Brasil** [...]” foi enaltecida pela Deputado Bruno (2014, p. 1, grifos nossos).

A relação entre a Educação e a Economia, visando ao Desenvolvimento Econômico traz aspectos que poderiam ser explicados pela Teoria Econômica, as quais as leis gerais da economia se aplicariam também na Educação. Como afirma Coraggio (2000) a Educação e o Desenvolvimento econômico “[...] é parte da teoria econômica neoclássica que tem como modelo macroeconômico aplicável a educação como um todo” (CORAGGIO, 2000, p. 98).

A Teoria Econômica estabelece uma relação entre o aumento do produto nacional devido a acumulação de capital, tanto de infraestrutura quanto do fator do trabalho e do capital humano. Assim,

Neste modelo, uma correlação histórica e positiva entre as taxas de crescimento econômico e certos indicadores de variação no estoque de capital humano é interpretada como sinal de que o investimento em educação é uma via para o desenvolvimento, porque [...] o gasto em educação equivale a investir no capital humano, gerando assim um aumento de renda (CORAGGIO, 2000, p. 99).

A Teoria do Capital Humano preconizada por Theodore W. Schultz (1969) se aplica como um desdobramento ou complemento da Teoria Neoclássica do Desenvolvimento Econômico, tendo como justificativa a explicação para as desigualdades de Desenvolvimento Econômico entre os países e as desigualdades entre os indivíduos e grupos sociais. Construída na fase de acumulação no modelo fordista de desenvolvimento econômico, essa Teoria afirmou que para um país chegar a crescentes taxas de desenvolvimento seria necessário investir em Educação para obtenção do Capital Humano. Assim

O crescimento atingido determinaria níveis mínimos de desemprego, a produtividade aumentaria e haveria uma crescente transferência dos níveis de baixa renda do setor tradicional para os setores modernos, produzindo salários mais elevados (FRIGOTTO, 2006, p. 39).

A Educação seria comparada a um capital físico e a uma mercadoria, e, portanto, “[...] concebida como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do fator trabalho. Neste sentido é um investimento como qualquer outro” (FRIGOTTO, 2006, p. 40).

Dentre as premissas da Teoria do Capital Humano o aumento de renda pelo trabalho seria decorrente da concentração do investimento em Educação pelo indivíduo, que seria fruto de uma escolha individual, entre ter um trabalho e estudos ou não⁴⁴. Nesse aspecto,

⁴⁴De acordo com Frigotto (2006) é nessa questão que se encontra o âmago da ideologia burguesa liberal que constituiu arcabouço da teoria econômica neoclássica e que dissimula as desigualdades do modo de produção capitalista. Nesse sentido, é que o *homo economicus*, surgiu como produto do próprio modo de produção. Mediante a economia, o homem se apresenta como mecanismo para

O processo educativo, escolar ou não, é reduzido à função de produzir um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de determinadas atitudes, transmissão de um determinado volume de conhecimentos que funcionam como geradores de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, de produção. De acordo com a especificidade e complexidade de ocupação, a natureza e o volume dessas habilidades deverão variar. A educação, passa, então, a constituir-se num dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho, e, conseqüentemente, as diferenças de produtividade e renda. (FRIGOTTO, 2006, p. 40-41).

O investimento em capital humano seria responsável por gerar a produtividade e, conseqüentemente, a renda. Dessa forma, a desigualdade social é explicada, nessa teoria, pelo interesse individual em investir em capital humano e também “[...] mediante ao desenvolvimento da crença que há dupla forma de ‘proprietário’: proprietário dos meios e instrumentos de produção ou proprietário do ‘capital humano’”. (FRIGOTTO, 2006, p. 129).

Nesse ponto, a Teoria do Capital Humano contribui amplamente para reforçar a tese da eficácia da educação como instrumento de distribuição de renda⁴⁵. Acumular conhecimentos (em educação e em saúde) seria a garantia de retorno econômico para os indivíduos e para a sociedade, e o investimento em recursos humanos seria fundamental para o país competir internacionalmente (FIGUEIREDO, 2006, p. 143).

Com a Teoria do Capital Humano a Educação torna-se fundamental e acaba sendo anunciada no Discurso do Senador Braga (2013), sendo o financiamento apontado como um dos obstáculos para que haja esse impulsionamento de capital humano:

O nível atual de investimentos em educação não nos permitirá alcançar os níveis de qualidade que outras nações exibem na formação dos cidadãos e **do capital humano** (BRAGA, 2013, p. 41813-41814, grifos nossos)

O Discurso do Senador Jucá (2013) reafirmou a preocupação com o desenvolvimento social e econômico, consoante a ideia de ‘capital humano’,

contribuir para o funcionamento do sistema econômico. Assim, as características humanas, reflexão e ética, são indesejáveis para essa concepção de sociedade.

⁴⁵“Concebendo a renda como resultante da produtividade, a diferença de rendimentos era explicada, nessa teoria, pela diferença de capacidade de produção.” (OLIVEIRA, 2000, p. 223). Nota da autora no texto.

destacando que quanto maior o investimento em Educação mais riqueza seria obtida:

Esse percentual de 10% do PIB vai permitir que o Brasil alcance melhores classificações nas avaliações internacionais e, principalmente, **vai catapultar nosso desenvolvimento social e econômico, consoante a ideia de ‘capital humano’ que preconiza que quanto maior o investimento em educação mais riqueza é obtida** (JUCÁ, 2013, p. 2299, grifos nossos).

Nessa direção, para o Deputado Marinho (2012) existe uma relação entre Educação e crescimento sustentável médio e longo prazo. A Educação seria uma das principais responsáveis para qualificar a mão de obra para atender ao mercado de trabalho, por meio de capital humano qualificado, bem como de produção de tecnologia:

O Brasil necessita, cada vez mais, dar um salto qualitativo no que se refere à **educação**, ao ensino de seu povo. Se não fizermos isso, estaremos fadados a meros surtos de **crescimento, estaremos fadados ao subdesenvolvimento** e à subserviência internacional. **Sem capital humano qualificado para inovar e avançar, estaremos fadados, infelizmente, a ser mero país exportador de matéria-prima e importador de tecnologia.** Sem **educação de qualidade**, seremos um gigante adormecido, letárgico, como somos hoje. Sempre que o Brasil cresce acima de 3%, surge esta manchete nos jornais, nas tevês, nas rádios: **‘Apagão de mão de obra’**. Precisamos dar oportunidade aos nossos jovens de se qualificarem, de estarem preparados para ingressar no **mercado de trabalho** dignamente e ajudar a sociedade e o País no crescimento sustentável médio e longo prazo (MARINHO, 2012, p. 5, grifos nossos).

No Discurso do Deputado Marinho (2012) existe, portanto, a relação entre desemprego e a falta de qualidade na mão de obra e, portanto, na Educação, um meio de justificar a ausência de trabalho. No entanto, esses argumentos

[...] acerca da escolaridade inexistente ou, ainda, da educação de má qualidade são propostos para dar sustentação ideológica à ausência de trabalho, ao desemprego estrutural. Como se propaga, seria este ‘défice’ educacional o responsável, pela falta de ‘empregabilidade’ dos cidadãos. Note-se que as possibilidades de manutenção de um país na mesa das negociações internacionais depende do quanto de empregabilidade consegue atribuir à sua mão-de-obra por intermédio da escolarização. (EVANGELISTA; SHIROMA, 2006, p. 52).

Todavia, na perspectiva da Teoria do Capital Humano o fator primordial que levaria os países sub-desenvolvidos ao desenvolvimento seria a Educação, acentuado na América Latina durante os anos de golpes militares. A referência dos estudos⁴⁶ dessa Teoria tiveram como exemplo o caso dos tigres asiáticos:

[...] O objetivo da maior parte destes trabalhos era demonstrar que o fator fundamental do sucesso desses países seria devido a qualidade de sua mão-de-obra, o que comprovaria a tese de que a Educação é o principal meio para levar os países a alcançar o patamar superior da globalização (LEHER, 1998, p, 213).

Essa questão da inserção ao mercado internacional pela via da Educação é enfatizado durante a tramitação do II PNE, por exemplo, com o Senador Agripino (2013) que ressaltou a importância da competitividade pela via da Educação de qualidade, tomando como exemplo a Coreia do Sul:

Qual é o segredo disso? **Educação; prioridade do país para a educação. O Brasil está perdendo na competitividade no plano internacional a olhos vistos.** O Brasil virou um país caro, pela infraestrutura que não tem, pela carga tributária que tem em demasia, por uma série de fatores. Mas, se nós não dermos aquilo que V. Ex^a está propondo, não dermos o toque de reunir **e se não fizermos a revolução como projeto nacional de sobrevivência e de busca de competitividade**, nós não vamos ser nunca a quinta economia, a oitava, a décima, a décima segunda; nós vamos ser ultrapassados pela **Coreia do Sul** da vida, por aqueles que investiram maciçamente. O que V. Ex^a está propondo, na verdade, é uma cruzada heróica em busca de educação de qualidade. Talento, criatividade, o brasileiro tem de sobra. O que nós não podemos fazer é a perversidade de não dar ao brasileiro baiano, brasiliense, carioca, potiguar a oportunidade de brilhar como o coreano brilha hoje. Basta olhar o mundo moderno. O *tablet*, hoje, está deixando de ser iPad para ser Samsung, para ser o Galaxy. O automóvel está deixando de ser Ford, Fiat, Mercedes, para ser Hyundai, porque oferece qualidade, tecnologia e preço. Por conta de quê? De preparo do povo que está brilhando no universo. Eu quero, portanto, cumprimentar V. Ex^a e agregar, modestamente, essa contribuição. O que V. Ex^a está **propondo é a abertura de uma guerra em busca da competitividade pela via da educação de qualidade** (AGRIPINO, 2013, p. 12678, grifos nossos).

⁴⁶Análises microeconômicas como, por exemplo, de Pscharopoulos (1993) e Edwards (1996) argumentam que a educação é a principal variável para que um indivíduo ultrapasse a linha da pobreza (LEHER, 1998, p. 213).

No contexto da Ideologia da Globalização as ações voltadas para a Política Educacional tornam evidente a objetividade conferida a Educação de inclusão e expansão da economia nacional no plano internacional. Assim, para que o Brasil possa competir com a economia/mercado globalizado, é necessário observar as exigências do cenário internacional, sejam elas tecnológicas ou de conhecimento. Sobre isso, o Deputado Padilha (2011); Coimbra (2012); e Moura (2013) ressaltam:

A globalização do mercado fez nascer a chamada civilização do conhecimento. Nesta, o nível de conhecimento passou a ser fator determinante do maior ou menor nível **de desenvolvimento econômico e social de cada uma das nações** (PADILHA, 2011, p. 2, grifos nossos).

Mas um desafio, nobres colegas, que temos de enfrentar inadiavelmente, em face dos patamares de desenvolvimento econômico que atingimos nos últimos anos, de nossa inserção no cenário econômico mundial, das exigências de produtividade, da competitividade dos mercados globalizados(COIMBRA, 2012, p. 1, grifos nossos).

Como já mencionei, são imensas as consequências econômicas diretas dos sistemas educacionais de alto e baixo desempenho na economia, sobretudo em uma economia globalizada, baseada em habilidades profissionais. O Brasil já sabe disso. Chegou a hora de arregaçar as mangas e usar todos os recursos disponíveis para melhorar a qualidade da nossa educação. Disso dependerá o futuro desta Nação. Não podemos continuar na rabeira do mundo civilizado (MOURA, 2013, p. 3, grifos nossos).

Em relação as desigualdades entre os países a meta seria melhorar a Educação para superar o descompasso com o potencial econômico brasileiro, bem como competir internacionalmente, ou seja, estar entre as “principais economias do planeta” ou, dito de outra forma, estar inserido no “cenário econômico mundial”, como afirma o Deputado Cameli (2012):

Não se pode garantir nenhum futuro ao País se não houver preocupação urgente com **a educação**. O Brasil poderá começar a pensar em encontrar o seu espaço **entre as principais economias do planeta** (CAMELI, 2012, p. 1, grifos nossos).

A Educação, portanto, é concebida como fundamental para o desenvolvimento econômico e a inserção do país no mercado internacional. O que se constata é que “[...] o discurso ideológico e o movimento financeiro dos países

centrais do capitalismo associam o desenvolvimento econômico e a inserção competitiva na economia globalizada pelo caminho da educação” (DEITOS, 2000, p. 87).

Os Discursos do Deputado Renan Filho (2013), do Deputado Moraes (2014), e do Deputado Valente (2014) confirmam essa associação:

A atenção à educação no Brasil é uma medida chave para a concretização do nosso desenvolvimento como potência internacional. Temos um país que é a sexta economia do mundo. Precisamos que a educação das nossas crianças esteja de acordo com a realidade econômica, para que seja possível avançar ainda mais em áreas importantes, como a indústria petroquímica, energética, construção, infraestrutura e tecnologia, que crescem vertiginosamente nos últimos anos (RENAN FILHO, 2013, p. 1-2, grifos nossos).

O Brasil passou à condição de sexta maior economia do mundo. Com **educação de qualidade**, formação de técnicos profissionais, ampliação do acesso à universidade, formação de mais profissionais de nível superior, boa educação básica, nós haveremos, sim, de sustentar a sexta posição ou, quem sabe, crescer ainda mais e alcançar melhor posição na economia, fazendo com que, neste País, os cidadãos possam ter qualidade de vida, prazer em viver e orgulho de ser brasileiros (MORAES, 2014, p. 1, grifos nossos).

Uma das principais polêmicas que permearam todos os debates do Plano Nacional de Educação desde o início da tramitação foi a participação que a União deve ter no esforço nacional **para melhorar o quadro educacional do País, que se encontra em descompasso com o potencial econômico brasileiro** (VALENTE, 2014, p. 2, grifos nossos).

A Educação, portanto, se torna a mediadora das relações econômicas, para o desenvolvimento do país e inserção no quadro internacional, para a formação de força de trabalho e do “[...] capital-trabalho-lucro, pobreza-emprego-renda, ineficiência-competitividade [...]”. (DEITOS, 2001, p. 87).

Tendo em vista as relações, acima mencionadas, o Plano Nacional de Educação, em tramitação de 2010 a 2014, tornou-se central, conforme anunciaram o Senador Gurgacz (2014), e os Deputados Machado (2010), Protógenes (2014) e Clever Verde (2014):

O mais importante é que esses recursos sejam aplicados de forma adequada, em um **plano nacional bem estruturado e em projetos para todas as fases do ensino e para todas as áreas do conhecimento,mas, principalmente, naqueles projetos**

estratégicos voltados para o desenvolvimento do País, pois a sociedade brasileira só ficará satisfeita caso esses recursos sejam utilizados com eficiência e eficácia (GURGACZ, 2014, p. 153-154, grifos nossos).

A educação é fundamental. Nos próximos anos, o Brasil será, de fato, a quinta potência do mundo. Vamos ser realmente um país de grande desenvolvimento, mas é necessário continuar investindo fortemente na educação. Por isso **o Plano Nacional de Educação é essencial** (MACHADO, 2010, p.3, grifos nossos).

Vamos, em 10 anos, ser um País com competitividade internacional, porque a base de um país que se quer com riqueza, a base de um país que se quer com perspectiva e competitividade internacional **precisa investir na educação** para os nossos filhos (PROTÓGENES, 2014, p. 1, grifos nossos).

Está aí o PNE. Vamos votar o PNE e garantir mais recursos à educação neste País. E vamos avançar, fazer com que de fato este País, que pretende ser desenvolvido e de Primeiro Mundo, possa erradicar o analfabetismo e garantir, acima de tudo, uma educação de mais qualidade (CLEBER VERDE, 2014, p. 5, grifos nossos).

Os objetivos do investimento em Educação, de acordo com a Teoria do Capital Humano, para além do Desenvolvimento Econômico e da produtividade/competitividade, promoveriam taxas de retorno sociais ou individuais. O investimento em Educação é visto, portanto, vinculado a produção. Isso se concretiza

[...] na ideologia burguesa do papel econômico da educação. A educação e a qualificação aparecem como panacéia para superar as desigualdades entre nações, regiões ou indivíduos. O problema da desigualdade tende a reduzir-se a um problema de não-qualificação. (FRIGOTTO, 2006, p. 135).

É, a partir disso, que a Educação é tida para os Deputados Câmara (2011), Manato (2012), Noé (2012), como fundamental para o acabar com atraso econômico do país e acabar com as desigualdades sociais, tendo em vista a formação de mão de obra para gerar renda e produtividade.

Assim, defendo a implantação de uma política educacional em âmbito nacional, com prioridade na educação básica, unificação de currículo, valorização dos professores, melhora das condições da escola, favorecendo, especialmente, a rede pública das Regiões Norte e Nordeste, de modo a eliminar persistentes **desigualdades e**

entraves ao progresso social e econômico do País (CÂMARA, 2011, p. 2, grifos nossos).

Sempre venho lutando nos meus mandatos, Sr. Presidente, por essa medida. **Acredito que a educação é o segredo de uma nação próspera, competitiva, produtora de riquezas;** uma nação respeitada e que deseje se impor internacionalmente como uma verdadeira potência. Isso me anima muito, Sr. Presidente, pois esse maior **investimento na educação é necessário para compensar o atraso educacional do País** (MANATO, 2012, p. 2, grifos nossos).

Ou seja, se nós queremos que o nosso País se desenvolva, cresça, mantenha esses índices de crescimento, continue superando os próprios países europeus, é preciso que tenhamos um desafio de investimento em educação. **Por que em educação? Porque além de manter o crescimento, faz com que não sejamos somente a quinta economia, mas um país que diminui o seu IDH.** (NOÉ, 2012, p. 1, grifos nossos).

É possível apreender a preocupação do investimento em Educação, por meio do PNE, voltado para a finalidade do Desenvolvimento Econômico. O entendimento da relação entre Educação e a Economia demonstra, de certo modo, que a Educação é considerada como fonte de impacto e de resultados, tais como se pode constatar com os Discursos do Deputado Assunção (2011), do Senador Buarque (2012), e do Senador Rollemberg (2013):

E esta Casa tem a oportunidade de participar com a questão do Plano Nacional de Educação. Sem nenhuma dúvida, é preciso investir na juventude brasileira, **investir em educação.** O Estado tem papel fundamental na garantia desse direito, principalmente diante da perspectiva de **desenvolvimento econômico e social do País** (ASSUNÇÃO, 2011, p. 2, grifos nossos).

Aqui, vamos debater o PNE com os olhos do conjunto da sociedade **brasileira por meio da economia, que é onde a educação vai gerar o maior impacto.** É aí que ela é mais necessária. É claro que ela é necessária para que o trânsito funcione melhor, ela é necessária para que a política funcione melhor, ela é necessária para que tudo funcione melhor, **mas a economia vai depender, cada vez mais, do grau de educação da população na base, até para chegar ao topo, ou seja, na ciência e na tecnologia** (BUARQUE, 2012, p. 144, grifos nossos).

Se assim é, lançar um olhar de longo prazo como proposto no II Plano Nacional da Educação só poderá ter um impacto estratégico sobre as chances e **oportunidades reais de crescimento do País** (ROLLEMBERG, 2013, p. 65543, grifos nossos).

De acordo com o Deputado Ninho (2012) a preocupação da Educação mediante a economia é de aumento de produtividade para o Desenvolvimento a médio e longo prazos. Assim argumenta:

Mas não podemos nos permitir ignorar nossas carências estruturais, que comprometem ou lançam dúvida sobre as perspectivas do **desenvolvimento brasileiro no médio e longo prazos**. Não trago aqui qualquer novidade, Sr. Presidente: são amplamente conhecidas nossas deficiências persistentes em infraestrutura, como também na área da educação (NINHO, 2012, p. 2, grifos nossos).

A “manutenção da estabilidade econômica e do aprimoramento da infraestrutura”, possibilitando abrir os caminhos para o Desenvolvimento do Brasil moderno seria produto de uma Educação de qualidade, vista como uma questão de Estado, como assinalou o Senador Miranda (2013):

Querem mudar a realidade do Brasil por decreto? Senhoras e senhores, pensar nos caminhos para o **desenvolvimento do Brasil moderno requer assegurar aos brasileiros o pleno desenvolvimento das potencialidades. Isso se realiza pela educação de qualidade [...]. A educação de qualidade deve ser vista no Brasil como questão de Estado**, prioridade de estatura equivalente, ou maior, à **da manutenção da estabilidade econômica e do aprimoramento da infraestrutura** (MIRANDA, 2013, p. 9636, grifos nossos).

Neste sentido, para Coraggio (2000), o Estado tem algumas áreas de gestão permanentes, como a Educação. Assim, “[...] este é um dos casos em que o mercado não pode dar respostas adequadas, o modelo admite a intervenção estatal na educação [...]”. (CORAGGIO, 2000, p. 104).

O Deputado Lima (2011) afirmou que no Governo da Presidente Dilma Roussef a Educação seria uma prioridade tanto para o desenvolvimento humano quanto para o desenvolvimento econômico do Brasil:

Ao eleger a educação como prioridade do seu Governo, a Presidenta Dilma demonstrou que essa política pública é tão importante para o **desenvolvimento humano quanto como fator estruturante para o novo desenvolvimento econômico** (LIMA, 2011, p. 3, grifos nossos).

Para o Deputado Assunção (2012) o entendimento da Educação para o Desenvolvimento Social e Econômico é pauta de diversos segmentos da educação brasileira, com ênfase na luta contra as desigualdades:

Como se vê, não se trata apenas de uma pauta dos estudantes e professores, mas dos próprios movimentos sociais, que nas suas mais diversas representações entendem ser a educação um dos pilares do **desenvolvimento social** e, dado o seu alcance **na luta contra as desigualdades**, conseqüentemente, **também do desenvolvimento econômico do País** (ASSUNÇÃO, 2012, p. 2, grifos nossos).

A questão do investimento em Educação para o Desenvolvimento Econômico e Social é ressaltado em vários Discursos dos Deputados e Senadores, a saber: o Deputado Oliveira (2012), o Deputado Rezende (2012), o Deputado Ferro (2011), o Deputado Rogério (2012), e o Senador Rollemberg (2012; 2013):

[...] **o desenvolvimento socioeconômico** está fortemente associado à **intensificação de investimentos no campo educacional**. (OLIVEIRA, 2012, p. 1, grifos nossos).

Gostaria de ressaltar um fator importante: **a educação é um investimento**, com reflexo não só na qualidade de vida, **mas também na economia do nosso País**. O recurso que será aplicado na educação reverter-se-á em melhoria, em **desenvolvimento pessoal e cidadania**, mas, acima de tudo, em **economia para o nosso País** (REZENDE, 2012, p. 6, grifos nossos).

[...] eu quero neste pronunciamento saudar a Marcha pela Educação, que aqui esteve nesta semana. **Uma mobilização nacional envolvendo os agentes, os trabalhadores da educação, com a bandeira de estabelecer 10% do Produto Interno Bruto do Brasil para a educação**. Uma bandeira que está sintonizada com as perspectivas de crescimento, com a sustentabilidade da economia e, acima de tudo, com o fortalecimento da cidadania no nosso País e da oportunidade do conhecimento para a nossa juventude, para a formação dos nossos recursos humanos e para a capacitação de que necessitamos para dar sequência ao importante momento de **crescimento econômico e de melhorias sociais** que este País experimenta (FERRO, 2011, p. 1, grifos nossos).

Nenhum país do mundo alcançou a estatura de grande **economia e conquistou avanços sociais sem investir na educação** (ROGÉRIO, 2012, p. 1, grifos nossos).

E não há investimento melhor, que produza mais resultados econômicos **do que o investimento em educação** (ROLLEMBERG, 2012, p. 66105, grifos nossos).

Ou seja, quando investimos na educação, os resultados são vistos por várias gerações. Há uma melhoria na geração seguinte. **E não há investimento com maior retorno econômico, com maior retorno social, com maior retorno, sob todos os aspectos, do que o investimento em educação** (ROLLEMBERG, 2013, p. 71940, grifos nossos).

Contudo, além do investimento em Educação para conquistar o Desenvolvimento Econômico e Social, o Deputado Maranhão (2011) Deputado Lima (2011); o Senador João Costa (2012); o Senador Rollemberg (2013) destacaram outras áreas para incrementar a economia nacional e a competitividade internacional, dentre elas a ciência e a tecnologia:

Que possamos pautar o bom debate, que possamos vincular, de uma vez por todas, o financiamento do PIB ao **crescimento econômico e educacional**. Dou por inteiro a minha dedicação **à ciência, à tecnologia e à inovação** como possibilidade de tirar o nosso País da condição em que está e dar-lhe o sentimento maior de país que **chegará ao Primeiro Mundo** (MARANHÃO, 2011, p. 1, grifos nossos).

Para tanto, é preciso acelerar o passo rumo à economia do conhecimento. Um novo ambiente em que a educação, a ciência e a **inovação tecnológica** têm papel ainda mais relevante, em face do **acirramento da competitividade no comércio internacional** (LIMA, 2011, p. 2, grifos nossos).

[...] para que o País avance com o Plano Nacional de Educação, que em breve vai ser votado na Comissão Especial, com a Lei de Responsabilidade Educacional e com o aumento dos recursos que vão valorizar o magistério **a caminhar rumo ao desenvolvimento deste País, que vai ocupar a sexta posição de maior economia mundial e que tem total condição de ser uma superpotência, se aplicar em educação, ciência e tecnologia**. (LIMA, 2011, p. 1-2, grifos nossos).

[...] tão ruim quanto a falta de educação é a educação de baixa qualidade. **O progresso, o crescimento e o desenvolvimento do Brasil exigem investimentos em áreas diversas, mas nós precisamos priorizar a educação**. Só assim chegaremos aonde podemos chegar (JOÃO COSTA, 2012, p. 66225, grifos nossos).

São esses os investimentos que, efetivamente, vão transformar o Brasil, tornar **nossa economia mais competitiva**, melhorar a qualidade dos empregos no Brasil, a qualidade da remuneração das pessoas (ROLLEMBERG, 2013, p. 71940, grifos nossos).

Dentre as questões voltadas ao Desenvolvimento Econômico tendo como estratégia o investimento em Educação sustentadas pelos Deputados e Senadores, destaca-se o termo Desenvolvimento Sustentável/Sustentabilidade que o Deputado Marinho (2012), o Senador Taques (2013) e o Senador Miranda (2013), Viana (2013), Diniz (2013) e Rollemberg (2013) expressaram nos Discursos:

É importante, inclusive, que o Governo fique atento para a oportunidade ímpar que temos de colocar o País nos trilhos do **desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo, dando aos mais pobres educação pública de qualidade** (MARINHO, 2012, p. 1, grifos nossos).

Não é possível ingressar num ciclo de **desenvolvimento social e econômico sustentável** quando se possui os piores resultados nos indicadores de educação do País [...] (TAQUES, 2013, p. 10209, grifos nossos).

Que o novo Plano Nacional de Educação possa ajudar o Brasil a pavimentar o caminho para a modernidade e o **desenvolvimento sustentável** [...] Não há como pensar no desenvolvimento de um país sem educação de qualidade e mestres bem-preparados. sem educação de qualidade e professores valorizados, não há como se construir as bases para o **desenvolvimento sustentável** e duradouro [...] O fato é que o projeto do novo PNE só chegou ao Congresso ao final de 2010 e não em 2009, como deveria ter acontecido se o Governo do então Presidente Lula tivesse dado a devida atenção a essa matéria, uma **prioridade para sedimentarmos o caminho do desenvolvimento duradouro e sustentável** (MIRANDA, 2013, p. 66501, p. 72024, p. 9635, grifos nossos).

Não tenho dúvida de que crescimento econômico o Brasil pode experimentar, mas uma mudança na qualidade de vida do nosso povo e o encontro do País com o **desenvolvimento sustentável** só vão se darse. de fato, a educação for prioridade (VIANA, 2013, p. 72012, grifos nossos).

É preciso enfatizar que vários atores envolvidos com a atividade econômica encontram dificuldades em razão de uma formação insuficiente para atender às exigências de uma economia moderna e globalizada. Uma educação insuficiente, além de reduzir horizontes sociais e culturais, afeta **negativamente os resultados das atividades produtivas e o desenvolvimento do País**. Com efeito, se queremos dar início **a um novo ciclo de desenvolvimento sustentável**, precisamos que a educação brasileira se torne a nossa prioridade número um (DINIZ, 2013, p. 53272, grifos nossos).

Já não é mais possível esperar pela educação de qualidade, pois a qualidade e a **sustentabilidade do desenvolvimento** que queremos vão depender da educação que oferecemos às futuras gerações. O que torna um país competitivo é a cabeça do seu povo. Só seremos uma forte liderança no mundo se resolvermos as graves lacunas da educação em nosso País, assim como da ciência e da tecnologia. (ROLLEMBERG, 2013, p. 65546, grifos nossos).

Com a Globalização da Economia, a partir das décadas de 1970 a 1980, e os impactos ocasionados na vida dos trabalhadores, tais como o empobrecimento e o agravamento das condições ambientais, tornaram em voga o conceito de Desenvolvimento Sustentável⁴⁷ que busca atender as necessidades do presente sem comprometer o futuro. Essa perspectiva de Desenvolvimento Sustentável visa a união entre as políticas do meio ambiente e as políticas de Desenvolvimento Econômico e possui como objetivos:

[...] retomar o crescimento econômico; alterar a qualidade do desenvolvimento; atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar o risco; incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões (BRYAN, 2006, p. 28).

Ao mesmo tempo que a tomada de decisões, face à gravidade da deterioração do meio ambiente, demandam uma planificação global, paradoxalmente exacerba-se, nos anos de 1980 e 1990, as teses conservadoras, ressuscitadas pelo neoliberalismo, da liberdade do mercado, da competitividade, da minimização da esfera pública e, portanto, do atrofimento dos direitos sociais. As medidas adotadas ao modelo predatório do desenvolvimento e expansão capitalistas tem sido quase nulas. Neste contexto, a ideia de desenvolvimento auto-sustentado ou sustentável não passa de um jargão ou de uma “piedosa” intenção. (FRIGOTTO, 2002, p. 41).

Nesta seção teve-se como objetivo apresentaras principais questões imbricadas nos Discursos dos Deputados e Senadores do Congresso Nacional durante a tramitação dos Projetos de lei N° 8035/2010 e N° 103/2010, quanto a concepção de Educação que permeou a proposição do II Plano Nacional de

⁴⁷ O próprio uso extensivo do conceito de desenvolvimento sustentável por diferentes autores e em diferentes contextos levou a uma polissemia que um autor chegou a considerá-lo como “uma bandeira de conveniência sob a qual diferentes tipos de navios navegam” (BILL ADAMS, 1993, p.218 apud BRYAN, 2006, p. 40).

Educação. O desenvolvimento econômico e social do Brasil é sustentado por meio do investimento em Educação para possibilitar a competitividade internacional, ou seja, para a inserção do país no mercado internacional, impulsionado, portanto, pela produção da ciência e da tecnologia.

Essa concepção de Educação constatada nos Discursos está associada ao retorno econômico, social e individual sendo, portanto, a qualificação e o investimento em “capital humano” constituiu o argumento incisivo para a promoção do desenvolvimento econômico do país durante entre os anos de 2010 a 2014, durante a tramitação dos Projetos de lei N° 8035/2010 e N° 103/2010 e que deu origem ao II PNE (2014-2024).

2.2 A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO, POBREZA E TRABALHO

A análise do conteúdo dos Discursos dos Deputados e Senadores que tratam do eixo *Educação, Pobreza e Trabalho*, no processo de tramitação do Projeto de Lei N° 8.035/2010 e do Projeto de Lei N° 103/2012, durante o período de 2010 a 2014, parte do pressuposto de que a Educação é concebida pelo Estado e pelos Organismos Internacionais como provedora do Desenvolvimento Econômico e Social, ou seja, como estratégica para acumulação do capital humano, como citado anteriormente, e também como potencial para aliviar a pobreza, promover a inclusão social e, desse modo, reduzir as desigualdades sociais.

É nessa direção que Leher (1998) aponta que a crise estrutural do capitalismo, na década de 1970, imbricou em um novo olhar sobre a Educação, passando de uma questão pedagógica para uma questão de mercado. Foi nesse contexto que surgiu o debate sobre o valor econômico da Educação relacionado a reestruturação produtiva, o futuro do trabalho e o crescimento econômico dos países pobres.

Os países pobres se tornam uma ameaça a acumulação do capital, tendo em vista que o sistema necessitava manter a ordem pra que não houvesse questionamentos mediante a realidade. Dessa forma, o Banco Mundial, passa a impulsionar o desenvolvimento econômico desses países, por meio de empréstimos para os ajustes estrutural e setorial, com proposições e condicionalidades que compõem a manutenção da acumulação do capital, pois “[...] o espectro da pobreza é visto como uma ameaça à “estabilidade do sistema” (LEHER, p. 44, 1998).

Ainda na proposição do Banco Mundial:

[...] o capital demanda estabilidade política e, se nada for feito para reduzir a pobreza, os pobres (na verdade, excluídos) poderão se transformar em uma ‘classe perigosa’, gerando instabilidade política, insegurança e fuga de investimentos. Por isso prossegue o presidente do Banco Mundial [Mcnamara], os países ricos devem arcar os custos da estabilidade internacional em nome de seus próprios interesses. (LEHER, 1998, p. 94).

É nesse contexto, portanto, que a Educação passa a ser uma política prioritária, além das demais Políticas Sociais “[...] para assumir o lugar de ‘pressuposto fundamental’ e de ‘tema fundamental’ da formulação do Banco – centrada, na década de 1990, no *alívio* da pobreza” (LEHER, 1998, p. 86).

Para Leher (1998), o documento produzido pelo Banco Mundial intitulado *Sector Working Paper* (1974), na gestão de Robert S. McNamara (1968-1981), mencionou a preocupação com a pobreza. Ressaltou que as ações do Banco Mundial visavam contribuir para os países realizarem reformas e expandir os seus sistemas educacionais como requisito para o Desenvolvimento Econômico a Educação foi vista como instrumento de mobilidade social e a

[...] a equidade é colocada no lugar da distribuição de renda, até então considerada crucial no debate a propósito do desenvolvimento. [...] A Educação está inscrita no escopo das ‘necessidades básicas’, como política compensatória para ‘proteger’ os pobres [...]. (LEHER, 1998, p. 205).

A crítica para a questão das “necessidades básicas” trata-se de uma ação conservadora, em que o mínimo passa a ser o foco nas ações de Educação e de Saúde. Assim, “[...] as necessidades das populações pobres são reduzidas às exigências vitais, no sentido biológico do termo”(LEHER, 1998, p. 68).

Com isso, o investimento do Estado possibilitou incluir o pobre enquanto trabalhador no mercado de trabalho, que dedicou-se em aprimorar suas competências e habilidades. Isso “[...] transformou a satisfação das necessidades básicas e a educação primária na chave que permitiria às camadas pobres abrir as portas da riqueza advinda do crescimento econômico” (NOGUEIRA, 1999, p. 114).

A continuidade desse pensamento que vincula Educação e desigualdade também esteve presente nos Discursos como se observou a partir da Deputada

Rezende que enalteceu a meta da melhoria da qualidade da Educação com a defesa de investimento em 10% do PIB, tendo em vista a superação da desigualdade:

Nós Deputados da educação, Deputados que têm como meta a melhoria da qualidade da **educação**, defendemos, sim, 10% do PIB. Sabemos que outras áreas são prioritárias, sabemos que o País precisa investir em saúde, em desenvolvimento, em programas sociais, mas também sabemos com segurança que, **se não houver investimento diferenciado na educação, não vamos conseguir superar essa enorme desigualdade**. É preciso que haja um olhar diferenciado, é preciso que a União coloque mais dinheiro no setor. (REZENDE, 2012, p. 2, grifos nossos).

Reafirma-se que o objetivo, portanto, das necessidades básicas atendidas é para que se mantenha, sobretudo, a ordem e com o objetivo de elevar a produtividade do pobre valorizando o capital humano para a inclusão no sistema econômico. (LEHER, 1998).

Cunha (1979), ressaltou que o censo demográfico de 1970 do Brasil, impulsionou um grande debate sobre a distribuição desigual e concentração de renda no país. Uma das justificativas a partir de estudos da época atribuíram que a renda estava relacionada ao nível de escolaridade dos indivíduos “Em consequência disso, a política governamental passou a ser mais enfática em atribuir à educação o papel de variável estratégica para atenuar ou eliminar as desigualdades sociais”. (CUNHA, 1979, p. 68).

A partir da década de 1970 foi difundida a crença na Educação escolar como sendo eficaz e disponível para melhorar a posição do indivíduo na sociedade, cuja justificativa era a de quem ingressar na escola pública “[...] e tiverem motivação para utilizar construtivamente as aquisições intelectuais por ela propiciadas, será certa a melhoria da sua posição” (CUNHA, 1979, p. 27). Essa preocupação com a Educação estava relacionada ao tema desenvolvimento que, naquele momento, como estratégia, incorporou a preocupação com as condições de vida da população na década de 1970 e 1980. Primeiro, o desenvolvimento esteve relacionado ao crescimento econômico; segundo, porque este seria o redutor das desigualdades e o investimento de capital humano (EVANGELISTA; SHIROMA, 2006).

Na década de 1980, com as mudanças no processo de acumulação do capitalismo global, a ideologia do crescimento/desenvolvimento econômico passou para a ideologia da promoção de equidade (EVANGELISTA; SHIROMA, 2006).

Essas mudanças na ideologia atrelada a intensificação da extração de mais-valia pelo capitalismo global, e impulsionadas e difundidas pelo Banco Mundial, colocou a centralidade no discurso na pobreza, com intuito:

[...] de promover o uso produtivo do recursos mais abundante dos pobres: o trabalho. Para tanto, era necessário, prover-lhes serviços sociais básicos. O caminho aventado para aumentar tal recurso foi o investimento em educação. (EVANGELISTA; SHIROMA, 2006, p. 46-47).

Assim sendo, especialmente na década e 1990,

[...] pode-se observar, por parte do BIRD e do BID, a concepção de que o trabalho constitui o maior bem dos pobres; noção fundamental para justificar o investimento em capital humano. Desse modo, a educação deve ser promovida para satisfazer a crescente demanda, por parte das economias, de trabalhadores flexíveis e adaptáveis, capazes de adquirir facilmente novos conhecimentos (FIGUEIREDO, 2006, p. 141).

A centralidade na pobreza, pelos Organismos Internacionais, buscava a produtividade do Trabalho. Isso seria promovido através do acesso a “satisfação necessidades básicas” e uma dessas “necessidades básicas” era o acesso a Educação. Para tanto, essa centralidade não impulsionava o fim das causas das desigualdades sociais e da pobreza, causadas pela exploração da força de trabalho e na acumulação privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida. Obscurecendo essas causas, a Educação teve a função de aliviar a pobreza, com o aprimoramento da produtividade da força de trabalho, transferindo a responsabilidade de solver o cerne da contradição capital x trabalho, para o indivíduo. (EVANGELISTA; SHIROMA, 2006).

No que concerne a concepção de política educacional, voltada para os interesses do capital Evangelista e Shiroma (2006) apontam a ocorrência de uma mudança na linguagem utilizada nos documentos dos Organismos Internacionais sobre Educação, tendo em vista que nos início dos anos de 1990 os conceitos utilizados eram produtividade, qualidade, competitividade, eficiência e eficácia.

Contudo, para as autoras, no final da década de 1990:

[...] o viés economicista explícito deu lugar a face humanitária por meio da qual a política educacional ocuparia o lugar de solução dos

problemas humanos mais cadentes, em especial o problema da sobrevivência na sociedade atual. Enfatizam-se conceitos como justiça, equidade, coesão social, inclusão, *empowerment*, oportunidade e segurança, todos articulados pela ideia de que o que faz sobreviver uma sociedade são os laços de 'solidariedade' que se vão construindo entre indivíduos. (EVANGELISTA; SHIROMA, 2006, p. 44).

Na década de 2000, a pobreza aparece como questão central no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁴⁸, após a cúpula do milênio⁴⁹ realizada em 2000. O resultado desses encontros estão ancorados em acordos estritamente relacionados com a economia mundial. Com isso

A globalização da pobreza resulta em grande parte desses acordos e é acompanhada pela reforma das economias nacionais, particularmente dos países 'em desenvolvimento' e pela redefinição de seus papéis na nova ordem econômica mundial. (EVANGELISTA; SHIROMA, 2006, p 52).

Embora com as mudanças de termos como citado por Evangelista e Shiroma (2006) os termos produtividade/competitividade/qualidade são recorrentes nos anos 1990. Nos Discursos dos Deputados Lima (2012), Molling (2012), Praciano (2011) e Senador Rollemberg (2012), é possível constatar a defesa de que é necessário criar as condições favoráveis para o país competir internacionalmente:

⁴⁸ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a agência líder da rede global de desenvolvimento da ONU e trabalha principalmente pelo combate à pobreza e pelo Desenvolvimento Humano. O PNUD está presente em 166 países do mundo, colaborando com governos, a iniciativa privada e com a sociedade civil para ajudar as pessoas a construírem uma vida mais digna. Em todas as suas atividades, o PNUD encoraja a proteção dos direitos humanos e a igualdade de gênero e raça. Desde 2000, o programa fomenta também o comprometimento e a discussão em prol do alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Presente no Brasil desde a década de 1960, a atuação do PNUD no país tem tido como temas centrais o desenvolvimento de capacidades, ciência e tecnologia, a modernização do Estado e o fortalecimento de suas instituições, o combate à pobreza e à exclusão social, a conservação ambiental e uso sustentável de recursos naturais. **No campo de políticas sociais**, o PNUD vem trabalhando com as áreas de saúde, educação, esportes, cultura, turismo e desenvolvimento social. Os projetos incluem temáticas e ações como: desenvolvimento de capacidades; aplicação e desenvolvimento de metodologias; sistemas de informação, de monitoramento e avaliação; formação e treinamento; desenvolvimento curricular; inovações pedagógicas e metodológicas; revisões de normas e regulamentos; construção de mecanismos de controle social e metodologias de construção de consenso; tecnologia e informação em saúde; epidemiologia; vigilância sanitária; políticas preventivas; humanização da gestão da saúde; saúde suplementar; combate ao HIV/AIDS; estudos e pesquisas; transferências de renda; desenvolvimento humano local; justiça econômica e mercados inclusivos (BRASIL, 2017).

⁴⁹ Declaração do Milênio das Nações Unidas 08 de Setembro de 2000 *A Cúpula do Milênio das Nações Unidas* foi realizada em Nova York, de 6 a 8 de Setembro de 2000. Foi um encontro sem precedentes, assistido por 100 Chefes de Estado, 47 Chefes de Governos, 3 Príncipes, 5 Vice-Presidentes, 3 Primeiros Ministros, 8000 Delegados e 5500 jornalistas. (ONU, 2000).

Queremos chegar a ser a quinta potência mundial. É preciso que os **nossos trabalhadores tenham maior produtividade.** E maior produtividade no trabalho se faz alcançando níveis superiores, de maneira gradativa, no sistema educacional(LIMA, 2012, p. 1, grifos nossos).

Sem formação, sem capacitação, não há produtividade, e, sem produtividade, não há crescimento. O conjunto das atividades produtivas do nosso País depende diretamente da expansão com qualidade da educação (ROLLEMBERG, 2012, p. 66104, grifos nossos).

Então, precisamos realmente do investimento de 10% do PIB para a educação. É necessário que esse dinheiro seja bem investido, que qualifique o ensino, que dê instrumentos ao professor para educar, ensinar, transmitir o conhecimento necessário para que o jovem saia da escola bem encaminhado para a vida. Enquanto não fizemos isso, infelizmente, vamos ficar para trás. As nossas fábricas **dependem da qualificação profissional para competir no mundo globalizado** (MOLLING, 2012, p. 1, grifos nossos).

A educação implementa a qualidade na mão de obra, implementa pesquisa, implementa o descobrimento de novos processos, de novos produtos, aumenta a qualidade empresarial, a competitividade, a competência empresarial (PRACIANO, 2011, p. 2, grifos nossos).

A relação produtividade/competitividade para promover a inserção dos países em desenvolvimento no processo de globalização seria por meio da Educação, com “[...] uma nova base científica e tecnológica [...], de formação profissional, qualificação e requalificação” (FRIGOTTO, 2002, p. 45).

Desse modo, a educação visa a formação de valores e atitudes que promovam as características requeridas pelo mercado de trabalho: “Trata-se de uma educação e formação que desenvolvam habilidade básicas no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzindo competências pra gestão de qualidade, para a produtividade e competitividades e, conseqüentemente, para a ‘empregabilidade’”. (FRIGOTTO, 2002, p 45).

A concepção de pobreza do Banco Mundial foi explicitada no *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2000/2001*. Assim “[...] a pobreza era definida como baixo consumo e baixo aproveitamento em educação e saúde. O desenvolvimento econômico [...] era tido como fundamental para o reduzir a pobreza”. (BANCO MUNDIAL apud EVANGELISTA; SHIROMA, 2006, p. 48).

De acordo com Evangelista e Shiroma (2006), entre as soluções encontradas para o “alívio da pobreza” pelo Organismos Internacionais, a Educação, que teve

destaque no século XX, sendo ela escolarizada ou não, contribuiria para alívio da pobreza e possibilitaria, com isso, o desenvolvimento econômico dos países. Dessa forma, essa perspectiva ainda é ressaltada nos Discursos como dos Deputados Izalci (2011), Assunção (2011) e Bezerra (2011) que endossaram a importância da Educação como estratégia para erradicação/combate da miséria e promoção da inclusão social:

Presidenta Dilma Rousseff comunicou que a **erradicação da miséria** é prioridade do seu Governo. Estou certo de que não restam mais dúvidas quanto ao fato de que **a educação é ferramenta eficaz no esforço pela inclusão social**. (IZALCI, 2011, p. 1, grifos nossos).

[...] **porque só vamos combater de fato a miséria no País** se pudermos fazer com que as pessoas tenham **política educacional**. (ASSUNÇÃO, 2011, p. 1, grifos nossos).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ninguém discute que a **educação** configura a porta para a **inclusão social**, por isso, é tema definitivamente assentado como prioridade na agenda nacional. Na Constituição Federal, é o primeiro arrolado entre os direitos sociais e, entre eles, talvez seja o de maior eficácia na obtenção de vigorosos frutos, como melhor qualidade de vida, consolidação democrática, pleno exercício da cidadania, **desenvolvimento socioeconômico**. (BEZERRA, 2011, p. 1-2, grifos nossos).

A prioridade estabelecida pelo Governo da Presidenta Dilma Rousseff, sobre a erradicação da miséria, foi citada pelo Deputado Izalci (2011) e constituía parte do “Plano Brasil sem Miséria” (2011), com intuito de tirar a população que vivia em situação de extrema pobreza no Brasil⁵⁰. De acordo com o documento:

[...] ainda há 16 milhões de pessoas vivendo na extrema pobreza. Para isso, o governo criou o plano Brasil Sem Miséria, que aperfeiçoa e amplia o melhor da experiência brasileira na área social. O processo de ascensão social dos últimos oito anos foi decisivo para diminuir as desigualdades, ampliar o mercado interno, fortalecer a economia e acelerar o crescimento do país. (BRASIL, 2011, p. 5).

As estratégias para acabar com a miséria dispostas no “Plano Brasil sem Miséria” (2011) estão principalmente voltadas para as “necessidades básicas” do pobre, entre elas a saúde, o acesso a água e a luz, e os programas de transferência

⁵⁰ De acordo com o Plano Brasil Sem Miséria (2011), é considerado a linha de extrema pobreza: renda familiar per capita de R\$70,00.

de renda, como o Bolsa Família. Na área educacional, a principal estratégia seria a Educação Profissional, tendo como objetivo de “Oferta de mais de 200 tipos de cursos por meio das escolas técnicas, pelo Sistema S e outras redes” (BRASIL, 2011, p. 12).

A defesa da Educação Profissional/Formação Profissional seria uma das formas de enfrentamento da pobreza como anunciada nos documentos dos Governos Lula e Dilma. Para além do enfrentamento da pobreza, todavia, o objetivo seria a de que a Educação Profissional promoveria a formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Esse argumento foi defendido a partir dos Discursos dos Senador Lopes (2011), Deputado Lima (2011), Senadores Monteiro (2013) Rollemberg (2013) e Deputado Professor Sétimo (2014):

O nosso desafio é **profissionalizare formar a nossa juventude para um mercado de trabalho**, que, se não tivesse sido modificado atualmente pelo SENAI e pelo SENAC, estaria defasado tanto na indústria quanto no comércio (LOPES, 2011, p. 1, grifos nossos).

Quanto ao **ensino técnico**, aprovamos recentemente, nesta Casa, o projeto de lei que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego PRONATEC, que, com recursos da ordem de 8 bilhões de reais, proporcionará **formação profissional** de qualidade a 8 milhões de pessoas até o final do Governo da Presidenta Dilma. Por meio de inédita parceria entre o Governo Federal e o Sistema S, a um só tempo, criamos oportunidades educacionais para nossos jovens e enfrentamos um dos maiores obstáculos para o **desenvolvimento da nossa economia: a escassez de mão de obra qualificada** (LIMA, 2011, p. 4, grifos nossos).

A concessão de estímulos educacionais pelos empregadores aos seus trabalhadores é providência que deve ser fomentada e ampliada. Ela é importante para os avanços da **qualificação da força de trabalho do País e da produtividade daqueles que se prestam serviços em prol das empresas** que desenvolvem suas atividades em Território nacional. Atende-se, de forma complementar, à demanda crescente por **mão de obra qualificada** (MONTEIRO, 2013, p. 20, grifos nossos).

Na primeira década do século XXI, experimentamos a melhor conjuntura internacional das últimas décadas, que abriu espaço para o crescimento do mercado interno, sem estrangular as contas externas. O Brasil foi beneficiado por essa conjuntura, que possibilitou o fortalecimento do mercado nacional, que, somado à situação política cambial de valorização do real, produziu o efeito renda, dando a sensação de que se abria um novo e longo ciclo de desenvolvimento. Mas, enquanto isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, boa parte da população foi gradualmente deslocada para postos de baixa escolaridade e baixa remuneração, o que não

permitiu **ao Brasil a formação de mão de obra qualificada para sustentar o mercado interno em ascensão** (ROLLEMBERG, 2013, p. 65546, grifos nossos).

O **ensino profissionalizante** é que pode atender à classe média através de uma **formação profissional com ensino técnico. E o Brasil precisa de mão de obra qualificada** (PROFESSOR SETIMO, 2014, p. 1, grifos nossos).

Há, no Brasil, um controle empresarial (SENAI, SENAC, SESI, etc.) sobre a formação profissional. Além disso, mediatizado por patrões, trabalhadores e governo, a Educação Profissional é tida como uma estratégia para qualificação dos trabalhadores frente as novas demanda do mercado de trabalho, do mesmo modo que em são respostas ao desemprego estrutural. “De fato, a requalificação é apresentada como a principal resposta do capitalismo ao desemprego [...]” (LEHER, 1998, p. 240).

O ensino técnico/formação profissional passa, portanto, a ser uma resposta ao desemprego⁵¹ nos Governos Lula e Dilma. Embora seja uma necessidade das indústrias o governo é chamado a trazer respostas para essa demanda.

A intervenção do Governo Lula nos programas de educação profissional é uma orientação do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD/Banco Mundial. Essa orientação postula ser necessário uma intervenção pública para acabar com “imperfeições do mercado” e a inserção no processo de reestruturação econômica, tendo em vista que os empresários se colocam receosos em investir em educação profissional a longo prazo.

Assim, o Estado,

[...] através de implementação de políticas educacionais e de capacitação que possam dar as condições materiais e financeiras, mas de forma que estas sejam geradas com a maior flexibilidade possível, e os setores econômicos possam ter o controle político e institucional desse processo (DEITOS, 2000, p. 56).

⁵¹ A partir de 2010, houve uma redução da criação de empregos formais e o conseqüente aumento do número de desempregados. Em 2010, durante todo o ano, foram criados 2.543.177 empregos formais. Em 2014, foram criados apenas 396.993 empregos. A geração de empregos, em todo o ano de 2014, representou uma queda de 64,4%, em relação ao número de empregos criados em 2013. A redução no ritmo da criação de empregos formais, de 2010 a 2014, a redução dos postos de trabalho, observada em 2015, bem como o aumento do número de desempregados resultarão na queda dos rendimentos das famílias e irão agravar a situação de pobreza e miséria da população trabalhadora. (REIS, 2015, p. 223).

Para o capitalismo é imprescindível que o trabalhador não perceba sua condição em desvantagem pela venda da sua força de trabalho, seja pelas condições precárias ou pelo desemprego. Também é imprescindível que o trabalhador não compreenda que essas são condições inerentes ao próprio modo de produção capitalista para que não ocorra uma contestação política. Dessa forma, as instâncias do capital e os governos a elas subordinadas, frente às críticas sobre a exclusão estrutural buscam justificativas de que o “[...] sistema é justo com quem se ‘qualifica’ para ele. Assim, apenas os *desqualificados* estariam inabilitados para o tempo presente e, nos moldes do bordão neoliberal, a única alternativa seria a educação/formação profissional. (LEHER, 1998, p. 44).

Reitera-se que a justificativa para o investimento em Educação Profissional se dá pela necessidade mão de obra qualificada. A crítica, como já mencionado pelo Deputado Canziani (2013) é pelo “apagão de mão de obra”, decorrente do “pouco caso dos governos anteriores” e, nesse caso, “não temos pessoas qualificadas para trabalhar” como expôs Senador Taques (2013).

As **escolas técnicas** devem proliferar por todo o País para atender a demanda do mercado, que não para de crescer. Estudos realizados pela indústria apontam para um aumento do desequilíbrio entre oferta e procura **por mão de obra qualificada** até 2014, exigindo a formação profissional de cerca de 3 milhões de trabalhadores por ano para atender a demanda do setor. Sabemos que a economia do País vem crescendo significativamente. **No entanto, por conta do pouco caso de governos anteriores, estamos enfrentando um "apagão de mão de obra"**, e os grandes centros urbanos têm sérias dificuldades para encontrar profissionais qualificados, principalmente nas Engenharias. Além dos engenheiros, faltam técnicos, tecnólogos, operadores de máquinas. A saúde também está sofrendo com a falta de médicos, anestesistas, enfermeiros. Há também carência entre as ciências sociais; isso porque é preciso ter leitura e escrita, hoje um diferencial. Um estudo do Governo mostra que a expansão da pós graduação brasileira é puxada, em primeiro lugar, pelo aumento de doutores na área de humanas, e não nas ciências exatas e biológicas. Precisamos de mais doutores em todas as áreas (CANZIANI, 2013, p. 1, grifos nossos).

[...]. Hoje, na sociedade globalizada que nós temos, para que o nosso Estado possa produzir mais, precisamos educar mais, sob pena de termos o chamado desemprego funcional, desemprego estrutural. **Nós temos pessoas querendo trabalhar, colocação no mercado de trabalho, e não temos pessoas qualificadas para trabalhar** (TAQUES, 2013, p. 10221, grifos nossos).

Ressalta-se portanto, a questão da Educação Profissional como forma de resolver o problema do desemprego. Assim entendida é vista como uma solução para a falta de qualificação profissional dos setores pobres e um meio de abertura de oportunidades para a classe média. Contudo, a questão de buscar aperfeiçoamento para o trabalho passa a ser uma questão de escolha do indivíduo: “[...] visto assim, o desemprego deixa de ser uma *consequência dos mecanismos* impessoais, complexos, estruturais da economia, e se transforma numa *carência de indivíduos*”(CUNHA, 1979, p.52-53).

Por um lado, a procura pela qualificação profissional, a busca por escolhas diante as exigências do mercado se configuram pela chamada “sociedade do conhecimento” e, por outro lado, pela justificativa de quem não alcançar ou fazer as escolhas corretas está fadado ao desemprego.

O desemprego em massa (especialmente entre os jovens) decorrente da destruição dos empregos (e não o desaparecimento do trabalho, como querem os profetas do fim do trabalho) e a precarização são reduzidos a um problema de adaptação ou não ao novo tempo, ao invés de consequências das contradições do modo de capitalista de produzir e distribuir a riqueza socialmente produzida que precisam ser expostas, entendidas e explicadas.[...]. (LEHER, 1998, p. 188).

É com esse intuito de formação de mão de obra qualificada para entrada no mercado de trabalho que o objetivo da Educação para o Senador Paim (2013), o Deputado Chalita (2012), o Deputado Molon (2012) e o Deputado Petta (2014) foi assim definido:

A escola é o segredo do sucesso. A escola prepara a Nação para a vida econômica, formando técnicos e especialistas que desenvolverão nosso parque industrial (PAIM, 2013, p. 3382, grifos nossos).

Como determina a Constituição Federal, **o papel da educação não é só o de desenvolver habilidades cognitivas, mas também o de formar pessoas, de preparar o cidadão, ajudando-o a entrar no mercado de trabalho.** (CHALITA, 2012, p. 1-2, grifos nossos).

O Brasil tem pela frente um bônus demográfico, um momento da sua pirâmide demográfica em que **ou capacitamos e investimos na juventude que está prestes a entrar no mercado de trabalho e isso se faz com a educação de qualidade ou nós vamos perder esta oportunidade** que, como demonstram os demais países, demora, às vezes, décadas para retornar. O Brasil vive um momento especial na distribuição etária da sua população. **Por isso, um**

investimento na educação neste momento é decisivo para a construção de um Brasil diferente, de uma sociedade do conhecimento com ensino, pesquisa e extensão que vai fazer o Brasil subir para um novo patamar (MOLON, 2012, p. 1-2, grifos nossos).

Atualmente, o Governo investe cerca de 6% do PIB na área, o que consideramos muito pouco, tendo em vista **que o Brasil está crescendo muito rápido e exigindo mão de obra cada vez mais qualificada**. Nossas escolas ainda se encontram em situação precária, se comparadas às de países vizinhos, que são mais pobres (PETTA, 2014, p. 2, grifos nossos).

A Educação Básica, portanto, incrementaria a produtividade do trabalhador, possibilitando a inserção no mercado de trabalho, a inserção na economia por meio do consumo, além disso, promoveria a busca pela profissionalização, pelos indivíduos. Outro aspecto presente nos Discursos dos Deputados e Senadores sobre a Educação referem-se a uma formação de mão de obra que visaria cumprir com as demandas e as necessidades do mercado de trabalho.

O acesso à “Educação Básica” para o trabalhador, é considerada pelos Organismos Internacionais com alto valor econômico: “Tal educação proporciona ao indivíduo as ferramentas mínimas para participar na economia moderna como produtor e consumidor e para receber formação profissional, na escola ou no trabalho mesmo” (CEPAL, 1974, p. 71).

O Senador Miranda (2013) e o Deputado Câmara (2011) enfatizam o saber ler e escrever para além da formação profissional.

Saber ler e escrever é condição essencial para o ingresso no mercado de trabalho da sociedade do conhecimento, caracterizada pelo desenvolvimento tecnológico (MIRANDA, 2013, p. 69020, grifos nossos).

Cumprido, com efeito, reconhecer e enfatizar a importância da educação básica para dar a devida sustentação ao **processo de desenvolvimento social e econômico**, a partir da preparação e da **formação de pessoas capazes de ler e interpretar um texto e de aplicar com correção conhecimentos de matemática e ciências** (CÂMARA, 2011, p. 2, grifos nossos).

Pode-se dizer, então, que “O objetivo do ensino é o mercado de trabalho, visando à flexibilidade, à formação de valores e atitudes favoráveis ao mercado, etc.” (LEHER, 1998, p. 211), as quais estão vinculadas a formação de competências cognitivas que devem iniciar na Educação Infantil, colocada como assunto atual da

Política Educacional, pois para o Banco Mundial “[...] o objetivo da infância é tornar-se um adulto plenamente produtivo, o ‘capital humano’ do futuro” (PENN, 2002, p. 13). No caso, para o Banco Mundial (2011),

As creches e as pré-escolas oferecem oportunidades para a estimulação cognitiva e não cognitiva, e para o desenvolvimento. **Essas oportunidades podem ajudar as crianças no sucesso acadêmico e no acesso ao mercado de trabalho futuro.** Para que sejam eficazes, no entanto, devem satisfazer determinadas normas de qualidade e expor as crianças aos tipos de atividades e experiências corretos. (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 21, grifos nossos).

O Banco Mundial (2011) enfatiza, portanto, que a Educação Infantil pode beneficiar especialmente os pobres, ajudando a reduzir a diferença cognitiva entre os grupos de renda. Ou seja, investir nas necessidades básicas das crianças para que tenham um bom desenvolvimento e sejam passíveis de inclusão no mercado econômico. Para o Senador Portela (2013) “Só assim, **investindo na inserção de nossas crianças no ambiente escolar** e perseguindo melhoria do ensino ministrado no País, **estaremos combatendo verdadeiramente as desigualdades**” (PORTELA, 2013, p. 7488, grifos nossos).

A importância da Educação Infantil é assim concebida pelo Senador Portela (2013):

[...] **as desigualdades originadas do ambiente familiar e das diferenças de renda podem ser drasticamente reduzidas. Para isso, porém, há alguns pré-requisitos. Talvez o mais importante deles seja o acesso à educação infantil no momento certo** (PORTELA, 2013, p. 7487, grifos nossos)

A concepção de Educação como pressuposto para combater as desigualdades sociais e educacionais, tem em vista dissimular a origem dessas próprias desigualdades. O Discurso Ideológico, nesse caso, está sustentado no aprimoramento intelectual por meio do estudo que possibilitaria uma melhor condição econômica e social (CUNHA, 1979).

A formação de mão de obra qualificada e as necessidades do mercado está demarca pelaldeologia do Desenvolvimento, promovida pelos Organismos Internacionais, que consiste em estimar a formação de mão-de-obra qualificada para satisfazer determinados objetivos econômicos. Portanto:

Chega-se a essa estimacão analisando-se a estrutura de mão-de-obra existente, segundo distintas categorias da qualificaco, e procedendo-se às correspondentes projecces das demandas feitas pelas diversas atividades econômicas de acordo com planos ou perspectivas gerais do desenvolvimento. Essas estimacões podem ser comparadas com o número de diplomados nos diferentes níveis de ensino, a fim de localizar deficiências e planejar sua eliminaco. (CEPAL, 1962, p. 71-72).

Para o Harbinson (1974):

Não se pode sustentar, naturalmente, que as firmas empregadoras devam ter a seu cargo todas as atividades de treinamento. **Muitas habilidades tem que ser fomentadas nas escolas, colégios e universidades.** Não  possível preparar adequadamente, na prática do emprego, médicos, professores, engenheiros, agrnomos, homens da ciência e grande número de técnico subprofissionais. (HARBINSON, 1974, p. 159, grifos nossos).

A concepcco de formar mão de obra de acordo com as demandas do mercado também está presente nos Discursos que justificam uma formaco dos indivíduos que respondam as mudanccas no mercado de trabalho, ou que atendam a uma nova geografia do emprego industrial. Para os Deputados Izalci (2012); Senador Monteiro (2013) Senadora Ana Mlia (2013); Deputado Itamaraty (2010) e Senador Arruda (2013) essa questão  assim compreendida:

 evidente que  muito melhor termos um motorista de táxi com curso superior do que termos um motorista de táxi analfabeto. Isso  óbvio. **Mas nós precisamos orientar melhor nossos alunos, e as faculdades também, no sentido de oferecer cursos compatíveis com o que espera o mercado** (IZALCI, 2012, p. 2, grifos nossos).

Portanto,  um imenso desafio, porque temos de atuar nesses dois vetores, elevar a escolaridade e evidentemente, melhorar também o nosso desempenho no ensino médio, no ensino superior e, sobretudo, também na perspectiva **de formar tecnólogos, para melhorar, para atender os novos perfis profissionais que estão aí colocados.** Também esse desafio que foi aqui mencionado que ** o de atender a essa nova geografia do emprego industrial no Brasil.** Esse emprego vem migrando para a novas regiões e, evidentemente, precisamos produzir a oferta ou uma maior oferta nessas regiões onde estamos registrando essa migraco do emprego (MONTEIRO, 2013, p. 1218, grifos nossos).

No caso do Brasil, o presidente da FIERGS avaliou que o número de empresas de diferentes setores alinhados com essa tendência

tecnológica ainda é pequeno. **Por isso, a necessidade de investimentos em políticas que permitam profissionais habilitados para se adaptarem às mudanças impostas por esse novo modelo industrial, o 4.0** (ANA AMÉLIA, 2013, p. 18751, grifos nossos).

Com o mundo mudando cada vez mais rapidamente, a globalização presente e aproximando culturas e nações, **o mercado de trabalho torna-se mais exigente, e o Brasil não pode parar. Precisamos caminhar mais rápido rumo ao desenvolvimento [...] a fim de que continuemos lutando por melhorias na educação dos nossos jovens, pois este ainda é o melhor meio de progresso para o nosso País** (ITAMARATY, 2010, p. 1, grifos nossos).

Os empreendimentos que o Brasil precisa realizar para desenvolver a sua infraestrutura estão exigindo que se tragam profissionais de outros países, que já atuam no Brasil, porque não temos médicos suficientes, não temos enfermeiros suficientes, nem mesmo farmacêuticos para a pesquisa, para a ciência do nosso País. É para isso que nós **temos que ter educação de qualidade**, e isso não é ganância. Isso é investimento. **Querer dobrar os gastos com educação significa investimento na qualidade e na eficiência da formação do nosso povo** (ARRUDA, 2013, p. 60220, grifos nossos).

De acordo com Reis (2015)

Ao estabelecer que as universidades devam gerar conhecimentos para o setor produtivo, o governo federal[Governo Lula] indica e estimula, por meio do financiamento, o tipo de conhecimento a ser produzido pelas universidades e, ao mesmo tempo, contribui para a desvalorização do conhecimento crítico que põe em questão os fundamentos da sociedade mercantil. Ao estimular a vinculação da universidade com o chamado setor produtivo, o governo federal pretende aprofundar, ainda mais, o papel da universidade como instituição funcional ao capital, como veículo de transformação do conhecimento em riqueza. (REIS, 2015, p. 112).

A Educação, portanto, está sendo adequada e reformulada de acordo com as demandas e interesses econômicos e políticas hegemônicas de determinados grupos. Nesse sentido, os cursos de Educação Profissional que são criados estão voltados para suprir as demandas do mercado de trabalho, com cursos específicos que atendam aos setores da indústrias e da produção. Assim, “O setor produtivo é mais seletivo e cria os cursos de qualificação direcionados e mais adequados às relativas necessidades do mercado de trabalho” (DEITOS, 2001, p. 41).

Para atender as demandas do mercado é necessário que, para além da Educação Profissional, se invista na Ciência e Tecnologia para atingir os patamares

de desenvolvimento nacional e internacional. O desenvolvimento tecnológico é intrínseco ao processo de formação educacional que promoverá estudos na Tecnologia e que foram defendidos pelo Senador Pimentel (2013), pelo Deputado Lima (2011) e pelo Deputado Canziani (2012):

Os países periféricos que, nas últimas décadas, investiram fortemente na educação e na tecnologia, hoje integram o grupo dos países desenvolvidos. O Brasil tem experiências próprias que permitem chegar a essa conclusão: a Embraer, a Petrobras e a Embrapa são exemplos incontestáveis de que **é preciso investir em educação, pesquisa, qualificação da mão de obra e tecnologia** (PIMENTEL, 2013, p. 27434, grifos nossos).

Tenho defendido nesta Casa **que o futuro do País depende do seu desenvolvimento socioeconômico**; e que devemos tratar com seriedade, cada vez com mais afinco, como a Presidenta Dilma tem feito, dois eixos estruturantes: **educação e ciência e tecnologia** (LIMA, 2011, p. 1, grifos nossos).

Se queremos transformar o Brasil num país plenamente desenvolvido, precisamos ter uma população educada, com pessoas preparadas para os desafios do mercado de trabalho, cada vez mais tecnológico e informatizado. A educação deveria ser a prioridade absoluta do Brasil. Precisamos criar mais escolas técnicas para especializar não só nossos jovens, mas todos que buscam um futuro melhor. Estou seguro de que só a educação vai melhorar o futuro desta geração. Só a educação com qualidade vai poder elevar o Brasil ao patamar dos países desenvolvidos (CANZIANI, 2012, p. 1, grifos nossos).

O investimento em tecnologia tem em vista o aumento da produtividade. O investimento em tecnologia e, conseqüentemente, na produção de tecnologia não é inerente ao próprio processo de concorrência intercapitalista, pois “No mercado oligopolizado, a inovação tecnológica, a crescente incorporação do progresso técnico na produção e o conseqüente aumento do capital orgânico e diminuição relativa do capital variável são uma imposição da concorrência intercapitalista” (FRIGOTTO, 2006, p. 112).

É a partir da concorrência entre os mercados que a tecnologia e a inovação se fazem necessárias para o modo de produção de capitalista, voltado prioritariamente para a inserção no mercado internacional e aumento dos lucros. A Educação, nessa relação entre tecnologia e produção, passa a ser cada vez mais voltada para o processo de produção “[...] o novo papel da educação decorre de

uma suposta revolução tecnológica e organizacional, reforçam a ideologia da globalização do determinismo tecnológico, ofuscando o problema real da crise estrutural do modo de produção capitalista, bem como suas consequências para a educação. (LEHER, 1998, p. 10). Essa concepção está presente nos discursos dos Deputados Ferro (2012), Assunção (2012) e Gass (2012):

Nós temos que expandir, **temos que ter mais educação, mais ciência, mais tecnologia**, porque é isso que dá sustentabilidade para uma nação crescer, desenvolver-se e produzir para se inserir no plano de desenvolvimento mundial. Esse é o nosso compromisso (FERRO, 2012, p. 1, grifos nossos).

Para nós, para todos os brasileiros, isso é fundamental. Eu quero parabenizar a Presidenta Dilma por tomar essa decisão corajosa, que coloca **a educação como prioridade**, que faz com que o nosso País possa investir naquilo que é central para o **desenvolvimento político, social, da ciência e da tecnologia do nosso País** (ASSUNÇÃO, 2012, p. 1, grifos nossos).

Nós queremos que o Brasil deixe o 58º lugar no que se refere à **educação. Somos a sexta economia do mundo. Nós precisamos avançar em ciência tecnologia**. A base está na formação de bons profissionais. Nós queremos desenvolver o País em todas as áreas, para termos soberania, e a base está na educação (GASS, 2012, p. 1, grifos nossos).

Echevarría (1974), Sociólogo que participou da CEPAL, defende que a demanda pela tecnologia é necessária, pois “O desenvolvimento econômico implica que se possa contar, [...], com um sistema de posições técnicas sem as quais se torna impossível levar a cabo uma atividade econômica cada vez mais complexa e especializada. (ECHEVARRÍA, 1974, p. 21). Contudo a educação deve servir de estímulo ao iniludível avanço tecnológico (ECHEVARRÍA, 1974, p. 23). Para os Deputados Vanhoni (2014) e Praciano (2011) a relação entre Educação e Tecnologia são enaltecidas para promover o desenvolvimento do Brasil:

O Brasil vai poder descortinar uma nova fase do seu desenvolvimento tecnológico material. Nós temos que saber combinar desenvolvimento material, desenvolvimento da nossa indústria, desenvolvimento da nossa pecuária, do nosso agronegócio, desenvolvimento da nossa logística., [...] nós vamos precisar percorrer o caminho da educação e da cultura (VANHONI, 2014, p. 3, grifos nossos).

Estes 3 insumos: **mão de obra, tecnologia e capacidade empresarial estão diretamente ligados a um serviço**

importantíssimo do Estado, a educação. A educação é exatamente um dos principais serviços na implementação do crescimento do PIB, do crescimento da riqueza de um país (PRACIANO, 2011, p. 1, grifos nossos).

A tecnologia não tem como objetivo a melhoria da situação na vida dos trabalhadores e da população em geral. A busca pela inovação tecnológica traz consigo o aumento da produção para uma determinada classe e possibilita um desenvolvimento econômico que, por vezes, somente uma classe tem acesso.

[...] Neste sentido a produção científica passa a ser propriedade do capital e como tal não é uma ciência que é produzida para a criação de bens úteis, para o consumo coletivo, para o bem-estar social e aumento da qualidade de vida, mas uma ciência à produção, para o lucro (FRIGOTTO, 2006, p. 112).

A prioridade na educação elementar e da formação profissional, a partir da década de 1990, cumprem os objetivos do processo de produção. Essa prioridade, que visa impulsionar a formação profissional, conforme preconiza o Banco Mundial “[...] colocariam os excluídos em condições de disputar com sucesso um posto de trabalho” (LEHER, 1998, p. 44).

A Educação seria importante para “diminuir as desigualdades e promover a justiça social”, como apontado pelo Deputado Moraes (2012):

E o fazemos de maneira muito realista, sabendo que as concretas possibilidades de **inserção social** repousam principalmente na **educação** e, com base na perspectiva da tecnologia, na capacitação técnica, treinamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento. **Nenhuma outra via será tão eficiente para diminuir as desigualdades e promover a justiça social.** (MORAIS, 2012, p. 1, grifos nossos).

Na mesma direção, a Educação deve possibilitar as condições de igualdade para disputar um posto de trabalho, como ressaltada pelos Deputados Izalci (2012) e Chalita (2012):

Então, este é o momento, porque, para criarmos condições, **diminuirmos as desigualdades**, só há uma solução: **educação. É através da educação que damos igualdade de condições e de competitividade**, é através da educação que damos às pessoas a oportunidade de acesso à universidade de qualidade (IZALCI, 2012, p. 4, grifos nossos).

A educação é o passaporte para a liberdade, a **educação** é o que garante **às pessoas que não têm condições financeiras a chance de disputar com os que as têm**. A educação é o caminho que pode fazer com que outras políticas públicas sejam melhores. (CHALITA, 2012, p. 1, grifos nossos).

Dessa forma, o acesso a Educação tende a ser gratuito, devido a ideia de que todos tem a oportunidade e que existem brechas para todos no futuro. Dessa forma, os indivíduos são incluídos por meio da Educação e, ainda, depois, competir para aquisição de um espaço no mercado de trabalho. Com isso, “[...] é possível afirmar que os pobres não estão excluídos ‘a priori’ do jogo econômico” (LEHER, 1998, p. 223).

Como mencionado, Echevarría (1974), que participou da CEPAL, enfatizou que a Educação é um mecanismo de transformação da estrutura social e que acompanha o progresso social. A educação é um meio de seleção e ascensão social, em que “Através dela filtram-se e decantam-se os talentos de que uma sociedade dispõe num dado momento, para situá-los naquelas posições onde podem realizar sua máxima eficiência” (ECHEVARRÍA, 1974, p. 22).

Em relação a Educação para promoção da “ascensão social das pessoas” é tratada pelo Senador Ferraço (2013) da seguinte forma:

O País, o nosso Brasil, **precisa acreditar que a melhoria contínua da qualidade na educação** irá nos conduzir a uma posição de liderança no *ranking* das nações que melhoram a educação dia após dia e que, em razão disso, **produzem, como consequência, a ascensão social das pessoas**. (FERRAÇO, 2013, p. 95079, grifos nossos).

A perspectiva de ascensão social faz parte da concepção de educação liberal, tendo em vista que nessa concepção todos nascem com igualdade de oportunidades. A ascensão social será conquistada por meio do mérito individual e assim “[...] o trabalho e o talento são os instrumentos legítimos de ascensão social e de aquisição de riquezas, qualquer indivíduo pobre, mas que trabalha e tenha talento, pode adquirir propriedades e riquezas” (CUNHA, 1979, p. 31). Portanto,

[...] se conclui que a ascensão ou descensão social do indivíduo estará condicionada à sua educação, ao seu nível de instrução, e não mais ao nascimento ou à fortuna que dispõe. Isto porque o

talento está no indivíduo, independente de seu *status* ou condição material. (CUNHA, 1979, p. 35).

Como anunciado a Educação cumpre um papel social atrelado a uma função ideológica na ordem econômica capitalista que, devido a organização desse modo de produção, as desigualdades são produzidas e reproduzidas. Com isso, a Educação, centrada nessa sociedade, também reproduz as desigualdades. Além disso, o sucesso e/ou fracasso são considerados de ordem intelectual e individual e, com isso, “[...] dissimulam tanto os seus próprios mecanismos de discriminação quanto os da própria ordem econômica” (CUNHA, 1979, p. 56-57).

As desigualdades são concebidas entres os indivíduos e os países. Em relação as desigualdades entre os indivíduos, elas estão associadas as desigualdades educacionais e, por isso, ler, escrever e interpretar teria o potencial para reduzir as desigualdades sociais, como afirma o Deputado Izalci (2011) em relação a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE):

[...] os índices demonstram que no Brasil as **desigualdades sociais se aliam às desigualdades educacionais**. Então, quanto mais alfabetizado, quanto mais estudo, melhor é a condição social das pessoas. Isso é muito claro. [...], **é necessário que, após o segundo ano, 100% dos alunos sejam alfabetizados, e esse Plano prevê isso. Que saiam da escola sabendo ler, escrever e interpretar.** (IZALCI, 2011, p. 2, grifos nossos).

Além disso, o objetivo colocado é que os alunos sejam alfabetizados e saiam da escola sabendo ler, escrever e interpretar. Esse pensamento é entendido como Educação funcional e de baixo custo pois “[...] pode capacitar o pobre a participar mais efetivamente do processo de desenvolvimento” (LEHER, 1998, p. 205). Todavia, cabe reiterar que não se trata de não considerar a leitura, a escrita e a interpretação como imprescindíveis ao processo de apreensão do conhecimento científico. Aliás, “Está aí o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia humanas)” (SAVIANI, 2000, p. 20). O que é preciso compreender é que a Educação, por si só, não tem o potencial de superar as desigualdades decorrentes da relação capital e trabalho. Nessa dimensão, o sucesso do discurso ideológico da Educação como

[...] suposto agente do desenvolvimento e da redução da pobreza reside justamente na sua capacidade de dissimular as suas funções e aparentar independência em relação às condições contextuais a que serve. Portanto, a crença no caráter redentor da educação [...], alimentada pelo discurso dominante, em âmbito nacional e internacional, dissimula as contradições e as relações internas de dominação, próprias ao modo de produção capitalista, e alimenta o mito do crescimento econômico e desenvolvimento social (FIGUEIREDO, 2006, p. 246).

Para a Deputada Rezende (2013) a Educação de qualidade está estritamente voltada para o fim das desigualdades e, da mesma forma, promover o acesso ao trabalho para garantir a sobrevivência:

[...] a verdadeira desigualdade só será rompida quando a educação de qualidade estiver ao alcance de todos os brasileiros. É através da educação que cada brasileiro terá o seu direito respeitado. É através da **educação que nós daremos instrumentos a todos os brasileiros para, com seu trabalho, garantirem sobrevivência com dignidade e cidadania.** (REZENDE, 2013, p. 6, grifos nossos)

O Deputado Ubiali (2011) enfatiza a mesma relação, ou seja, de que a ascensão social seria possível por meio da Educação, o que também contribuiria para “o fim da pobreza” promovendo, por meio da capacidade do trabalho, a sobrevivência do indivíduo. É por isso que a relação entre escolaridade e produtividade precisaria ser considerada:

Tenho certeza de que o fim da pobreza só será possível quando o Estado der condição para que o indivíduo saia do patamar mais baixo de renda e baixa escolaridade, de modo que adquira capacidade para trabalhar e lutar em defesa da sua cidadania, dos seus direitos e de sua sobrevivência. (UBIALI, 2011, p. 2, grifos nossos).

A relação entre o Estado e a Educação, portanto, é assim destacada por Cunha (1979):

O Estado que regulamenta, dirige e empreende a educação é o mesmo Estado que regulamenta, dirige (em parte, pelo planejamento) e empreende (em parte, através das empresas públicas e dos aportes de capital) a ordem econômica. (CUNHA, 1979, p. 60).

No Discurso do Senador Gurgacz (2013) pode-se observar a Educação como indutora da construção do país, tendo em vista que na sua interpretação a infraestrutura, que contribui para a construção do país, é o ser humano, ou seja, a força de trabalho:

Costumamos falar que **a educação é a ferramenta mais importante da construção de um país**, porque ela é que prepara a nossa mais valiosa infraestrutura, que é o ser humano. Somos mais de 200 milhões de habitantes e temos, na grande maioria, uma qualidade de vida abaixo do que merecemos. **Isso acontece exatamente por causa das falhas do nosso sistema educacional.**(GURGACZ, 2013, p. 40874, grifos nossos).

Ao final do Discurso do Senador Gurgacz (2013), observa-se a baixa qualidade de vida é devido a “falhas do nosso sistema educacional”. Essa questão é colocada por Leher (1998) quando ressalta que a política educacional brasileira e latino-americana são legitimadores da desigualdade, devido o acesso ser diferenciado entre classes sociais. A não priorização dada a educação de jovens e adultos, do pré-escolar, do segundo grau e da universidade e a formação profissional a cargo do mercado, o resultado desse processo desigual “[...] se materializa no momento em que o jovem trabalhador oferece a sua força de trabalho no mercado: poucos, muitos poucos, serão incluídos no mercado formal” (LEHER, 1998, p. 222).

Cunha (1979, p. 60), analisa a função ideológica da Educação, enfatizando que “As desigualdades entre as classes sociais bem como a dissimulação daquilo que as produz (pela educação) são produto da ordem econômica capitalista”. A preocupação dos setores descontentes da sociedade “[...] que passam a vislumbrar na escola o instrumento de superação das condições materiais consideradas injustas; [...] livra de críticas a ordem econômica que produz e reproduz essas condições.” (CUNHA, 1979, p. 57).

Esse descontentamento com as desigualdades sociais voltam-se estritamente para a Educação, com o objetivo de serem quebrados, superados, reparados ou rompidos, para que possam transformar a sociedade, como são evidenciados nos Discursos dos Deputados Lima (2012); Chinaglia (2012); Ton (2012) e Senadores Rollemberg (2013); Miranda (2013):

Queremos mais combate à desigualdade. E combater desigualdades sociais depende fundamentalmente do

enfrentamento da política que mais reflete a **desigualdade**, que é a **educação**. (LIMA, 2012, p. 1, grifos nossos).

Ao se apostar na educação, faz-se exatamente com que **pobres, negros**, aqueles que moram em regiões, eu diria, não totalmente desenvolvidas do nosso País comecem a **quebrar as diferenças regionais, raciais e de classe através da educação**. (CHINAGLIA, 2012, p. 2, grifos nossos).

É a chave para reparar injustiças históricas e corrigir desigualdades e violências sociais; para o desenvolvimento do espírito crítico; para o exercício da cidadania plena e o amadurecimento do nosso processo democrático. (ROLLEMBERG, 2013, p. 65543, grifos nossos).

A educação tem o poder de romper o círculo da pobreza e da exclusão social porque liberta a alma e lança as bases para os exercícios críticos da cidadania. (MIRANDA, 2013, p. 9636, grifos nossos).

É por meio da **educação**, Sras. e Srs. Deputados, que o Brasil poderá superar de vez **a pobreza, a desigualdade**, a falta de conhecimento no campo da ciência e da tecnologia, enfim, **as iniquidades que impedem a transformação do Brasil em uma sociedade justa e solidária**. (TON, 2012, p. 1, grifos nossos).

A questão desmistificadora em relação a aquisição de escolaridade não significa uma certeza na ascensão social ou elevação do nível de renda. É provável que o grau escolar se torne um reforço na renda familiar, no entanto, para Cunha (1979)

A possibilidade de utilizar com sucesso a educação escolar depende, na maioria dos casos, do nível de renda já alcançado pelos pais, o que não exclui, obviamente, a possibilidade de indivíduos provenientes de famílias de baixa renda atingirem graus escolares elevados. No entanto, graus elevados de escolarização não são necessários para a obtenção de altas rendas. São necessários, isto sim, para *estabelecer congruência entre as diversas dimensões que compõem o status* (entre as quais, escolaridade, poder e renda). Assim, é claro que a correlação entre escolaridade e renda seja alta, o que não significa que a escolaridade determine o nível de renda (isso, no entanto, pode acontecer em casos isolados). Como dissemos, níveis elevado de renda tendem a determinar níveis elevados de escolarização, como *reforço do status já adquirido* pela família ou, então, para restabelecimento da congruência 'perturbada' pelo enriquecimento. (CUNHA, 1979, p. 99).

A crença de que a Educação é o principal meio de distribuição de renda constitui um dos dos pilares da Teoria do Capital Humano, tendo em vista elevar a

produtividade do pobre para a sua inclusão no sistema econômico. O objetivo, portanto, de atribuir à Educação a “responsabilidade” para o alívio da pobreza acaba por alimentar a crença de que ela é independente das forças produtivas do sistema capitalista, com forte ênfase na culpabilização dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que as respostas apresentadas neste trabalho aos questionamentos levantados sobre as tendências predominantes da concepção de Educação nos Discursos dos Deputados e Senadores não tem a intenção de se colocar como findandas e estanques e nem considerar como a única tendência existente no Congresso Nacional. Todavia, pela análise das fontes selecionadas e tendo em vista os recortes e limites da pesquisa foi possível delinear uma tendência predominante sobre a concepção de Educação, a saber a liberal.

Todavia, mesmo com esse entendimento, no deliameamento das tendências predominantes sobre a concepção de Educação nos Discursos dos Deputados e dos Senadores do Congresso Nacional de 2010 a 2014, cabe-nos fazer considerações que diz respeito ao Congresso Nacional, uma vez que este constituiu um espaço de correlação de forças do Estado e, portanto, da Política Social/Educacional.

Nessa direção, o Congresso Nacional, ao representara correlação de forças do próprio Estado, por se um de seus espaços, aglutina diversos interesses econômicos, políticos e sociais e que, por vezes, nos parece pender muito mais para uma classe do que para outra. Isso, em certa medida, ficou demonstrado na tramitação dos Projetos de Lei Nº 8.035/2010 e Lei Nº 103/2012 que aprovaram o PNE (2014-2024). Pode-se identificar, nesse processo de aprovação do PNE (2014-2024), o descontentamento de diversas entidades educacionais sobre as metas aprovadas e de pontos que ficaram longe das propostas elaboradas nas Conferências Nacionais de Educação. A Educação responde, portanto, a determinados projetos e objetivos econômicos, sociais, políticos e ideológicos.

Na tramitação dos Projetos de Lei Nº 8.035/2010 e Lei Nº 103/2012 a similaridade nos Discursos dos Deputados e Senadores ficou evidente quanto aos objetivos da Educação, particularmente em relação ao Desenvolvimento Econômico e Social e a Educação, Trabalho e Pobreza. Ao conceber a Educação voltada ao Desenvolvimento Econômico e Social, como fator primordial, indica a sua vinculação com a defesa de inserção do país no mercado internacional, por meio da formação de trabalhadores qualificados, por exemplo.

Além disso, os Discursos dos Deputados e Senadores sustentaram a adequação da Educação para responder as mudanças do modo de produção capitalista, o que responde, em parte, a noção do projeto de Desenvolvimento

Econômico do país. Entende-se que o Desenvolvimento Econômico é necessário em uma sociedade, no entanto, a questão que se coloca é como ele está sendo gestado e se atende a maioria da população.

Nessa dimensão, o projeto de Desenvolvimento Econômico do país não está desvinculado da “questão social”, gerando ainda mais pobreza, como uma das contradições que são geradas pelo processo de produção capitalista. A expressão da tendência predominante sobre a concepção de Educação liberal, portanto, se evidencia quando as contradições sociais são dissimuladas e responsabiliza-se os indivíduos por suas escolhas de trabalho e de condição social.

As categorias ascensão/inclusão/inserção social, presentes nos Discursos analisados, estão articuladas a concepção de Educação liberal quando entendidas como resultado do sucesso e/ou do fracasso do indivíduo. Na mesma direção encontra-se a preocupação da expansão do mercado de trabalho por meio da formação de mão de obra qualificada contracenando, ao mesmo tempo, com as desigualdades sociais, próprias do processo de acumulação do capital.

Embora, a exposição de motivos que acompanhou a proposta para o II Plano Nacional de Educação, elaborada pelo Ministro Fernando Haddad, demonstrava uma preocupação e uma concepção de Educação voltada para a construção de um Sistema Nacional de Educação. Contudo, após o envio do Congresso Nacional a mesma perpassou por uma luta de interesses divergentes e convergentes que possibilitou grandes mudanças do que fora proposto inicialmente.

A concepção de Educação defendida ao longo da tramitação do PNE (2014-2024), demonstra que a Política Educacional, quando colocada em discussão, expressou diferentes interesses no Congresso Nacional. Todavia, é preciso ressaltar que embora o PNE (2014-2024) não apresente todas as demandas da Educação Nacional, a sua concretização possibilitaria avanços significativos, mas que estão vinculados, dentre outras questões, ao financiamento. Deve-se lembrar que na avaliação do PNE 2001-2010 Dourado (2010) destacou que o mesmo cumpriu um plano formal pela ausência de financiamento para que se efetivasse de fato o que fora proposta para a educação e desarticulado do plano orçamentário do governo, o Plano Plurianual, o que resultou em limites quanto à concretude (DOURADO, 2010).

Enfim, é preciso ter a convicção de que a análise da Política Social/Educacional é de extrema importância para avançar naquilo que é

fundamental para a humanização do homem que, dentre outras necessidades, destacam-se o acesso ao conhecimento historicamente produzido.

*Apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode
ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança
verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de
pressão que rompam a lógica mistificadora do capital.
(MÉSZÁROS, 2006, p. 48, grifos nossos)*

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas, SP: Autores associados, 2004.

AQUINO, L. M. S. **Formulação do Plano Nacional de Educação 2014-2024: a gestão democrática da escola na política pública**. 12/08/2015. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2015.

ARAÚJO, G. C. de. **Constituição, Federação e propostas para o novo Plano Nacional de Educação: análise das Propostas de organização nacional da Educação Brasileira a partir do regime de colaboração**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 749-768, jul.-set. 2010.

BANCO MUNDIAL, **Educação Infantil: Programas para a Geração Mais Importante do Brasil**. São Paulo, 2011.

BEHRING, E. R. e BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 6ª ed. São Paulo: Cortez. 2009. Biblioteca Básica de Serviço Social. V. II.

BONAVIDES, P. **Ciência Política**. 13 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

BOITO, A. J. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: Trabalho apresentado na edição de 2012 do **Fórum Econômico da FGV** / São Paulo. 2012.

BOLLMANN, M. da G. N. Revendo o Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 657-676, jul.-set. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 20 de jun de 2017.

BRASIL. **Notas taquigráficas permitem ao cidadão acesso rápido ao trabalho do Senado**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos>>. Acesso em 16 de out de 2016.

_____. **Exposição de motivos nº 033**, MEC, 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/expmotiv/mec/2010/33.htm> . Acesso em 01 de set de 2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas** - PDE, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em 28 de maio de 2017.

_____. Governo Federal. **Plano Brasil Sem Miséria**, Brasília, 2011.

_____. **Constituição Federal Brasileira**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 08 de out de 2016.

_____. **O papel da Câmara dos Deputados.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca>>. Acesso em 10 out de 2016.

_____. **Senado Federal. Publicações e Documentações.** Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/diarios/PublicacoesOficiais>>. Disponível em: 20 de jul de 2016.

_____. **Câmara dos Deputados. Discursos e Notas Taquigráficas.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jun de 2016.

_____. Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Senado Federal, Comissão de Educação. **Plano Nacional de Educação 2001-2010.** Brasília: 2001.

_____. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, **Plano Nacional de Educação 2014-2024.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em 20 de maio de 2017.

_____. **Perguntas sobre a Câmara dos Deputados, sua direção e seu funcionamento.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/transparencia/acesso-a-informacao/copy_of_perguntas-frequentes/Institucional>. Acesso em 5 de jul de 2017.

_____. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e outras leis.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em 10 de ago de 2017.

BRAZ, M. O golpe das ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 128, p. 85-103, jan.-abril, 2017

BRITTO, T. F. Passo a passo no Legislativo: os caminhos do Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional. In: Gomes, A. V. A. e Britto, T. F. (org) **Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas de Educação: construção e perspectivas.** Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas, 2015. Brasília, 2015.

BRYAN, N. A. P. Concepções de Desenvolvimento, Estado e Política Educacional. In: DEITOS, R.A; RODRIGUES, R.M. (Orgs.) *et al.* **Estado, desenvolvimento, democracia e políticas sociais.** 1ª. Ed. Cascavel, PR: Edunioeste: CAPES: Unioeste/GPPS/Unicamp/FE/PRAESA/HISTEDBR/LAPPLANE, 2006, 184p, p. 23-42.

CARCANHOLO, M. D. Liberalização e fragilidade financeiras: a vulnerabilidade como restrição ao crescimento. In: **Indicadores Econômicos**, FEE, v. 28, n, 3, 2000.

CEPAL. **Desenvolvimento Econômico e Educação: perspectivas.** In: **Desenvolvimento, Trabalho e Educação.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

CONCEIÇÃO, G. H. **Partidos Políticos e Educação: a extrema-esquerda brasileira e a concepção de partido como agente educativo.** Cascavel: Edunioeste, 2000.

CONAE, Conferência Nacional de Educação. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação. O Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação.** Documento Final. Brasília, 2010.

_____. Conferência Nacional de Educação: **Plano Nacional de Educação na articulação do Sistema Nacional de Educação:** Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração. Documento Final. Brasília, 2014.

CORAGGIO, J. L. Proposta do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção. In: TOMASSI, L; WARDE, M. J; Haddad, S. **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** 3 ed. São Paulo, Cortez, 2000.

CUNHA, L. A. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil.** 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1979.

CURY, C. R. J, Por um novo Plano Nacional de Educação. In: **Cadenos de Pesquisas**, vol.41 n°.144 São Paulo Set./Dec. 2011.

DEITOS, R. A. **Ensino Médio e Profissional e seus vínculos como o BID/BIRD:** os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional. Cascavel: Edunioeste, 2000.

DOURADO, L. F. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturas de uma política. In: **Educação & Sociedade.** Campinas, v. 31, n. 112, jul-set. 2010. P. 677-705.

_____. Plano Nacional de Educação, Conferência Nacional de Educação e a construção do Sistema Nacional de Educação: dilemas e proposições. In: **Jornal De Políticas Educacionais.** N° 16, julho-dezembro de 2014. P. 03–11.

ECHEVARRÍA, J. M. Funções da Educação no Desenvolvimento. In: **Desenvolvimento, Trabalho e Educação.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade e do Estado.** 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política Educacional. 2009, In: **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais.** Ronaldo Marcos de Lima Araujo, Doriedson S. Rodrigues (Orgs.). Campinas: Alínea, 2012. 188 p.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O.; Educação para o alívio da pobreza: novo tópico na agenda global. In: **Revista de Educação.** PUC – Campinas, n. 20, p. 43-54, junho 2006.

FIGUEIREDO, I. M. Z.. A centralidade em educação e em saúde básicas: a estratégia político-ideológica da globalização. In: **Pro-Posições**, v. 19, n. 1 (55) - jan./abr. 2008. Disponível em: . Acesso em 23 de set. de 2014.

FIGUEIREDO, I. M.Z. **Desenvolvimento, globalização e políticas sociais**: um exame das determinações contextuais dos projetos de reforma da educação e da saúde brasileiras da última década. (Tese de Doutorado). UNICAMP, Campinas, SP, 2006. Disponível em: . Acesso em 18 de jul. de 2017.

FALEIROS, V. P. As funções da política social no capitalismo. In: FALEIROS, V. P. **A política social do Estado capitalista**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

FATTORELLI, M. L. **Auditoria Cidadã da Dívida Pública**: Experiências e Métodos. Brasília: Inove Editora, 2013.

FERNANDES, F. **Mudanças Sociais no Brasil**: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 4 ed. São Paulo: Global, 2008.

FIORI, J. L. Neoliberalismo e Políticas Públicas. In: **Os moedeiros falsos**. 5° ed, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FONSECA, M. Políticas Públicas para a qualidade da Educação Brasileira: entre o utilitarismo econômico e a Responsabilidade Social. In: **Cadernos Cedes**, Campinas vol. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009.

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito In: **Educação e Crise do Trabalho**: Perspectivas de Final de Século. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

_____. **A produtividade da escola improdutiva**. 8 Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

HARBINSON, F. H. Mão-de-Obra e Desenvolvimento econômico: problemas e estratégia. In: **Desenvolvimento, Trabalho e Educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

HONSTINS, R. C. **Formação de Pesquisadores na Pós-Graduação em Educação**: embates ontológicos e epistemológicos. 12/06/2006. 176 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

LEHER, R. **Da Ideologia do Desenvolvimento à ideologia da globalização**: a Educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio da pobreza. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998).

LENINE, V. I. **O Estado e a Revolução**. 1917. Fonte: The marxists internet archive. Acesso em março de 2015.

LÖWY, M. **Ideologias e Ciências Sociais**: elementos para uma análise marxista. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARINHO, E. **Realidade, Sentimento e a Falsa Inferioridade dos Pobres**. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wACdGy6gpfY>. Acesso em 20 de ago de 2017.

MARTINS, R. C. de R. **O poder legislativo e as políticas públicas educacionais no período 1995-2010**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 241 p. – (Série memória e análise de leis n. 3).

MARTINS, P. S. O financiamento da educação no PNE 2014-2024. In: GOMES, A. V. A.; BRITTO, T. F. (org.) **Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas de Educação: construção e perspectivas**. Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas, 2015. Brasília, 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 4º ed. 2005.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA; J. A. S.; LARA, A. M. de B. **Políticas Públicas para a Educação Infantil no Brasil (1990-2001)**. Maringá: Eduem, 2012.

NETTO, J. P. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, F. M. G. e RIZOTTO, M. L. F. (org) **Estado e Políticas Sociais: Brasil – Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

NETTO, J. P. **O capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed São Paulo: Cortez Editora, 2001.

NOGUEIRA, F. M. G. As proposições para a educação escolar expressas nos planos de desenvolvimento do regime militar. In: NOGUEIRA, F. M. G; RIZZOTTO, M. L. F. (Orgs) *et al* **Política Sociais e Desenvolvimento: América Latina e Brasil**. São Paulo: Xamã, 2007. p. 45-66.

NOGUEIRA, F. M. G. **Ajuda externa para a Educação Brasileira: da USAID ao Banco Mundial**. Cascavel: Edunioeste, 1999.

OLIVEIRA, D. A. **Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2000.

ONU.PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2000. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/pnud/>>. Acesso em 28 de maio de 2017.

_____. **Declaração do Milênio das Nações Unidas**. 08 de set., 2000.

PENN, H. Primeira Infância: a visão do Banco Mundial. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 7-24, março de 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a01n115.pdf>>. Acesso em 21 de ago de 2017.

RAMOS, A. M. P. **O Financiamento da Educação Brasileira no Contexto das Mudanças Político-Econômicas Pós-90**. Brasília: Plano Editora, 2003.

REIS, L. F. **Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014)**. 21/08/2015. 246 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SANFELICE, J. L. Fontes e História das Políticas Educacionais. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. M. (org). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. P. 97-108.

SANFELICE, J. L. Políticas Sociais: excertos. In: DEITOS, R. A; RODRIGUES, R. M. (Orgs.) *et al.* **Estado, desenvolvimento, democracia e políticas sociais**. 1ª. Ed. Cascavel, PR: Edunioeste: CAPES: Unioeste/GPPS/Unicamp/FE/PRAESA/HISTEDBR/LAPPLANE, 2006, 184p, p. 53-65.

SAVIANI, D. Sistemas de ensino e Planos de Educação: o âmbito dos municípios. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 69, Dezembro/1999.

_____. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: Por uma outra política educacional**. Autores Associados: São Paulo, 2000.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 6 ed. São Paulo: Autores Associados, 2006.

_____. **Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de educação**. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 44 maio/ago. 2010

_____. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do Projeto do MEC. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20 de jul. de 2017.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SHIROMA, E.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. **Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos**. 2005.

SOUZA, D. B. **Avaliações Finais sobre o PNE 2001-2010 e preliminares do PNE 2012-2024**. Estado e Avaliação Educacional, São Paulo, v. 25, n. 59, set/dez. 2014, p. 140-170.

THEODORO, M.; DELGADO, G. Política Social: Universalização ou Focalização – Subsídios para o debate. In: **Políticas Sociais – acompanhamento e análise** n .7, ago. 2003.

SANCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia da Práxis**. Buenos Aires: Consejo Latino americano de Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo, Brasil, Expressão Popular, 2007.

VIEIRA, E. Estado e política social na década de 1990. In: NOGUEIRA, F. M. G. (org.) **Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

XAVIER, M. E. S. P. A “Nova República” e as tendências Ideológicas da Educação. **Educação & Sociedade**, nº42, 1993. P. 228-233.

XAVIER, M. E. S. P. e DEITOS, R. A. Estado e Política Educacional no Brasil. In: DEITOS, R.A; RODRIGUES, R.M. (Orgs.) *et al.* **Estado, desenvolvimento, democracia e políticas sociais**. 1ª. Ed. Cascavel, PR: Edunioeste: CAPES: Unioeste/GPPS/Unicamp/FE/PRAESA/HISTEDBR/LAPPLANE, 2006, 184p, p. 67-86.

XAVIER, M. E. S. P. Retrospectiva histórica da construção da crença no poder da educação na sociedade brasileira. In: NOGUEIRA, F. M. G; RIZZOTTO, M. L. F. (Orgs) *et al* **Política Sociais e Desenvolvimento: América Latina e Brasil**. São Paulo: Xamã, 2007. p. 9-18.

REFERÊNCIAS DISCURSOS (DEPUTADOS)

ASSUNÇÃO, V. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Valmir Assunção em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 31 de agosto de 2011**. <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Valmir Assunção em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 9 de junho de 2011**. <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Valmir Assunção em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 26 de junho de 2012**. <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Valmir Assunção em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 6 de novembro de 2011**. <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

BEZERRA, C. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Carlos Bezerra em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 06 de julho de 2011**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jun de 2016.

BRUNO, A. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Arthur Bruno em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 22 de maio de 2014.** <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

CAMELI, G. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Gladson Cameli em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 11 de julho de 2012.** <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

CÂMARA, S. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Silas Câmara em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 06 de dezembro de 2011.** <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

CANZIANI, A. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Alex Canziani em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 07 de maio de 2013.** <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Alex Canziani em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 07 de agosto de 2012.** <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

CHALITA, G. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Gabriel Chalita em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 15 de fevereiro de 2011.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jun de 2016.

CHINAGLIA, A. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Arlindo Chinaglia em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 06 de novembro de 2012.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jun de 2016.

COIMBRA, J. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Junior Coimbra em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 22 de outubro de 2012.** <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

FERRO, F. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Fernando Ferro em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 27 de outubro de 2011.** <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Fernando Ferro em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 04 de setembro de 2012.** <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

FILHO, R. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Renan Filho em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 04 de abril de 2013.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

GASS, B. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Bohn Gass em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 06 de novembro de 2012.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Pinto Itamaraty em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 28 de abril de 2011.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

IZALCI. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Izalci em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 03 de setembro de 2012.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Izalci em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 28 de março de 2011.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Izalci em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 18 de novembro de 2011.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Izalci em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 11 de maio de 2012.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

LIMA, N. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Newton Lima em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 19 de outubro de 2011.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Newton Lima em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 26 de outubro de 2011.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Newton Lima em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 17 de outubro de 2012.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Newton Lima em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 06 de novembro de 2012.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

LOPES, C. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Chico Lopes em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 10 de novembro de 2011.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

MACHADO, G. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Gilmar Machado em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 17 de junho de 2010.** Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jun de 2016.

MARANHÃO, W. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Waldir Maranhão em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 13 de julho de 2011.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jun de 2016.

MARINHO, R. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Rogério Marinho em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 18 de abril de 2012.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Marcos Rogério em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 27 de fevereiro de 2012.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

MANATO. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Manato em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 11 de julho de 2012.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

MOLLING, R. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Renato Molling em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 07 de agosto de 2012.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

MOLON, A . Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Alessandro Molon em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 31 de outubro de 2012.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

MORAES, S. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Ságuas Moraes em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 29 de maio de 2014.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

MORAIS, F. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Flávia Moraes em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 09 de maio de 2012.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jun de 2016.

MOURA, A. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado André Moura em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 04 de julho de 2013.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Luiz Noé em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 15 de fevereiro de 2012.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

NINHO, S. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Severinho Ninho em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 26 de março de 2012.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

OLIVEIRA, I. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Inocêncio Oliveir em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 17 de outubro de 2012.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

PRACIANO F. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Francisco Praciano em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 13 de junho de 2011.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jun de 2016.

PADILHA, E. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Eliseu Padilha em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 10 de outubro de 2011.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

PROTÓGENES, D. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Delegado Protógenes em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 28 de maio de 2014.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

PETTA, G. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Gustavo Petta em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 28 de fevereiro de 2014.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

REZENDE, D. S. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Dorinha Seabra Rezende em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 26 de março de 2012.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Dorinha Seabra Rezende em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 04 de abril de 2012.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Dorinha Seabra Rezende em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 27 de maio de 2013.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

ROGÉRIO, M. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Marcos Rogério em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 13 de fevereiro de 2012.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Dorinha Seabra Rezende em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 04 de abril de 2012.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

SETIMO. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Professor Sétimo em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 17 de fevereiro de 2014.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

TON, P. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Padre Ton em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 24 de abril de 2011.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jun de 2016.

VALENTE, I. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Ivan Valente em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 27 de março de 2014.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

VANHONI, A. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Ângelo Vanhoni em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 22 de maio de 2014.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

VERDE, C. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Cleber Verde em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 25 de fevereiro de 2014.**<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

UBIALI. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Dr. Ubiali em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 28 de setembro de 2011.** Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jun de 2016.

WILSON, P. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Pedro Wilson em sessão plenária da Câmara dos Deputados no dia 15 de dezembro de 2010.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 20 de jun de 2016.

DISCURSOS - SENADO FEDERAL

AGRIPINO, J. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador José Agripino em sessão plenária do Senado Federal no dia 26 de março de 2013.** <<http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

AMÉLIA, A. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Ana Amélia sessão plenária do Senado Federal no dia 16 de abril de 2013.** <<http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

ARRUDA, I. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Inácio Arruda em sessão plenária do Senado Federal no dia 5 de setembro de 2013.** <<http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

BRAGA, E. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Eduardo Braga em sessão plenária do Senado Federal no dia 3 de julho de 2013.** <<http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

BUARQUE, C. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Cristovam Buarque em sessão plenária do Senado Federal no dia 22 de dezembro de 2012.** <<http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

COSTA, J. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador João Costa em sessão plenária do Senado Federal no dia 05 de dezembro de 2012.** <<http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

DINIZ, A. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Anibal Diniz em sessão plenária do Senado Federal no dia 13 de agosto de 2013.** <<http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

FERRAÇO, R. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Ricardo Ferraço em sessão plenária do Senado Federal no dia 17 de dezembro de 2013.** <<http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

GURGACZ, A. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Acir Gurgacz em sessão plenária do Senado Federal no dia 5 de fevereiro de**

2014. <<http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Acir Gurgacz em sessão plenária do Senado Federal no dia 29 de junho de 2013.** <<http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

JUCÁ, R. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Romero Jucá em sessão plenária do Senado Federal no dia 22 de fevereiro de 2013.** <<http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

MIRANDA, C. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Cyro Miranda em sessão plenária do Senado Federal no dia 4 de outubro de 2013.** <<http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Cyro Miranda em sessão plenária do Senado Federal no dia 16 de outubro de 2013.** <<http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Cyro Miranda em sessão plenária do Senado Federal no dia 14 de março de 2013.** <<http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

MONTEIRO, A. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Armando Monteiro em sessão plenária do Senado Federal no dia 4 de junho de 2013.** <<http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Armando Monteiro em sessão plenária do Senado Federal no dia 19/20/21/24 de dezembro de 2013.** <<http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

PAIM, P. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Paulo Paim em sessão plenária do Senado Federal no dia 30 de maio de 2013.** <<http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

PIMENTAL, J. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador José Pimentel em sessão plenária do Senado Federal no dia 21 de maio de 2013.** <<http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

PORTELA, A. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Angela Portela em sessão plenária do Senado Federal no dia 6 de março de**

2013.<<http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

ROLLEMBERG, R. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Rodrigo Rollemberg em sessão plenária do Senado Federal no dia 05 de dezembro de 2012.**< <http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Rodrigo Rollemberg em sessão plenária do Senado Federal no dia 06 de agosto de 2013.**< <http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Rodrigo Rollemberg em sessão plenária do Senado Federal no dia 24 de setembro de 2013.**< <http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

_____. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Rodrigo Rollemberg em sessão plenária do Senado Federal no dia 16 de outubro de 2013.**< <http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

TAQUES, P. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Pedro Taques em sessão plenária do Senado Federal no dia 15 de março de 2013.**< <http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

VIANA, J. Diário do Senado Federal. **Discurso do Senador Jorge Viana em sessão plenária do Senado Federal no dia 16 de outubro de 2013.**< <http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais?>>. Acesso em 20 de jul de 2016.

ANEXO A

Atribuições do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), Artigos 48 ao 52 da Constituição Federal de 1988:

Art. 48; Cabe ao Congresso Nacional, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas; II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado; III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas; IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento; V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União; VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas; VII - transferência temporária da sede do Governo Federal; VIII - concessão de anistia; IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal; X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, *b*; XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; XII - telecomunicações e radiodifusão; XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações; XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal. XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. **Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:** I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional; II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar; III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias; IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas; V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa; VI - mudar temporariamente sua sede; VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta; XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes; XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e

televisão; XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União; XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares; XV - autorizar referendo e convocar plebiscito; XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais; XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados: I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado; II - proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; III - elaborar seu regimento interno; IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; V - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; II processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de: a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição; b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República; c) Governador de Território; d) Presidente e diretores do banco central; e) Procurador-Geral da República; f) titulares de outros cargos que a lei determinar; IV - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente; V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios; VI - fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e

dos Municípios; VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal; VIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno; IX - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal; XI - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato; XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; XIV - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII. XV - avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.(BRASIL, 1988, s/p).

**ANEXO B: COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO –
CÂMARA DOS DEPUTADOS - PROJETO DE LEI NO 8.035 DE 2010**

TITULAR	SUPLENTE
Partido dos Trabalhadores - PT	
Angelo Vanhoni PT\PR	Alessandro Molon PT\RJ
Fatima Bezerra PT\RN	Artur Bruno PT\CE
Newton Lima PT\SP	Pedro Uczai PT\SC
	Welinton Prado PT\MG
Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB	
Lelo Coimbra PMDB\ES	Gabriel Chalita PMDB\SP
Professor Sétimo PMDB\MA	Pedro Chaves PMDB\GO
Raul Henry PMDB\PE	
Renan Filho PMDB\AL	
Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB	
Eduardo Barbosa PSDB\MG	Alfredo Kaefer PSDB\MG
Izalci PSDB\DF	Mara Gabrilli PSDB\SP
Nelson Marquezan Junior PSDB/RS	
Partido Progressista - PP	
José Linhares PP\CE	Espiridião Amim PP\SC
Waldir Maranhão PP\MA DEM	
Democratas - DEM	
Efraim Filho DEM\PB	Onyx Lorenzoni DEM\RS
Professora Dorinha Seabra DEM\TO	
Partido da República - PR	
Paulo Freire PR\SP	Jorginho Mello PR\SC TITULAR
Ronaldo Fonseca PR\DF	
Partido Socialista Brasileiro - PSB	
Ariosto Holanda PSB\CE	
Partido Democrático Trabalhista - PDT	
Paulo Rubem Santiago PDT\PE	Marcos Rogério PDT\RO
Bloco PV – Partido Verde, PPS – Partido Popular Socialista	
Antônio Roberto PV\MG	Stepan Nercessian PPS\RJ
Partido Trabalhista Brasileiro - PTB	
Alex Canziani PTB\PR	Paes Landim PTB\PI
Partido Social Cristão - PSC	
PSC Hugo Leal PSC\RJ	Andre Moura PSC\SE
Partido Comunista do Brasil - PCdoB	
Alice Portugal Pcdob\BA	Chico Lopez Pcdob\CE
PSD	
	Marcos Montes PSD\MG
Partido Socialismo e Liberdade - PSOL	
	Ivan Valente PSOL\SP

Fonte: Vanhoni, Angelo. Deputado Federal PT-PR, relator do Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<http://www.vanhoni.com.br/cartilha-do-plano-nacional-de-educacao/>> Acesso em 20 ago 2017.

APÊNDICE A: Total de Discursos salvos e selecionados da Câmara dos Deputados (2010-2014)

ANO	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Total de discursos salvos	188	188	332	107	219	1034
Total de discursos selecionados	7	55	55	14	26	157

Fonte: Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em 20 de jun de 2016. Elaboração da autora.

APÊNDICE B: Discursos da Câmara dos Deputados utilizados, organizados por nome, Partido Político e estado federativo com código da sessão, horário e data

CÂMARA DOS DEPUTADOS	
DEPUTADO PARTIDO - ESTADO	DATA E HORÁRIO
Pedro Wilson Partido dos Trabalhadores PT – Goiás	Sessão: 224.4.53.O Hora: 09h38 Data: 15/12/2010
Gilmar Machado Partido dos Trabalhadores PT- Minas Gerais	Sessão: 143.4.53.O Hora: 14h27 Data: 17/06/2010
Francisco Praciano Partido dos Trabalhadores PT -Amazonas.	Sessão: 150.1.54.O Hora: 17h27 Data: 13/06/2011
Valmir Assunção Partido dos Trabalhadores PT- Bahia	Sessão: 147.1.54.O Hora: 16h48 Data: 09/06/2011 Sessão: 227.1.54.O Hora: 14h32 Data: 31/08/2011 Sessão: 177.2.54.O Hora: 14h20 Data: 26/06/2012 Sessão: 290.2.54.O Hora: 13h42 Data: 06/11/2012
Newton Lima Partido dos Trabalhadores PT- São Paulo	Sessão: 287.1.54.O Hora: 16h00 Data: 19/10/2011 Sessão: 298.1.54.O Hora: 17h30 Data: 26/10/2011 Sessão: 272.2.54.O Hora: 14h54 Data: 17/10/2012 Sessão: 290.2.54.O Hora: 15h04 Data: 06/11/2012
Fernando Ferro Partido dos Trabalhadores PT- Pernambuco	Sessão: 301.1.54.O Hora: 18h03 Data: 27/10/2011 Sessão: 235.2.54.O Hora: 14h24 Data: 04/09/2012
Bohn Gass Partido dos Trabalhadores PT – Rio Grande do Sul	Sessão: 290.2.54.O Hora: 15h04 Data: 06/11/2012
Alessandro Molon Partido dos Trabalhadores PT – Rio de Janeiro	Sessão: 284.2.54.O Hora: 13h38 Data: 31/10/2012
Artur Bruno Partido dos Trabalhadores PT – Ceará	Sessão: 148.4.54.O Hora: 09h42 Data: 22/05/2014
Angelo Vanhoni Partido dos Trabalhadores PT – Paraná	Sessão: 148.4.54.O Hora: 09h42 Data: 22/05/2014
Ságuas Moraes Partido dos Trabalhadores PT – Mato Grosso	Sessão: 159.4.54.O Hora: 15h18 Data: 29/05/2014

Padre Ton Partido dos Trabalhadores PT-Rondônia	Sessão: 093.2.54.O Hora: 19h10 Data: 24/04/2012
Arlindo Chinaglia Partido dos Trabalhadores PT- São Paulo	Sessão: 292.2.54.O Hora: 17h12 Data: 06/11/2012
Eliseu Padilha Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB-Rio Grande do Sul	Sessão: 278.1.54.O Hora: 16h56 Data: 10/10/2011
Júnior Coimbra Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB - Tocantins	Sessão: 277.2.54.O Hora: 15h48 Data: 22/10/2012
Renan Filho Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB - Alagoas	Sessão: 055.3.54.O Hora: 18h03 Data: 04/04/2013
Professor Setimo Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB - Maranhão	Sessão: 019.4.54.O Hora: 15h57 Data: 17/02/2014
Carlos Bezerra Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB-MT	Sessão: 177.1.54.O Hora: 15h36 Data: 06/07/2011
Gabriel Chalita Partido do Movimento Democrático PMDB-São Paulo	Sessão: 012.2.54.O Hora: 09h36 Data: 15/02/2012
Pinto Itamaraty Partido da Social Democracia Brasileira PSDB - Maranhão	Sessão: 086.1.54.O Hora: 09h16 Data: 28/04/2011
Rogério Marinho Partido da Social Democracia Brasileira PSDB - Rio Grande do Norte	Sessão: 085.2.54.O Hora: 15h52 Data: 18/04/2012 Sessão: 018.2.54.O Hora: 16h40 Data: 27/02/2012
Severino Ninho Partido Socialista Brasileiro PSB - Pernambuco	Sessão: 054.2.54.O Hora: 16h30 Data: 26/03/2012
Luiz Noé Partido Socialista Brasileiro PSB – Rio Grande do Sul	Sessão: 005.2.54.O Hora: 16h58 Data: 08/02/2012
DR. Ubiali Partido Socialista Brasileiro PSB – São Paulo	Sessão: 263.1.54.O Hora: 14h2 Data: 28/09/2011
André Moura Partido Social Cristão PSC – Sergipe	Sessão: 194.3.54.O Hora: 11h04 Data: 04/07/2013
Silas Câmara Partido Social Democrático PSD - Amazonas	Sessão: 351.1.54.O Hora: 14h30 Data: 06/12/2011
Professora Dorinha Seabra Rezende	Sessão: 070.2.54.O Hora: 15h36 Data: 04/04/2012 Sessão: 054.2.54.O Hora: 17h42 Data: 26/03/2012

Democratas DEM- Tocantins	Sessão: 140.3.54.O Hora: 15h44 Data: 27/05/2013
Izalci Partido da República PR - Distrito Federal	Sessão: 053.1.54.O Hora: 15h30 Data: 28/03/2011 Sessão: 325.1.54.O Hora: 11h00 Data: 18/11/2011 Sessão: 118.2.54.O Hora: 10h10 Data: 11/05/2012 Sessão: 234.2.54.O Hora: 14h21 Data: 03/09/2012
Inocência Oliveira Partido da República PR- Pernambuco	Sessão: 272.2.54.O Hora: 18h57 Data: 17/10/2012
Marcos Rogério Partido Democrático Trabalhista PDT – Roraima	Sessão: 009.2.54.O Hora: 17h24 Data: 13/02/2012
Manato Partido Democrático Trabalhista PDT - ES.	Sessão: 198.2.54.O Hora: 10h38 Data: 11/07/2012
Flavia Moraes Partido Democrático Trabalhista PDT- Goiás	Sessão: 114.2.54.O Hora: 16h48 Data: 09/05/2012
Cleber Verde Partido Republicano do Brasil PRB -Maranhão	Sessão: 029.4.54.O Hora: 16h04 Data: 25/02/2014
Renato Molling Partido Progressista PP- Rio Grande do Sul	Sessão: 211.2.54.O Hora: 15h30 Data: 07/08/2012
Gladson Cameli Partido Progressista PP – Acre	Sessão: 199.2.54.O Hora: 16h24 Data: 11/07/2012
Waldir Maranhão Partido Progressista PP-MA	Sessão: 184.1.54.O Hora: 18h21 Data:13/ 07/2011
Chico Lopes Partido Comunista do Brasil PCdoB - Ceará	Sessão: 318.1.54.O Hora: 10h02 Data: 10/11/2011
Delegado Protógenes Partido Comunista do Brasil PCdoB-São Paulo	Sessão: 157.4.54.O Hora: 20h32 Data: 28/05/2014
Gustavo Petta Partido Comunista do Brasil PCdoB-São Paulo	Sessão: 032.4.54.O Hora: 18h33 Data: 26/02/2014
Alex Canziani Partido Trabalhista Brasileiro PTB - Paraná	Sessão: 211.2.54.O Hora: 20h00 Data: 07/08/2012 Sessão: 101.3.54.O Hora: 17h28 Data: 07/05/2013
Ivan Valente Partido Socialismo e Liberdade PSOL -São Paulo	Sessão: 065.4.54.O Hora: 10h22 Data: 27/03/2014

Fonte: Disponível em: <http://www2.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em 20 de jun de 2016. Elaboração da autora.

APÊNDICE C: Total de Discursos salvos e selecionados do Senado Federal (2012-2014)

ANO	2012	2013	2014	TOTAL
Total de Discursos Salvos	18	129	115	262
Total de Discursos Selecionados	9	53	5	67

Fonte: Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais>. Acesso em 18 de jul de 2016. Elaboração da autora.

APÊNDICE D: Discursos do Senado Federal utilizados, organizados por nome, Partido Político e estado federativo com código da sessão, horário e data

SENADO FEDERAL	
SENADOR – PARTIDO ESTADO	DATA E HORÁRIO
Cristovam Buarque Partido Democrático Trabalhista PDT – Distrito Federal	Diário do Senado Federal – Suplemento. 22 de Dezembro de 2012– Sábado.
Pedro Taques Partido Democrático Trabalhista PDT – Mato Grosso	Diário do Senado Federal- 15 de Março de 2013 - Sexta-Feira.
Acir Gurgacz Partido Democrático Trabalhista PDT – Roraima	Diário do Senado Federal – 29 de Junho de 2013 - Sábado. Diário do Senado Federal –5 de Fevereiro de 2014, Quarta-Feira.
Rodrigo Rollemberg Partido Socialista Brasileiro PSB – Distrito Federal	Diário do Senado Federal –5 de Dezembro de 2012 - Quarta-Feira. Diário do Senado Federal –6 de Agosto de 2013 - Terça-Feira. Diário do Senado Federal – 24 de Setembro de 2013 - Terça-Feira. Diário do Senado Federal –16 de Outubro de 2013- Quarta-Feira.
João Costa. Partido Socialismo e Liberdade PPL– Tocantins	Diário do Senado Federal – 5 de Dezembro de 2012- Quarta-Feira.
Inácio Arruda Partido Comunista do Brasil PCdoB - Ceará	Diário do Senado Federal - 5 de Setembro de 2013 -Quinta-Feira.
Romero Jucá Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB– Roraima	Diário do Senado Federal –22 de Fevereiro de 2013 - Quinta-Feira.
Ricardo Ferraço Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB – Espírito Santo	Diário do Senado Federal –17 Dezembro de 2013 - Terça-Feira.
Eduardo Braga Partido do Movimento	Diário do Senado Federal –3 de Julho de 2013 - Quarta-Feira.

Democrático Brasileiro PMDB – Amazonas	
José Agripino Democratas DEM – Rio Grande Do Norte	Diário do Senado Federal –26 de Março de 2013 - Terça-Feira.
Ana Amélia Partido Progressista PP- Rio Grande Do Sul	Diário do Senado Federal –16 de Abril de 2013 - Terça-Feira.
Cyro Miranda Partido da Social Democracia Brasileira PSDB– Goiás.	Diário do Senado Federal- 4 de Outubro de 2013- Sexta-Feira. Diário do Senado Federal - 16 de Outubro de 2013- Quarta-Feira. Diário do Senado Federal -14 Março de 2013 - Quinta-Feira.
Armando Monteiro Partido Trabalhista Brasileiro PTB – Pernambuco	Diário do Senado Federal – Suplemento 4 de Junho de 2013 - Terça-Feira. Diário do Senado Federal – Suplemento - Qui 19, Sex 20, Sáb 21 E Ter 24.Dezembro de 2013.
Jorge Viana Partido dos Trabalhadores PT– Acre	Diário do Senado Federal –16 de Outubro de 2013 - Quarta-Feira.
Anibal Diniz Partido dos Trabalhadores PT – Acre	Diário do Senado Federal –13 de Agosto de 2013 - Terça-Feira 13.
Angela Portela Partido dos Trabalhadores PT – Roraima	Diário do Senado Federal - 6 de Março de 2013 Quarta-feira.
José Pimentel Partido dos Trabalhadores PT – Ceará	Diário do Senado Federal – 21 de Maio de 2013 - Terça-Feira.
Paulo Paim Partido dos Trabalhadores PT– Rio Grande Do Sul.	Diário do Senado Federal – 30 de Maio de 2013- Quinta-Feira.

Fonte: Disponível em:<http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais>. Acesso em 18 de jul de 2016. Elaboração da autora.